

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE BELAS-ARTES



**ENSINO ARTÍSTICO NO DESENVOLVIMENTO DE  
CABO VERDE NO COMBATE À EXCLUSÃO  
SOCIAL**

Félix Duarte Moreira

Dissertação

Mestrado em Educação Artística

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Hugo Ferrão e pelo Prof(a)  
Doutor(a) Margarida Calado

2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Félix Duarte Moreira, declaro que a presente dissertação de mestrado, intitulado Ensino Artístico No Desenvolvimento de Cabo Verde No Combate à Exclusão Social, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como tal como todas as citações directas ou indirectas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O candidato, Félix Duarte Moreira

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Félix Duarte Moreira', is centered on the page. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Félix' being particularly prominent.

Lisboa, 16 de Maio de 2019.

## RESUMO

O objectivo desta dissertação, Ensino Artístico No Desenvolvimento de Cabo Verde No Combate à Exclusão Social, é de contribuir para melhorar o Ensino Artístico, articulando à teoria e prática, usando o potencial artístico dos cabo-verdianos, na valorização dos recursos humanos, utilizando as escolas ao serviço da sociedade, analisou-se, os cinco capítulos e subcapítulos sobretudo, o sistema educativo, para que possamos perceber e perspectivar o futuro, promovendo qualidade e excelência, fase aos desafios do ensino para o Século XXI.

Recorremos às experiências «o trabalho como Monitor de Trabalhos Manuais, no antigo Ciclo Preparatório Escola do Ensino Básico Complementar do Concelho de Santa Cruz e Complexo Escolar Regina Silva, Concelho da Cidade da Praia-Cabo Verde» e «técnico na (FBAUL)-Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa» ligada à prática do ensino artístico para uma maior reflexão (como melhorar o ensino da arte), criando uma cultura artística e museológica, na luta contra insucesso escolar e à exclusão social. “Aprender mais para agir melhor” **Amílcar Cabral**.<sup>1</sup> O método que utilizamos baseou-se na minha formação, actividades profissionais e sobretudo na leitura de vários livros, dado que desde a nossa juventude, estivemos sempre ligados ao ensino, em alguns países (Cabo Verde, Portugal e Angola), trabalhando e exercendo função do docente.

Em síntese, finalizamos, propomos, o Projecto de Educação Artística de Cabo Verde-21, que se concretizaria no Encontro da Morabeza 365 dias (com uma agenda cultural de Janeiro a Dezembro), da Ilha de Santo Antão à Ilha Brava.

Palavras-chave: Cabo Verde; ensino artístico; educação pela arte; cultura artística, exclusão social.

---

<sup>1</sup>Tolentino André (2006) Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento o caso de Cabo Verde p,26.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation, Teaching Artistic in the Development of Cape Verde in Combating Social Exclusion, is to contribute to improve artistic education, articulating to the theory and practice, using the artistic potential of Cape Verdeans, in the valorization of human resources, using the schools in the service of society, we analyzed the five chapters and sub-chapters above all, the educational system, so that we can perceive and perpectivate the future, promoting quality and excellence, phase to the challenges of teaching for the 21st Century.

We used the experiences "work as a Monitor of Handicrafts, in the old Preparatory Cycle School of Complementary Basic Education of the Municipality of Santa Cruz and School Complex Regina Silva, City of Praia-Cape Verde" and "technician in (FBAUL) -Faculty of Fine Arts of the University of Lisbon ", linked to the practice of artistic teaching for a greater reflection (such as improving art teaching), creating an artistic and museological culture in the fight against school failure and social exclusion." Learning more to act better "Amílcar Cabral. The method we used was based on my training, professional activities and above all on the reading of several books, since since our youth we have always been linked to teaching in some countries (Cape Verde, Portugal and Angola), working and exercising a function of the teacher.

summary, we finalize, we propose, the Art Education Project of Cape Verde-21, which would take place at the Morabeza Meeting 365 days (with a cultural agenda from January to December), from Ilha de Santo Antão to Ilha Brava.

KeyWords: Cape Verde, art education, arts culture, social exclusion.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que directa ou indirectamente contribuíram, para a minha formação, sobretudo aqueles que facultaram os documentos para a elaboração desta dissertação em Educação Artística.

Um obrigado especial a todos os alunos e professores que frequentaram a Faculdade de Belas Artes da Universidade Lisboa, entre Março de 2002 a Março de 2007, que me passaram experiências importantes para o enriquecimento deste trabalho.

Os meus agradecimentos à Professora DOUTORA Margarida Calado, Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Belas - Artes da Universidade de Lisboa até 2010 e Coordenadora do Mestrado em Educação Artística pela atenção concedida desde o início.

Um muito obrigado especial ao Professor DOUTOR Hugo Ferrão, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Belas - Artes da Universidade de Lisboa (2006-2012), pela sua competência investigativa, visão de futuro, cordialidade e disponibilidade em me apoiar moralmente no decurso desta dissertação.

## **Dedicatória**

Aos meus pais Domingas Duarte Moreira e Nicolau Moreira Semedo uma profunda gratidão pela educação que me deram.

Ao meu colega da infância Domingos Landim Moreira e à minha amável madrinha, Serafina Mendes de Pina, pelo carinho, amizade, morabeza e apoio, sobretudo no ensino básico complementar. A todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

## Epigrafe

“O trabalho intelectual não é deduzir a sua acusação ou argumentar a sua defesa. É, sim, desenvolver um esforço para modificar as maneiras de pensar, para introduzir novas perspectivas interpretações, para formular ideias que ainda não foram pensadas” **(António Nóvoa (2003)).**

“A crença na magia da educação para prevenir e curar todos os males da sociedade é exagerada, mas é sensato confiar no poder de conhecimento, das aptidões e dos valores para melhorar a vida individual e colectiva” **Corsino Tolentino, (2007).**

Para a educação do século XXI: “a diversidade e pluripertença são uma riqueza. A educação para o pluralismo é não só, uma barreira contra a violência, mas um princípio activo para enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas” **Jacques Delors (2006).**

“A educação em arte ganha crescente importância quando se pensa na formação necessária para uma adequada inserção social, cultural e profissional do jovem contemporâneo” **Rosa Iavelberg (2003).**

“A educação é a arma mais poderosa que podemos utilizar para mudar o Mundo”. **Nelson Mandela (1918-2013).**

## ÍNDICE GERAL

Declaração de autoria.....	2
Resumo.....	3
Palavras-chave.....	3
Abstract .....	4
Key Words.....	4
Agradecimento.....	5
Dedicatória.....	6
Epigrafe .....	7
Índice geral .....	8
Abreviaturas / Siglas.....	10
Introdução.....	12
Justificação e relevância da temática.....	12
Estrutura da Dissertação .....	14
Objecto e Objectivos.....	15
Síntese dos objectivos.....	16
<b>CAPITULO I.....</b>	<b>18</b>
<b>1. Caracterização geral de Cabo Verde.....</b>	<b>18</b>
1.1 Situação geográfica - clima.....	18
1.2 Origem da população cabo-verdiana.....	20
1.3 Caracterização cultural.....	25
1.4 Enquadramento histórico político e social.....	26
<b>CAPITULO II.....</b>	<b>27</b>
<b>2. Sistema educativo de Cabo Verde.....</b>	<b>27</b>
2.1 Caracterização da Educação antes e depois da independência.....	33
2.2 Enquadramento jurídico .....	35
2.3 Educação e Formação / Face ao Desenvolvimento dos Recursos humanos .....	36
2.4. Conclusão Visão estratégica para Educação artística inclusiva.....	37
2.5 Proposta da Visão Inclusiva.....	38
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>39</b>
<b>3.Enquadramento teórico e metodológico.....</b>	<b>39</b>
3.1 Fundamento da Educação Artística.....	40
3.2 Educação pela Arte e Arte na Educação.....	43
3.3 Escola Bauhaus/ Teoria e prática.....	44
3.4 Algumas reflexões sobre ensino artistico (Escola Bauhaus:Ponto de Vista Wassily kandinsky- Teórico e Prático).....	46
3.5 Conceito Pedagógico, organização e metodologia do ensino da arte contemporânea.....	49
<b>CAPITULO IV.....</b>	<b>51</b>
<b>4.Arte e educação.....</b>	<b>51</b>
4.1 Arte e a educação no contexto da realidade cabo-verdiana.....	51
4.2 Síntese dos pilares da educação para ensino artistico .....	53
4.3 Metodologia do ensino e novas tecnologias no contexto contemporâneo Caso Cabo Verde.....	55
4.4 Artes plásticas e perspectiva educacional /Cultura artística.....	57



<b>CAPÍTULO V</b> .....	63
<b>5. Desenvolvimento da Capacidade Artística e Criadora (Compreender-Arte)</b> .....	63
5.1 Sistema educacional (Professor Artista) - (Artista professor) .....	65
5.2 Educar pela diferença através da arte.....	66
5.3 Educação no Contexto Contemporâneo.....	71
5.4 Identidade / diversidade Cultural.....	72
5.5 A obra de Arte e a Cultura museológica.....	73
5.6 Educação Artística / Combate à Exclusão Social.....	75
Considerações finais.....	79
<b>Bibliografia</b> .....	86
<b>Fontes da internet</b> .....	91
<b>Anexos / Decretos-leis</b> .....	91

## **Abreviaturas**

### **Siglas:**

CAP-Centro de Apoio à Produção Popular.  
CILSS-Comité Internacional de Luta Contra Seca no Sahel.  
CIES-Comissão Instaladora do Ensino Superior.  
CEDEAO-Comunidade dos Estados da África Ocidental.  
CFA-Centro de Formação Agrária.  
CJP-Centro Juvenil dos Picos.  
CPLP-Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.  
DGSP-Direcção Geral dos Serviços Penitenciários.  
EBI-Ensino Básico Integrado.  
EIA-M-EIA Escola Internacional de Arte (M-EIA).  
FBAUL-Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.  
ICM-Instituto Cabo-verdiano de Menores.  
ISCEE-Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.  
ISE-Instituto Superior do Ensino.  
IESIG-Instituto de Estudo Superior Isidoro da Graça.  
INIDA-Instituto Nacional de Investigação de Desenvolvimento Agrário.  
IUE-Instituto Universitário da Educação.  
IP-Instituto Pedagógico.  
IPAC-Introdução do Pensamento Artístico e Contemporâneo.  
LBSE-Lei de Base do Sistema Educativo.  
MCIC-Ministério da Cultura e Indústria Criativa.  
ME-Ministério de Educação.  
MPD-Movimento Para Democracia.  
MP-Magistério Primário.  
NEE-Necessidades Educativas Especiais.  
ODM-Objectivos do Desenvolvimento de Milénio.  
PA-CV-Plano de Acção de Arquipélago Criativo Cabo Verde.  
PAICV-Partido Africano da Independência de Cabo Verde.  
PAIGC-Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde.  
PALOP-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.  
PEE-Plano Estratégico da Educação.

PDM-Países de Desenvolvimento Médio.  
PDN-Plano Desenvolvimento Nacional.  
PMA-Países Menos Avançados.  
PNUD-Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.  
PNTNC-(Programa Nha Terra, Nha Cretcheu / Programa minha terra minha querida, 2009-RTP África Rádio Televisão Portuguesa).  
PREBA-Projecto de Renovação e Extensão do Ensino Básico.  
PRCSS-Programa Regional para a Reflorestação e Conservação de Solos no Sahel.  
PRESE-Projecto de Reestruturação e Extensão do Sistema Educativo.  
RGPH-Recenseamento Geral de População e Habitação.  
RNDA- Rede Nacional Distribuição do Artesanato.  
RTP-África -Rádio Televisão Portuguesa.  
TNCV -Televisão Nacional de Cabo Verde.  
UA-União Africana.  
UCID-União Cabo-verdiana Independente e Democrática.  
UE-União Europeia.  
UJP-CV-Universidade Jean-Piaget de Cabo Verde.  
UNI-CV-Universidade de Cabo Verde.

## Introdução

### 1. Justificação e relevância da temática.

O presente estudo surge, naturalmente, em primeiro lugar, no âmbito do Mestrado em Educação Artística e simultaneamente agrega a forte vontade de concretizar um sonho, contribuir para melhoria do ensino artístico em Cabo Verde.

Em segundo lugar, procuramos perceber porque é que há poucos caboverdianos formados em Belas Artes e munir o País de ferramentas necessárias, que propiciam a formação académica em vertentes artísticas, artes plásticas, músicas e danças, teatro, entre outras.

Esses dois factores estão interligados e constituem a base deste trabalho, que delineou numa investigação teórico - prática, uma vez que pelos conhecimentos adquiridos, ao longo do meu percurso de actividades de docência, pretendo colaborar, acrescentando uma nova prática pedagógica no processo da educação e ensino artístico nas escolas cabo-verdianas.

O objectivo desta dissertação, Ensino Artístico No Desenvolvimento de Cabo Verde No Combate à Exclusão Social, é de contribuir para melhorar o Ensino Artístico, articulando à teoria e prática, usando o potencial artístico dos cabo-verdianos, na valorização dos recursos humanos, utilizando as escolas ao serviço da sociedade, analisou-se, os cinco capítulos e subcapítulos sobretudo, o sistema educativo, para que possamos perceber e perspectivar o futuro, promovendo qualidade e excelência, fase aos desafios do ensino para o Século XXI.

Recorremos às experiências «o trabalho como Monitor de Trabalhos Manuais, no antigo Ciclo Preparatório Escola do Ensino Básico Complementar do Concelho de Santa Cruz e Complexo Escolar Regina Silva, Concelho da Cidade da Praia-Cabo Verde» e «técnico na (FBAUL)-Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa» ligada à prática do ensino artístico para uma maior reflexão (como melhorar o ensino da arte), criando uma cultura artística e museológica, na luta contra insucesso escolar e à exclusão social. “Aprender mais para agir melhor” **Amílcar Cabral**.<sup>2</sup>

O método que utilizamos baseou-se na minha formação, actividades profissionais e sobretudo na leitura de vários livros, dado que desde a nossa juventude, estivemos sempre ligados ao ensino, em alguns países (Cabo Verde, Portugal e Angola), trabalhando e exercendo função do docente.

Analizamos a (LBSE)-Lei de Base do Sistema Educativo, (PEE)-Plano Estratégico da Educação e (PDN)-Plano Desenvolvimento Nacional percebemos que a nível do ensino, a educação artística, precisa-se duma contextualização artística propomos, (ideias e inovações), segundo **António**

---

<sup>2</sup>Tolentino André (2006) Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento o caso de Cabo Verde p,26.

**Nóvoa** (2003)<sup>3</sup> “O trabalho intelectual não é deduzir a sua acusação ou argumentar a sua defesa. É, sim, desenvolver um esforço para modificar as maneiras de pensar, para introduzir novas perspectivas interpretações, para formular ideias que ainda não foram pensadas”. Associamos a uma visão estratégica, a (mudança de paradigma),cujo objectivo principal é de colmatar uma lacuna,no sistema educativo,propomos criação do projecto (MAE) Museu, Atelier e Escolas, numa perspectiva para desenvolvimento, de Cabo Verde,promovendo actividades artísticas para as crianças e a juventude.

De olho na educação, educação para todos, e todos pela educação, lutamos por uma escola ao serviço da sociedade, onde as actividades académicas serão divulgadas e aproveitadas para a inserção social e desenvolvimento do País utilizando as novas tecnologias.

Com este trabalho pretendo, também, proporcionar um entendimento enriquecedor sobre a educação artística, ou seja, alargar este tipo de educação, ainda pouco desenvolvido em Cabo Verde, para os mais diferenciados extractos socioculturais da sociedade, promovendo, assim, a educação pela arte, arte na educação e educar pela diferença através da arte, desenvolvendo actividades artísticas numa perspectiva via à industrialização da cultura, no combate à pobreza e exclusão social, delineada, numa pedagogia intercultural dialogante, colocando em destaque o respeito pelo outro, num espaço onde se aprenderia com o olhar do outro. Isto porque actualmente existe uma escola cada vez mais multicultural. A esse respeito, Wassily Kandinsky no seu cartaz multicultural<sup>4</sup> já nas suas obras, desenvolveu várias caricaturas e pinturas marcadas por aspectos naturalistas e impressionistas, e da sua convivência com vários artistas de vários países do mundo onde se percebe uma grande multiculturalidade.

No momento em que vivemos, em que tanto se fala da promoção da paz, de educar e formar para cidadania democrática, de consolidar e vigorar formas de luta a vários níveis, sobretudo no continente africano<sup>5</sup> com vista a reconhecer o plural e a aceitar o diferente, faz todo sentido procurarmos reflectir e efectuar, interiormente, mudança de atitude para subsequentemente, favorecermos a implementação de medidas tendentes à concretização de pontos de convergências entre culturas e os mais desfavorecidos.

---

<sup>3</sup> O governo de si mesmo Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meado do século XX Ramos Do Ò, Jorge, p, prefácio – XXI).

<sup>4</sup> Os fundadores de Cavaleiro Azul, Marc e Kandinsky, haviam seleccionado obras de vários artistas de várias nacionalidades e de diversas tendências: **KANDINSKY**, (2007) Ulrike Becks-Malorny, p, 77.

<sup>5</sup> “A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o Mundo “**Nelson Mandela** (Jornal Sexta 27 de Junho de 2008).

Esta dissertação não foi redigida ao abrigo, do Novo Acordo Ortográfico Da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor pela promulgação do Decreto-lei 6.583/2008 de 29 de Setembro, pelo facto do autor, exerce função de Docente, desde 2013 até presente data, na VI Região Académica, designadamente no (ISPGS) - Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, na Cidade do Lubango, Província da Huíla, República de Angola, país que não aderiu o Acordo.

## **2. Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação desenvolve-se em cinco capítulos que passamos agora a citar de uma forma descritiva e sumária, diferenciando as etapas de investigação do trabalho ao longo do presente estudo.

No capítulo I procede -se o enquadramento do País, local onde a investigação é levada a cabo, nomeadamente: Caracterização geral de Cabo Verde; Situação geográfica-clima; Origem da população cabo-verdiana; Caracterização Cultural; Enquadramento histórico político e social.

No capítulo II, é feito o historial do processo educativo ao longo de várias décadas que se organiza nos seguintes subcapítulos: O Sistema educativo de Cabo Verde; Caracterização da Educação antes e depois da independência; Enquadramento jurídico; Educação Pré-Escolar; Ensino Básico; Ensino Básico Integrado; Ensino Secundário; Ensino Médio; Educação Extra-Escolar Modalidades Especiais; Ensino Superior; Educação e Formação, Face ao Desenvolvimento dos Recursos humanos; Conclusão.

No capítulo III, Enquadramento Teórico; Fundamento à Educação Artística; Educação pela Arte e Arte na Educação; Escola Bauhaus -Teoria e prática; Conceitos Pedagógicos, organização e metodologia do ensino da arte contemporânea, são abordados temas para uma implementação da melhoria do ensino artístico em Cabo Verde.

No capítulo IV, explora-se e analisa-se os conceitos associando-os à realidade cabo-verdiana: Introdução; Arte e a Educação no Contexto da realidade cabo-verdiana; Objectivos; Metodologia do ensino e novas tecnologias no Contexto Contemporâneo - O Caso de Cabo Verde; Artes Plásticas e Perspectiva Educacional / Cultura artística.

No capítulo V, refere-se importância da arte na educação, utilizando modelos e conceitos de vários estudiosos da arte no mundo, sempre numa perspectiva da valorização de recursos humanos, a citar: Educar pela diferença através da arte; Educação no contexto contemporâneo; Identidade / diversidade cultural; A obra de arte e a cultura museológica; Educação artística / combate à exclusão social; Conclusão.

Considerações Finais / Prospectivas face aos desafios artísticos do Século XXI em Cabo Verde, termina com uma reflexão sobre o papel do ensino artístico em Cabo Verde, sabendo das condições de um País arquipelágico, propondo uma melhoria no plano curricular, de modo a

aproveitar as capacidades artísticas, bem como as competências pedagógicas dos profissionais, que lidam com os alunos, no seu dia, a dia, e melhorando o nível de vida dos cabo-verdianos, e fazer da arte como forma de gerar riquezas.

### 3.Objecto e Objectivos

Constata-se que existe uma estrutura programática transversal aos três níveis de ensino, de forma a torna-lo devidamente operacional o processo de aprendizagem do ensino artístico, ou seja uma execução prática, conduziu-nos a três objectivos:

O primeiro objectivo foi o desejo de perceber os actuais conteúdos programáticos e orientação metodológica do ensino artístico nas escolas cabo-verdianas, e verificar a pouca motivação e a prática, com objectivo de melhorar o curriculum em vigor.

O segundo objectivo, o principal desta dissertação, é a elaboração de uma programação, delineada em metodologias eficientes, baseada numa experiência prática de um conjunto de actividades, numa interacção pessoal, de acordo com a realidade do País.

O terceiro objectivo é perspectivar o ensino artístico, aproveitar os potenciais artísticos dos cabo-verdianos, baseada na nossa experiência como educador inspirado na leitura da tese do doutoramento do Professor Jorge Ramos do Ó, em particular nas palavras do Professor António Nóvoa<sup>6</sup> gostaríamos de propor os seguintes princípios:

- Estruturar o ensino com instrumentos e idoneidade, capaz de desenvolver nas escolas o potencial e capacidade artística dos cabo-verdianos, no combate à pobreza e à exclusão Social.
- Introduzir melhorias nos programas da educação artística, nos três níveis do ensino, (1º, 2º e 3º ciclo) e ser capaz de interagir, com o outro numa perspectiva científica, para uma economia da cultura, em prol do desenvolvimento.
- Criação do projecto - **M. A. E.** (Museus; Ateliês; Escolas), onde as crianças irão desenvolver, artes plásticas; música, dança, teatro, com uma agenda cultural apropriada, digna da diversidade, promovendo actividades, concursos culturais inter- ilhas, criar entre várias escolas a

---

<sup>6</sup> “O trabalho intelectual não é deduzir a sua acusação ou argumentar a sua defesa. É, sim, desenvolver um esforço para modificar as maneiras de pensar, para introduzir novas perspectivas interpretações, para formular ideias que ainda não foram pensadas” **Nóvoa**, António (2003). O governo de si mesmo Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meado do século XX Ramos Do Ó, Jorge, p, prefácio – XXI.

semana cultural, encontro de cabo-verdianidade, numa perspectiva que se pode chamar o Museu do Século XXI, aberta a actividades juvenis e inclusão social.

- Promover concursos entre várias escolas do País com publicações dos trabalhos com o tema educar pela diferença, divulgado através da comunicação social, rádio, televisão e a internet no programa educativo já existente no País. Produzir material didáctico de forma a abordar a problemática em questão, e valorizar a personalidade individual, e a diversidade cultural de cada comunidade existente.
- Consciencializar para a necessidade de estudar e experimentar novas metodologias que expressem as necessidades da realidade multicultural da população escolar, pintura, música, danças, literatura, escultura, teatro, de várias realidades geográficas do Mundo.
- Promover as actividades escolares no Museu, aproveitar o potencial artístico das crianças e dos jovens, numa perspectiva de uma cultura museológica capaz de interpretar os conceitos estéticos e artísticos face as ideais Universais, na promoção do potencial turístico do País, da ilha de Santo Antão à ilha da Brava e as suas especificidades locais.

#### 4. Síntese dos objetivos

O presente estudo constitui uma proposta de reflexão sobre o Ensino Artístico No Desenvolvimento de Cabo Verde no Combate à Exclusão Social, o que caracteriza a sociedade actual, valorizando o potencial artístico de um País no qual a juventude é expoente máximo da população, e por isso as escolas em particular devem de modo muito eficiente trabalhar em prol do melhoramento das condições de vida dos cabo-verdianos e do desenvolvimento do País<sup>7</sup>, ou seja o trabalho desta dissertação surge como uma proposta para implementação no ensino do arquipélago de Cabo Verde.

A proposta de reflexão fundamenta – se na presente situação vivida, e nas condições que se encontram em Cabo Verde, onde é preciso uma educação com particularidade que incide na especificidade de cada ilha, aproveitando as potencialidades do mesmo.

Entenda-se neste contexto da diversidade e da multiculturalidade no sentido mais amplo, abarcando o contexto contemporâneo, pelo que se pretende que este trabalho de investigação seja um contributo para o

---

<sup>7</sup> “Sempre teve Cabo Verde no coração e a noção de que a maior riqueza de um País está na educação e preparação dos seus recursos. Tenho para mim que esta obra científica sobre papel da Universidade nas transformações sociais, focado no caso de Cabo Verde, representa também uma lição de vida” **MOTA**, Isabel (2007). Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados Em Desenvolvimento: O Caso Cabo Verde; Tolentino, André Corsino, p, 2



desenvolvimento da educação artística, trazendo à investigação científica a possibilidade de aprofundar o conhecimento das obras de arte, e o ensino artístico a nível mundial.

Atendendo a diversidade e o multiculturalismo no contexto contemporâneo, enquadrámos antiga Ribeira Grande, actual Cidade Velha<sup>8</sup> que é berço da mestiçagem e a origem da cabo-verdianidade<sup>9</sup>, Património Mundial da Humanidade, desde 26 de junho de 2009, ao qual prestamos as nossas homenagens e agradecemos, com toda morabeza, a equipa multidisciplinar, que participou no processo da candidatura, cuja elaboração e coordenação do projecto foi da responsabilidade do Arquitecto Álvaro Siza Vieira (Prémio Pritzker-1992).

A presente realidade mostra o desenvolvimento do País e a cooperação com diversos Estados do Mundo, e o facto de pertencer as várias Comunidades nomeadamente: (PALOP) - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; (CPLP) - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa; (CEDEAO) Comunidade do Estados da África Ocidental; (UA) - União Africana; Membro do Comité Internacional de Luta Contra Seca no Sahel CILSS. Procuram-se ainda parcerias especiais com a (UE) União Europeia, que neste momento se encontram em fase da negociação.

Por outro lado com as comunidades de vários Países e de várias etnias, bem como a comunidade chinesa, residente no País, é preciso estar de olhos na educação, - uma educação para todos, e todos pela educação - uma escola diversificada, e multicultural aproveitando a capacidade intelectual, visando proporcionar entendimento enriquecedor entre culturas diferenciadas, promovendo uma pedagogia intercultural e dialogante pondo em destaque o respeito pela diferença ou seja, educar pela diferença através de arte ou num espaço onde se aprenderia com a diferença dos outros.

A sociedade actual exige cada vez mais uma formação multicultural e multilingue, a todo nível de conhecimento, saber sobre o outro, a sua cultura e a língua, são essenciais para o cidadão do presente e do futuro constituindo mais uma valia para riqueza pessoal e da humanidade<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> “O reconhecimento da Cidade Velha como Património da Humanidade é um orgulho para todos os caboverdianos, porque significa a valorização das nossas origens” Pedro Pires (2009). Ex-Presidente da República de Cabo Verde.

<sup>9</sup> Cabo-Verdianidade 1- Qualidade própria do que é cabo-verdiano. 2 - Caracter específica da cultura ou da história de Cabo Verde. 3 - Sentimento de amor ou de grande afeição por Cabo Verde. Em resumo é um conjunto dos caracteres e das maneiras de pensar, sentir e de exprimir próprios dos cabo-verdianos, (educado, honesto e trabalhador).

<sup>10</sup> “Espero que no resto do mundo se prossiga e encoraje o espírito da cultura inconsciente (microcultura), porque o futuro da raça humana está na sua capacidade de manter a diversidade e em utilizá-la para o seu proveito” HAAL, Edward, (1994) A linguagem silenciosa, P, 13.

# **CAPÍTULO I**

## **1. Caracterização geral de Cabo Verde**

Este capítulo apresenta as principais características do Arquipélago de Cabo Verde, as suas origens, em termos históricos, as condições climatéricas, aspectos culturais, demográficos, políticos e sociais. É um pequeno Estado Insular Africano cujas origens vulcânicas, o seu clima tropical seco, as condições arquipelágicas, a seca, escassez dos recursos naturais, obrigam à luta pela sobrevivência, esta intimamente ligada aos caboverdianos ao longo da sua história.

### **1.1 Situação geográfica / clima**

A República de Cabo Verde é um pequeno País africano, situado a 500 km da Costa Ocidental Africana, na direcção do Senegal entre as latitudes e 14.º 23'e 17.º 12' Norte e a longitude entre 22º 40' e 25º 22' Oeste do Meridiano Principal.

É composto por 10 ilhas, de origens vulcânicas, sendo nove habitadas. Estruturam-se em dois grupos: Sotavento e Barlavento. O grupo de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava; o de Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista. A superfície total é aproximadamente de 4033 Km<sup>2</sup>; segundo o (RGPH) - Recenseamento Geral de População e Habitação, realizado em Junho de 2010, a população residente era de cerca de 491.875 mil habitantes, sendo 51% do sexo feminino, 49% dsexo masculino e com uma grande, comunidade na Diáspora.



**Fig. Nº 1** Mapa-mundo / Localização Geográfica das Ilhas de Cabo Verde.\n  
**Fonte:** <http://antigascoloniasafricanas.blogspot.com/2017/03/cabo-verde.html>



**Fig. Nº 2** Mapa – Arquipélago da República de Cabo Verde.\n  
**Fonte:** <http://www.villastaubyn.com/2014/09/03/1573>.

A população é essencialmente jovem, tendo 62% menos de 25 anos, o que contribuí para uma forte pressão sobre os sistemas de educação, saúde, formação profissional e mercado de trabalho. As ilhas são montanhosas sendo o Pico do Fogo, com 2829 metros, o ponto mais alto do País onde existe um vulcão activo, que, de vez em quando, entra em erupção, o que provocou aos habitantes de Chã das Caldeiras, alguns problemas. Devido às consequências referidas, exige medidas especiais às autoridades cabo-verdianas.

O clima é tropical seco, com duas estações: seca, que vai de Novembro a Junho, portanto mais longa que o período das chuvas, que abrange Julho, Agosto, Setembro e Outubro, embora raramente chova neste último mês. A temperatura média anual raramente é superior a 25°C, e não desce abaixo dos 20º centígrados, com uma amplitude térmica na ordem dos 10º graus devido ao clima tropical quente, em que faz sol quase 365 dias por ano.

## **1.2 Origem da população cabo-verdiana**

Por volta de 1460, os marinheiros Portugueses ao serviço da Coroa, descobriam as primeiras ilhas de Cabo Verde, sendo António da Noli (1419,1497)<sup>11</sup> e Diogo Gomes (1402,1420-1502)<sup>12</sup> os descobridores oficiais das primeiras cinco ilhas, mas a data exacta do desembarque deles, é motivos de controvérsia e discussões.

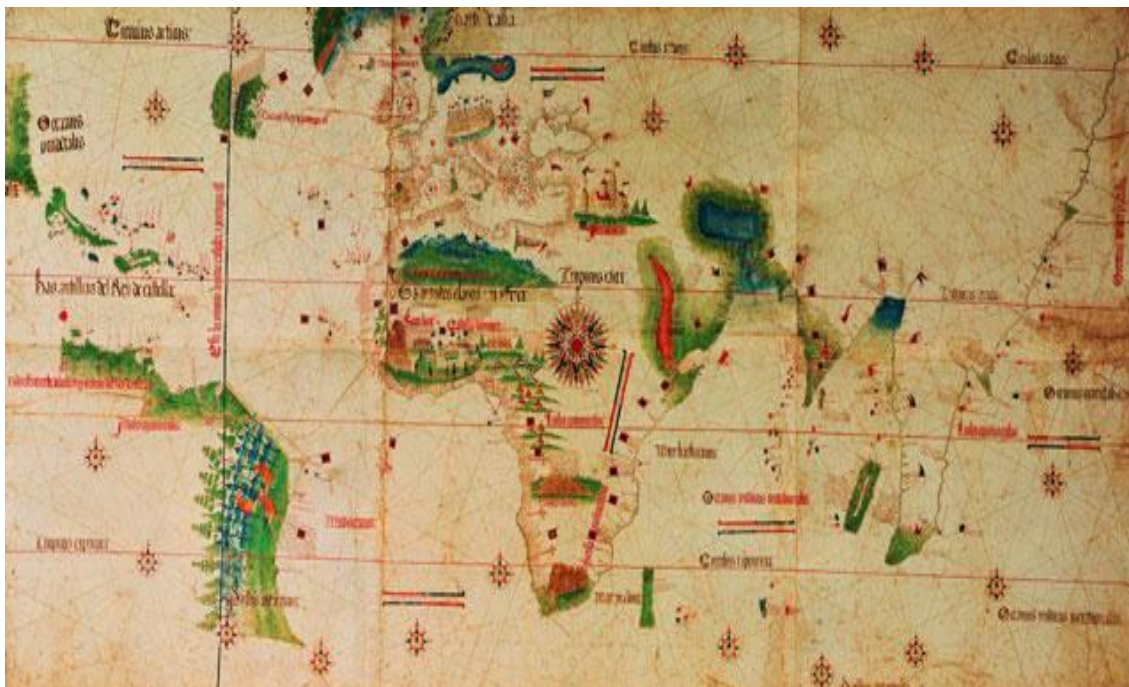
Sabe-se que a descoberta foi oficializada pelo diploma real de 3 de Dezembro de 1460, que as cinco ilhas são: Sam Jacob-Santiago; Sam Filipe-Fogo; Dela Mayes-Maio; São Christovam-Boa Vista; e Lana-Sal. Mais tarde, por volta de 1462, Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, acompanhado por António da Noli, na sua sucessiva expedição de povoamento da ilha de Santiago, descobriu as outras ilhas, do grupo ocidental.

---

<sup>11</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio\\_da\\_Noli](https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_da_Noli).

<sup>12</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo\\_Gomes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_Gomes).

Existe uma discussão de alguns historiadores nomeadamente, Serrão,<sup>13</sup> Múrias<sup>14</sup> e Teixeira da Mota<sup>15</sup> sobre, existência ou não de indício da presença de povos jalofo (da zona da Guiné), que na época pudessem estar na ilha, antes da chegada dos portugueses, apesar de ser a tese sustentada em lendas e não provadas. Alguns mapas (fig.nº3) indicam que os árabes da primeira metade do século XV, representam duas ilhas diante do promontório senegalês, ou seja de Cabo Verde com nome de “Aulil” A primeira ilha a ser descoberta é a de Sam Jacob-Santiago e o desembarque ocorreu diante do Vale da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, provavelmente o primeiro a desembarcar na ilha Santiago foi Diogo Gomes e António da Noli, e uma vez mais, rapidamente regressaram a Portugal para dar a notícia.



**Fig. Nº 3** Mapa dos descobrimentos portugueses -1415 /1543.  
**Fonte:** [https://pt.wikipedia.org/wiki/Descobrimientos\\_portugueses](https://pt.wikipedia.org/wiki/Descobrimientos_portugueses)

<sup>13</sup> **SERRÃO**,Joel – Cabo Verde,in:Dicionário de História de Portugal Vol.I / A-C Lisboa: Iniciativas Editoriais S/d, p.413.

<sup>14</sup> **MÚRIAS**, Manuel – Cabo Verde memória breve.Lisboa: Agência Geral das Colónias em 1939 p.17-28.

<sup>15</sup> **TEIXEIRA DA MOTA** – Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde. In: Revista Garcia da Orta vol.nº9 (nº1-166) -Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961,p.11.



Assim começava a história de uma sociedade, do povo das ilhas, o povo crioulo, Ribeira Grande actual Cidade Velha, que é berço da cabo-verdianidade, e a primeira Cidade construída pelos Europeus em África subsaariana.



**Fig. Nº 4** Praça do Pelourinho Ribeira Grande Actual Cidade Velha  
**Fonte:** [https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_Velha](https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Velha).

Situada a cerca de doze quilómetros da Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, Ribeira Grande, é um vale verde às bordas do mar, onde os monumentos são testemunhos do seu passado. Há cinco séculos foram os primeiros contactos entre os europeus e o negro da costa ocidental africana, contacto esse que gerou o nascimento de um novo povo, o cabo-verdiano.

Ribeira Grande nasceu nas margens do mar, em torno de um planalto, actualmente conhecida como a Praça Velha, onde à volta existe o Pelourinho, (fig.nº4) símbolo do poder municipal, e representava o poder do senhor sobre os escravos, porque também servia de lugar de exposições – venda e ao mesmo tempo local onde se praticavam as punições, sendo os castigos físicos praticados na presença de todos, para que servisse de exemplo.

Pelo seu porto passaram as caravelas, transportando os escravos da África para outras partes do Mundo, designadamente para Europa e o continente Americano, e os escravos passavam nesta paragem para ladinização, subsequentemente eram transportados para os destinos já referidos.

Por tudo isto, a antiga Ribeira Grande, Cidade Velha actual Município da Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde, se reveste de grande importância histórica para a humanidade.

Cidade Velha (fig.5,6,7), actualmente Património da Humanidade, contou com a colaboração da Sra. Ermelinda Monteiro Barreto, que é apelidada como a «Memória viva de Cidade Velha» devido à sua pronta intervenção<sup>16</sup> junto do Arquitecto Siza Vieira, o que levou as autoridades cabo-verdianas a reagir de uma forma pedagógica junto da população, na preservação e conservação das ruínas do município da Ribeira Grande.



**Fig. Nº 5** Ruínas da antiga Catedral Ribeira Grande - Actual Cidade Velha.

**Fonte:** [https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_Velha](https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Velha)

---

<sup>16</sup> “Vão nos obrigar a por palha! Vai haver problemas, vai haver problemas... se nos querem dar telha, nós colocamos, ficamos agradecidos, e que Deus lhe ajude, mas se não quiserem nos ajudar, de qualquer maneira colocamos. Trabalhamos com fé em Deus e colocamos telha, mas agora a palha não pomos, a palha não pomos mesmo. Estamos a brincar? O Siza a morar confortavelmente em Portugal e a nós nos manda colocar palha na casa” **VIEIRA**, Sofia (2013) A melancolia da casa idealizada Formas e Materiais Arquitectónicos das Habitações Tradicionais da Ribeira Grande. Cabo Verde,p.87.

“Es ta obriga alguém po casa padja! Go é guerra go, go é guerra go...si é sa ta danu tedja pa nu poi, ma nu fical obrigado. Ma Deus ta djudal, mas agora se ka sa djudanu, di qualquer manera ma nu ta poi, nu ta trabadja ku Deus ma nu ta poi tedja, ma go padja nu ka ta poi, padja nu ka ta poi,nu ka ta poi propri. É ka troca? Siza bem moradu la Portugal ago é ta manda alguém bem poi casa padja” **Crioulo Cabo-Verdiano. VIEIRA**, Sofia (2013) A melancolia da casa idealizada Formas e Materiais Arquitectónicos das Habitações Tradicionais da Ribeira Grande. Cabo Verde,p.87.





**Fig. Nº 6** Ruínas do Forte de São Filipe - Actual Cidade Velha.  
**Fonte:** [https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_Velha](https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Velha).



**Fig. Nº 7** Igreja Nossa Sra. do Rosário – Cidade Velha.  
**Fonte:** [https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_Velha](https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Velha).



Em 2005, volta a ser proclamada conjuntamente com a reconstituição do Concelho da Ribeira Grande; no âmbito da descentralização foi desanexada do Concelho da Praia, Capital da República de Cabo Verde, e o projecto da candidatura a Património Mundial foi elaborado por uma equipa, cuja coordenação cabia à responsabilidade do Arquitecto Álvaro Siza Vieira, vindo a ser declarada Património Mundial desde o dia 26 de Junho de 2009.

### 1.3 Caracterização Cultural

A cultura de Cabo Verde é uma mistura da cultura africana e europeia, tem sobretudo, vasto espectro de música, que reflecte as diversas origens da população cabo-verdiana.

A língua materna o (crioulo), é uma parte da cultura cabo-verdiana, sendo a língua oficial o Português, mas a língua crioula é a mais falada, a literatura tem tido também o seu espaço, tendo os escritores a escrever tanto em português, como em crioulo<sup>17</sup>.

Actualmente há muitos estudiosos linguísticos, que defendem o bilinguismo, ou seja a língua materna (crioulo), como língua oficial, o que tem provocado muitos debates e polémicas pelo facto de Cabo Verde possuir várias ilhas, e que cada uma delas, tem as suas pronúncias, o mais importante é que haja um consenso de uma escrita, de forma que os cabo-verdianos, que vivem no País e na diáspora, e também os que escolherem viver em Cabo Verde, possam ter uma ferramenta, onde possam aprender a falar e escrever, em crioulo, a língua materna.

Devido à insularidade, à seca e à fome em Cabo Verde, votado ao abandono, o povo das ilhas tinha duas opções: viajar uma imigração forçada para as roças de São Tomé e Príncipe, e Angola ou morrer de fome. Estes dois marcos tiveram grande repercussão na vivência dos cabo-verdianos.

Estes dois factos foram marcos que tiveram repercussão no dia-a-dia deste povo, tendo sido mais tarde convertidos num dos temas musicais mais célebres de Cabo Verde, «a morna<sup>18</sup> SODADI», cantada pela Diva Dos Pés Descalços a Cesária Évora, e «o funana, mais emblemático “FOMI 47”, fomes dos anos quarenta e sete», de Gregório Vaz (Kodé Di Dona), cujo autor exprimiu o seu sentimento, evocando a partida dos cabo-verdianos para a dura realidade, vivida na época, a fome, que naquele ano causou milhares de mortos, o que pode explicar porque havia tantos candidatos para ir trabalhar nas roças, nas grandes plantações de cacau.

Existem algumas tradições artísticas, nomeadamente o carnaval das ilhas, com especial destaque do Mindelo na ilha de São Vicente, e São Nicolau.

---

<sup>17</sup> “**O ALUPEC** (Alfabeto Unificado da Escrita do Crioulo, eu diria do cabo-verdiano); “fase experimental” por força do Decreto – Lei nº 67/ 98 (Boletim Oficial nº 48, I Série, 5 complemento) e o léxico predominantemente da ilha do Fogo, aquele que mais aproxima as variantes extremas do cabo-verdiano, as de Santo Antão e de Santiago, como já tinha observado o grande B.Léza (Francisco Xavier da Cruz, São Vicente), (1905-1958) nos anos 30 do século XX”. **TOLENTINO**, Corsino. (2007) Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados Em Desenvolvimento: O Caso De Cabo Verde p, 28.

<sup>18</sup> “Depois de utilizar a minha carreira para divulgar os nossos artistas e dar a conhecer o mundo a riqueza da nossa cultura, quero, agora, divulgar a paz, a confraternização e a justiça através da minha música.” **VIEIRA**, Paulino, (2008).

Os festivais de músicas baías das gatas, em Mindelo São Vicente; Gamboa Cidade da Praia; ilha do Sal e da Boa Vista, sem esquecer dos tradicionais ritmos, musicais: morna, coladera, mazurca; são Nicolau, sal; tabanka, batuco e ladainha funana da Ilha Santiago, Cola San Djom – São João da Ilha de São Vicente, Fogo e Brava.

A cultura cabo-verdiana é mestiça, resultado do contacto entre dois povos e sua respectiva cultura, o colonizador português e o escravo africano, que deve ser estudada, e trabalhada, porque há um património em comum, que é a língua portuguesa. A globalização, iniciada com a história dos descobrimentos, modernizada com as novas tecnologias é umas das vantagens técnicas, económicas e sobretudo a cultural, que é a fonte de inspiração ideológica de um povo, o mais importante é saber utilizar e divulgá-lo.

## **1.4 Enquadramento histórico político e social**

A colonização Portuguesa durou cinco séculos e o movimento da luta pela independência desencadeado na década de 50 do século passado, atingiu o grande objectivo, também em consequência do golpe de Estado que depôs a ditadura em 25 de Abril de 1974.

As conversações e negociações entre o PAIGC e o Governo Português, no sentido de obter a independência iniciaram-se após o 25 de Abril, cujas reuniões foram realizadas em Londres, Argel e Lisboa.

Em 05 de Julho de 1975, após a independência, Cabo Verde tornava-se uma República independente, tendo como primeiro Presidente da República Aristides Maria Pereira, Presidente da Assembleia Popular, Abílio Duarte, e Primeiro-Ministro Pedro Verona Rodrigues Pires.

Cabo Verde ascendeu à independência em 5 de Julho de 1975, após quinhentos anos de ocupação Portuguesa, sem luta armada no arquipélago, mas com um espírito nacionalista motivado devido ao trabalho desenvolvido pelo (PAIGC) - Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde, fundado por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral...e mais compatriotas a dez de Setembro de 1956, em Guiné - Bissau, com o objectivo da libertação da Guiné e Cabo Verde do domínio Colonial Português.

Tendo havido alianças entre os movimentos nacionalistas na luta armada dos cidadãos Guineenses e os Cabo-verdianos, sem esquecer, que Amílcar Cabral - engenheiro agrónomo, era filho de pai Cabo-verdiano e mãe Guineense, sendo assim a política entre Cabo Verde e Guiné – Bissau, baseava-se numa ideologia de Unidade Guiné Cabo Verde (dois corpos e um coração), resultado da luta armada em conjunto entre os dois povos.

Devido, golpe de Estado, de 1980 organizado e dirigido, pelo João Bernardo Vieira na época, desempenhava-se o cargo do Primeiro-Ministro, culminou na deposição do Luís Cabral e quebrou, a Unidade entre os Estados, da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Com o facto acontecido, os cabo-verdianos, à 20 de Janeiro de 1981, realizou-se um congresso, extraordinário e alterou a designação do (PAIGC) -

Partido Africano de Independência da Guiné e de Cabo Verde, para o (PAICV) - Partido Africano da Independência de Cabo Verde, que permaneceu no Governo durante 15 anos, de 1975 a 1990, período designado pelos cabo-verdianos, «época do partido único», sendo o Presidente da República Aristides Maria Pereira, e o Primeiro-ministro, Pedro Verona Rodrigues Pires.

Em 1990, com introdução de multipartidarismo em Cabo Verde, o (MPD) - Movimento Para a Democracia, o partido liderado pelo Dr. Carlos Veiga, ganhou as eleições, e governou o País, por dois mandatos, como Primeiro-ministro e Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro.

Na década de 2001, o (PAICV), Partido Africano de Independência de Cabo Verde, liderado pelo Dr. José Maria Neves, ganhou as três eleições sucessivas, o que culminou com a derrota em 2015, cujo Presidente da República foi Pedro Verona Rodrigues Pires que fez dois mandatos, sendo o terceiro mandato do (PAICV), Partido Africano de Independência de Cabo Verde, em que a Presidência da República cabe ao Dr. Jorge Carlos Fonseca, que ganhou a eleição Presidencial.

No ano de 2016, o (MPD) Movimento Para Democracia, liderado pelo Sr. Ulisses Correia Silva, é o actual Primeiro-ministro, e o Dr. Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República, no seu segundo mandato de cinco anos.

O País possui alternância do poder entre as duas maiores forças políticas, o (PAICV), Partido Africano de Independência de Cabo Verde, o (MPD) Movimento Para Democracia, e a (UCID), União Cabo-verdiana Independente e Democrática ou seja, a terceira força partidária, de menor dimensão.

As eleições, presidencial, legislativa e autárquica, decorrem de acordo com a Lei vigente no País, e o respeito pela diferença. O órgão do poder instituído em Cabo Verde, é semelhante ao da República Portuguesa, com separação dos poderes.

## **CAPITULO II**

### **2.Sistema educativo de Cabo Verde**

Com a independência de Cabo Verde em 1975, procurou-se romper com o Sistema Educativo Colonial<sup>19</sup> e criar um sistema de ensino não conservador, voltado para “Formar jovens gerações na concepção científica do mundo, desenvolver capacidades intelectuais, físicas e espirituais do individuo...,

---

<sup>19</sup> “Durante muito tempo, até ao fim dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo: filhos e filhas da burguesia comerciante, dos morgados e proprietários agrícolas e filhos de uma Classe média em crescimento lento dos empregados e dos intelectuais (...) A política de “assimilados” criada por Salazar a partir de 1930, que separava os indígenas dos assimilados, deu origem a uma elite restrita de cabo-verdianos que foram utilizados como pequenos e médios funcionários no ultramar” **AFONSO, Maria M. (2002),p. 119;FURTADO,João Paulo Mendes. (2008) Evolução da Educação em Cabo Verde antes e depois de Independência. Pag.15.**

converter os princípios ideológicos e políticos em convicções pessoais e hábitos de conduta cívica; formar um homem livre e culto para participar activamente e conscientemente na construção do país” (Ministério da educação,1977;pág.1).

Esta política veio ao encontro da aspiração da população na época, como afirmação da identidade, eliminando o analfabetismo, tendo como prioridade estabelecida a educação básica, visando as crianças, os jovens e adultos.

A primeira reforma do ensino aconteceu em 1977, substituindo o ensino primário, em dois níveis, básico e elementar de quatros anos, e básico complementar de mais dois anos. O ensino secundário manteve a estrutura da época colonial, sendo que o país tinha apenas dois Liceus - Domingos Ramos, na Cidade da Praia, ilha Santiago, e Ludgero Lima na Cidade Mindelo, na ilha de São Vicente.

Com alteração da Constituição da República de Cabo Verde, em 1990,foi criadas as condições para a realização das eleições multipardárias, o Ensino Secundário que estava circunscrito na Cidade da Praia e no Mindelo, foi alterado com,a nova dinâmica governativa e a Integração do (PREBA) - Projecto de Renovação e Extensão do Ensino Básico, e o (PRESE) – Projecto de Reestruturação e Extensão do Sistema Educativo.

Estes dois projectos, conjuntamente com – «A Lei de Base do Sistema Educativo, nº 103/III/90, definiram a estrutura do sistema na década de noventa», perspectivando o País rumo a uma outra dinâmica, conforme a «fig. nº8 Organigrama do Sistema Educativo Caboverdiano<sup>20</sup>».

Na década de noventa foram criadas várias escolas de ensino superior, públicas e privadas e o Instituto Superior de Educação. A implementação do Projecto (PRESE) - Projecto de Reestruturação e Extensão do Sistema Educativo, responsável pela reforma do ensino secundário (que permitiu a reestruturação deste nível de ensino já incluindo o 12ºAno) possibilitou a sua extensão generalizada no País, a qual teve uma evolução muito positiva, não obstante a criação do Instituto Superior de Educação, bem como a sua

---

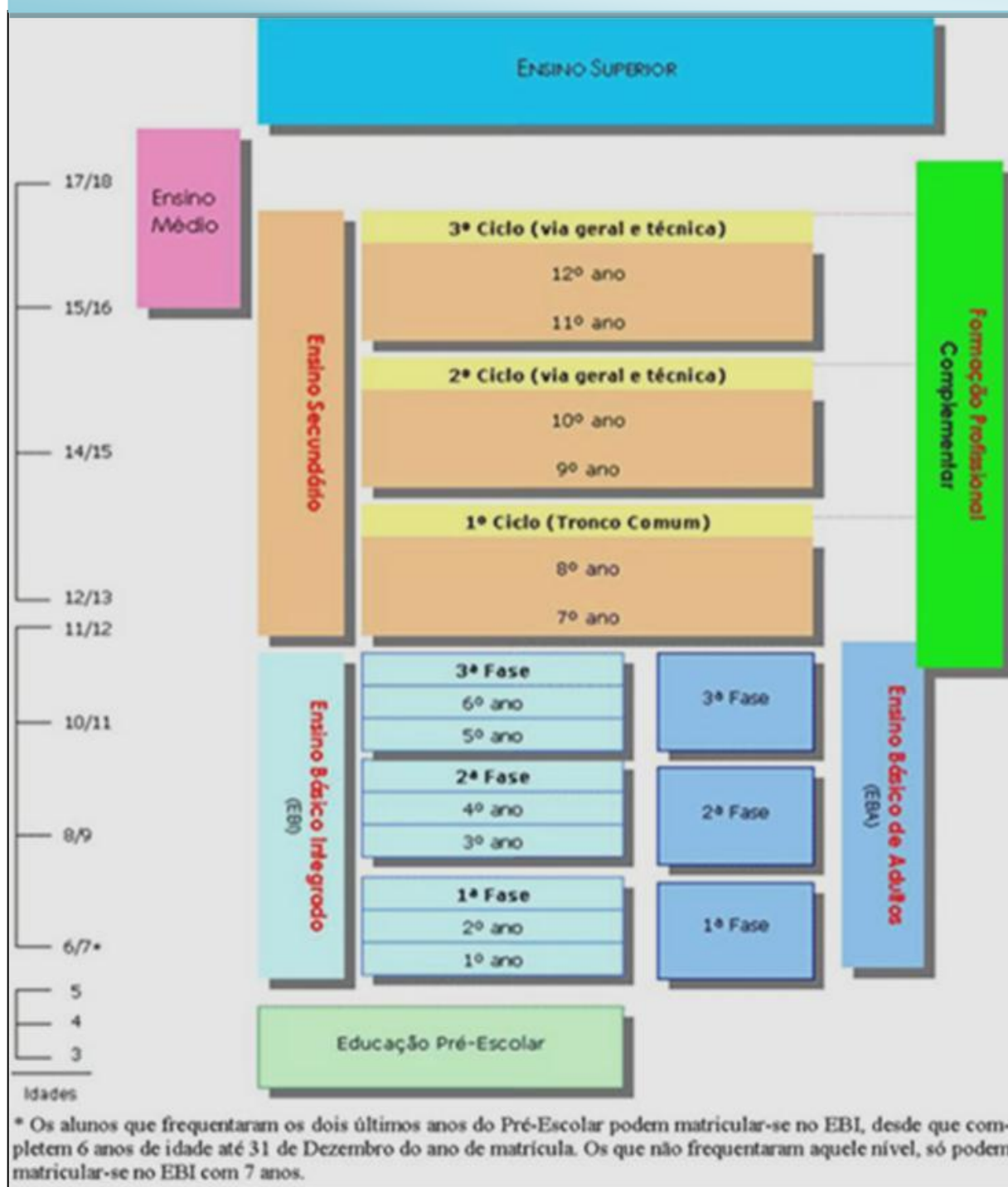
<sup>20</sup> Organigrama do sistema educativo cabo-verdiano- ([www.minedu.gov.cv](http://www.minedu.gov.cv) (30-09-2009).

reestruturação, porque já existia desde dos finais da década de oitenta destinada à formação dos docentes para esse nível do ensino.

O (PEE) - Plano Estratégico da Educação, a reforma curricular, do ensino básico integrado generalizada a partir de 1994/95, sendo a nova configuração do ensino secundário aplicada após 1995/96, num quadro operacional de reorganização da administração e gestão escolares.

Fig. Nº 8 – Organigrama do Sistema Educativo Caboverdiano.

Fonte: [www.minedu.gov.cv](http://www.minedu.gov.cv).2009.



Nessa mesma década foram criadas várias escolas de ensino superior, públicas e privadas e Institutos com o objectivo de munir o País de ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento, cujo suporte fundamental é o Enquadramento Jurídico Lei nº 103/III/90 – Primeira Lei Base do Sistema Educativo, de 26 de Dezembro, que preconiza a institucionalização do Ensino Superior criando para isso a CIES - Comissão Instaladora do Ensino Superior parcialmente implementada partir de 1991. Os principais instrumentos jurídicos que estruturam o ensino, a nível superior em Cabo Verde ou seja os Decreto-Lei, estão alistadas no anexo da dissertação, (BO) Boletim Oficial de Cabo Verde, em formato papel, bem como no suporte electrónico disponibilizado no Site<sup>21</sup> para consulta dos cidadãos.

O estabelecimento de protocolo com a congénere Portuguesa no sentido de apoio pedagógico e científico de equivalência para conclusão de ciclos de estudos, no apoio à realização de mestrados constitui uma condição e um estímulo à sua qualidade.

A Universidade de Cabo Verde (2004) aproveitou as potencialidades das escolas existentes que passaram a integrá-la. O (IP) - Instituto Pedagógico é a escola que deu continuidade à formação dos professores feita nas antigas Escolas do Magistério Primário. Portanto, um vasto conjunto de reformas permitiu numa primeira fase, a universalização do ensino básico, e numa segunda, a expansão do ensino secundário, a criação do ensino superior, agora já estendida a várias áreas do saber.

A integração de diversas escolas do ensino superior público na recente Universidade de Cabo Verde é mais uma aposta no sentido de criar capacidade técnica capaz de gerar riqueza através da prestação de serviços, superando, por esta via, a vulnerabilidade natural de País.

Tolentino (2007) defende “Uma Universidade cultural, tecnológica e empreendedora com a missão definida no cruzamento de três eixos: ensino, investigação e economia, entendida como a arte de gerar riqueza”, e com uma missão definida, em seis elementos;<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Imprensa Nacional de Cabo Verde - <https://kiosk.incv.cv/>

<sup>22</sup> a) Actualizar e transmitir o património científico e cultural das gerações anteriores; b) renovar prospectivamente o património herdado, procurando antecipar e influenciar o futuro; c) pensar e orientar cientificamente e modernização do sistema de educativo; d) contribuir para o desenvolvimento científico,



O (PED) - Plano Estratégico para Educação, (2003 - 2012) permite identificar os objectivos; há vários níveis, desde Educação Pré - escolar, até ao Ensino Superior.

Fórum Mundial da Educação promovido pela Unesco em 2000 e do qual sai o “Compromisso de Dakar de uma educação para todos” Foi elaborado o (PNE-CV/2002), o Plano Nacional de Educação para todos de Cabo Verde em 2002, no Quadro de Acção de Dakar, que fixa os grandes objectivos da educação para todos até 2015, e com as opções das (políticas nacionais que confere à educação base, um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e como instrumento de integração e inclusão social, com um carácter global, integrando as diferentes componentes do subsistemas educativo, num todo articulado, cujo objectivo final é de elevar o nível cultural da população através de serviços educativos de qualidades).

A Escola (MP) - Magistério Primário, e o (IP) Instituto Pedagógico, mais tarde transformado em (IUE) Instituto Universitário da Educação, é uma Instituição de ensino superior pública, criada pelo Decreto-Lei nº 17/2012, de 21 de Junho<sup>23</sup>, delineada pela efectiva política do Governo com o objectivo de formação de docentes de todos os níveis, até ao superior tendo em consideração os novos desafios e munir aos professores de competência, faces às exigências da actualidade, ou seja, um ensino de qualidade, primando pela excelência.

O Ministério da Educação aprovou o (PEE) - Plano Estratégico da Educação para os próximos cinco anos, (2017-2022)<sup>24</sup> durante a VIIª reunião do Grupo de Parceiros Locais da Educação, um encontro que tinha como finalidade endossar a versão final deste documento, incluindo Plano de Acção

---

tecnológico, económico, social e cultural, apoiando o Estado no exercício da sua função reguladora; e) promover a cidadania activa, a inclusão social e a projecção internacional; f) participar na concepção e realização do projecto Cabo Verde. **TOLENTINO**, Corsino (2007) Cabo Verde, Três Década Depois p, 430.

<sup>23</sup> Imprensa Nacional de Cabo Verde-quiosque digital kiosk.incv.cv

<sup>24</sup> (2.O Programa de Governo para a Educação / 3.1 A Visão - O novo Governo comprometeu-se com a criação de um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar os valores intrínsecos ao saber ser, fazer e estar, de responsabilização mútuas, como membros da comunidade, e motivado para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação). Plano Estratégico da Educação (2017-2022) da República de Cabo Verde página 19.



e quadros de indicadores, e de validar a Entidade Gestora do Fundo da Parceria Mundial da Educação e a Agência de Coordenação.

Segundo Maritza Robabal, «actual Ministra de Educação em 2018» “A aprovação deste instrumento indica uma nova versão do Ministério para com o ensino e corporiza uma aposta no futuro, o que traduz numa educação centrada na inclusão, sobretudo no pré-escolar” & “Uma aposta nos recursos humanos, voltados por uma capacitação contínua dos docentes e técnicos do sector da educação”<sup>25</sup>.

O (PDN) - Plano Desenvolvimento Nacional, e os vários (PEE) Plano Estratégico da Educação (2017-2022) definem as prioridades e a visão para o ensino, de uma forma continuada, dando prioridade sobretudo à Inclusão Social.

## **2.1 Caracterização da Educação antes e depois da independência**

Em Cabo Verde, a política educacional antes da independência visava sobretudo, a promoção dos valores culturais da metrópole e a criação de defensores da unidade da Pátria, não a identificação dos cabo-verdianos, com os seus próprios valores, hábitos ou costumes, como preconizava José Moreira da Silva Cunha, Ministro do Ultramar entre 1965-1973, que defendia a “formação de cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los numa realidade constante a fim de assegurar a continuidade da nação”<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> [www.minedu.gov.cv](http://www.minedu.gov.cv) (02:09:2018 /17:00)

<sup>26</sup> Cabrita, Dalila- A luta pela independência. A formação das elites fundadores da FRELIMO, MPLA e PAIGC, Lisboa:Inquerito,1999.p.26

Segundo o artigo de António Candeias,(Publicado na revista Análise Psicológica) e citada por Maria Filomena Mónica (1993) diz nos a dada altura que “...O anafabetismo acabou por se tornar numa das mais perenes características da identidade nacional...”

Não existem vestígios de ter havido instrução primária em Cabo Verde entre a chegada dos Portugueses, em 1460, e a criação da primeira escola oficial do ensino Primário no arquipélago, em 1817, mais de 357 anos depois, na então Vila da Praia de Santa Maria, hoje Cidade da Praia.

Na década de 1960 foi aprovado o regulamento para o Ensino Primário Elementar (Diploma Legislativo n.º 1724/68, publicado no suplemento ao Boletim Oficial da Província de Cabo Verde, nº 38/1970) e registou-se um aumento de população escolar, fruto da introdução, pelo referido regulamento, da obrigatoriedade do ensino para crianças de idade compreendida entre seis e doze anos.

O primeiro estabelecimento de ensino oficial de Portugal em África foi precisamente em Cabo Verde, a fundação do Seminário<sup>27</sup> – Liceu na pequena povoação da Ribeira Brava na Ilha de São Nicolau, em 1866.Tendo sido oficialmente extinto em 1917, pela Lei nº701 de 13 de Junho de 1917, continua a funcionar como Liceu de algum prestígio, onde estudaram importantes figuras

---

<sup>27</sup> No ano de 1866, recebia o bispo, vindos do Seminário de Sernache do Bonjardim, três cônegos, três sacerdotes e cinco seminaristas. Foi com este contributo precioso que, em 3 de Setembro do referido ano de 1866, se dava início ao Seminário de São Nicolau. Os resultados benéficos provenientes da abertura do novo Seminário depressa se fizeram sentir: os novos padres, cheio de zelos, e de boa vontade, além da direcção do Seminário, exerciam a sua actividade nas paróquias, servindo de estímulo aos outros sacerdotes. O programa de estudos do Seminário era equiparado ao dos Liceus em Portugal: O Curso preparatório era oferecido não somente aos candidatos a padres, mas também aos destinados ao funcionalismo, pagando, os primeiros nove reis mensais e os segundos dezoito, em 1893. O Curso Preparatório dividia-se em dois: Instrução primária e instrução secundária, abrangendo, o primeiro a fase elementar e o segundo a complementar.

A fase complementar abrangia 16 cadeiras distribuídas por seis anos, incluindo, além do estudo das línguas, a literatura clássica, filosofia nacional, direito, economia política ciências físico-químicas e matemática. O Curso Eclesiástico era de três anos e comportava em 19 cadeiras. **CERRONE**, Padre Frederico (1993), História da Igreja em Cabo Verde /450 Anos da Igreja em Cabo Verde, p.37,38.

da literatura cabo-verdiana, entre os quais Baltazar Lopes, (1907-1989), Aurélio Gonçalves (1901- 1984) entre outros.

A independência a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde passou a viver uma nova época, conforme TOLENTINO Corsino (2007) “a educação passou a defender novas causas e a ser entendida como direito humano e instrumento de transformação social, devendo favorecer a promoção do indivíduo, a coesão e o desenvolvimento do país. Estas eram as intenções mas, a realidade, os recursos humanos, os currículos e os métodos haveriam de mudar muito lentamente”.

Com a independência nacional, a sociedade cabo-verdiana sofreu grandes transformações económicas, sociais e culturais, sendo prioridade a educação, sobretudo a educação básica, para crianças jovens e adultos. O investimento na educação era considerado uma alavanca para o desenvolvimento, como forma de erradicar o analfabetismo e criar uma identidade nacional, integrando a população na luta contra o subdesenvolvimento, apoiando os mais desfavorecidos.

## **2.2 Enquadramento jurídico**

A educação sendo um sector chave para o desenvolvimento do país, os governantes cabo-verdianos regulamentaram no Decreto-Lei, ou seja criaram a ferramenta básica, (que podemos analisar de uma forma pormenorizada, conforme consta no anexo, e no concernente aos conceitos jurídicos destacamos os seguintes;

- a) O Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de Maio, publicado I Série-nº17 do Suplemento Boletim Oficial da República de Cabo Verde<sup>28</sup>, aprovado pelo Conselho de Ministros, revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 113/V/ 99, de 18 de Outubro.
- b) A actual Lei que aprovou as Bases do Sistema Educativo data de 1990 (Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro), tem sido revista pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro que, no essencial, introduziu os normativos atinentes à regulamentação do ensino superior em Cabo Verde.

---

<sup>28</sup> [www.incv.gov.cv](http://www.incv.gov.cv) -Site -Imprensa Nacional de Cabo Verde. <http://kiosk.incv.cv> -dia 21/05/2012 - (11:20:38).

O enquadramento jurídico acima citado na alínea a), e o b), é o pressuposto que estruturou o ensino cabo-verdiano, nomeadamente o sistema organizacional, em vários níveis desde o pré-escolar até ao superior, com uma particularidade, a valorização dos recursos humanos, especificamente a formação dos professores. Sempre perspectivou a melhoria, como prioridade que “o único recurso que o país dispõe são os homens da boa vontade” de acordo com Aristides Maria Pereira (1923-2011), primeiro Presidente da República de Cabo Verde.

Em síntese, a educação é alicerce de um país, e o primeiro investimento que devemos proporcionar a um ser humano. Com este trabalho somos a propor que a educação artística seja desenvolvida, de forma a contribuir para melhoria, qualidade e excelência do ensino na sociedade cabo-verdiana, aproveitando o potencial artístico dos crioulos, que se deve articular com o sector turístico.

## **2.3 Educação e Formação/Face ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

A evolução alucinante em que processa a vida actual, impondo constantes mutações das estruturas sociais em todos os sectores da actividade humana, e da sociedade, torna bem justificada a determinação do Ministério da Educação, de reforçar a formação, com vista à democratização do ensino bem como a valorização dos seus potenciais humanos<sup>29</sup> e consolidar o desenvolvimento científico e tecnológico artístico, e social que reflecte, numa tentativa de dirigir as actividades escolares num sentido mais realista, numa linha de orientação pedagógica e didáctica mais condizentes com a essência dos valores educativos e da identidade cabo-verdiana, em que cada ano do ensino pode conter.

Os conceitos e valores tradicionais de formação deverão ser perspectiva prática e dinâmica e realista, que conduzem a um acelerar dessa formação, com vista a adquirirem-se as bases para o desenvolvimento científico, tecnológico artístico e social.

É necessário encontrar o mecanismo, e por em prática o método de aprendizagem flexível sobretudo do ensino artístico para se adaptar às exigências e às necessidades, inclusive a particularidades de cada ilha de Cabo Verde tendo bem presente, as carências das crianças do meio rural, que são diferentes do meio urbano.

---

<sup>29</sup> “Os recursos humanos de Cabo Verde, como sua riqueza e força principal não podem ser só o homem. É o homem mais a sua qualificação. E não uma qualificação qualquer”. MONTEIRO, José Luís Livramento (1996) Ex Ministro da Educação de Cabo Verde, Plano de Estudos para o Ensino Secundário, p.3.

## **2.4 Conclusão Visão Estratégica para Educação Artística Inclusiva.**

A visão estratégica da educação artística de modo inclusivo, incide na «MUDANÇA DE PARADIGMA» analisando o ponto de vista de vários estudiosos, pode-se afirmar que a arte faz parte da identidade de um povo, e a vertente artística dos arquipelágicos (CRIOULO) é evidente nos diversos domínios, sendo assim o país já dispõe de ferramenta jurídica suficiente que podemos dizer que ajuda para um outro olhar de desenvolvimento, uma visão ao longo prazo.

Segundo as ferramentas jurídicas do Decreto – Legislativo nº2/2010 de 7 Maio, artigo 79 ponto nº2 e 3 (anexo) «Os órgãos de poder local desempenham papel preponderante, em colaboração com os órgãos competentes do poder central, na reorganização da rede escolar, assim como na reconstrução e na manutenção do equipamento educativo» reforçada com o ponto3 Para realização da actividade educativa é ainda conferida especial relevância aos seguintes recursos: a) Os manuais escolares; b) As bibliotecas escolares; c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais; d) Os equipamentos para educação física e desportos; e) Os equipamentos, instrumentos e materiais de educação artística».

O Ensino artístico deve ser trabalhado no sentido que os produtos dos trabalhos artísticos podem contribuir para aumento do (PIB) Produto Interno Bruto, ou seja industrialização da cultura, associando ao potencial turístico, obedecendo a um dos pilares de educação para o Século XXI, vencendo um dos desafios, o «SABER FAZER» para formação individual, e que contribui para uma boa Inclusão social.

Numa análise dos elementos de estudo neste capítulo temas pertinentes da «Nação Crioula», República de Cabo Verde, defendemos uma visão a propor uma educação artística a médio e longo prazo (num período de três décadas, 2020-2050) num paradigma diferente articulando com o (PEE) Plano Estratégicos de Educação, assente em duas vertentes:

- Arte com efeitos terapêuticos (delineada para Crianças com Necessidades Especiais):
- Social (através de Arte, trabalhar com os Centros de recuperação, e Serviços Penitenciários, na recuperação dos jovens reclusos e afectos a drogas e álcool).

As duas vertentes iriam ser trabalhadas a nível do Poder Local dentro do (PAA) Plano de Acção Artística de três décadas, em função da especificidade de cada realidade, perspectivando a visão inclusiva.

## 2.5 Proposta da Visão Inclusiva

A visão da proposta conclusiva deste estudo é que, com a candidatura da morna a Património Imaterial da Humanidade, faz sentido potencializar o país com educação artística acrescentando, uma das vias do ensino pouco desenvolvido em Cabo Verde, com objectivo de melhorar a qualidade, incentivando o associativismo de forma a criar a empregabilidade, e apresentar soluções artísticas e ideias inovadoras:

- Criando semanas culturais, designado como ENCONTRO DE CABOVERDIANIDADE a nível da festividade nos Municípios.
- Criação do projecto (MAE) «Museu Atelier e Escola» onde caberá uma fusão artística com um papel fundamental (criar políticas culturais a nível nacional), incidindo, nas agendas culturais, de modo a articular os efeitos gastronómicos e a música como um produto turístico, que contribui, para o aumento do PIB, da nação crioula, ou seja associando aos festivais que já existem, melhor dizendo a industrialização da Cultura, objectivos definida das seguintes formas:
- MUSEUS – resgate do património e valores da cultura cabo-verdiana.
- ATELIER – meio de ocupação de crianças e Juventude, (produção artística em vários níveis).
- ESCOLA – Formação artística em vários domínios sobretudo a música a nível municipal.

Na linha orientadora do actual (MCIC) Ministério da Cultura e Indústria Criativa somos a propor a criação de linha de crédito para financiamento de grupos artísticos e orientação dos artistas que trabalham de modo individual, trabalho esse que poderá ser desenvolvido no Complexo de São Jorginho na Cidade da Praia, ilha de Santiago, ex- Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Jorginho.

Conclui -se pelos itens estudados neste segundo capítulo, que o País tem uma boa estrutura do ensino, mas precisa de reforço e complemento da especificidade educação artística que é o objectivo deste trabalho, o qual irá ser desenvolvido ao longo desta dissertação, e contribuir para uma mudança de paradigma e uma nova visão de ensino artístico, para a sociedade cabo-verdiana.

## CAPÍTULO III

### 3. Enquadramento teórico e metodológico

Neste capítulo introdutório procede-se à clarificação de alguns conceitos, fundamentais, neste caso «arte-educação/educação-arte», ou ensino artístico para um entendimento, e da possível forma de lidar com elas, do ponto de vista do conceito, prático e propor, a sua implementação de uma forma melhorada nas escolas cabo-verdianas. Em relação ao termo «metodologia» é o conjunto de regras para o ensino de uma ciência ou arte obedecendo a métodos, didácticos, e científicos da investigação, da verdade aplicada ao caso concreto, ou a uma realidade.

O método que utilizamos baseou-se na leitura de vários livros, sobretudo na minha formação, experiências e actividades profissionais dado que desde a nossa juventude, estivemos sempre ligados ao ensino, em alguns países e em épocas diferentes com uma particularidade, a de Trabalhador-Estudante, ou seja, trabalhando e exercendo função docente de que podemos citar os seguintes países:

- Cabo Verde

Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional Complexo de São Jorginho, onde obtivemos formação em carpintaria, marcenaria e estofos, na década dos anos oitenta (1982-1984).

Instituto Cabo-verdiano de Menores – Monitor de pré-formação, em que trabalhamos com crianças mais desfavorecidas do País.

Ministério da Educação -Professor e coordenador da disciplina de Trabalhos Manuais na antiga Escola do Ensino Básico Complementar E.B.C, 2º ciclo, com os alunos de 5ª e 6ª classe; Coordenador de artes plásticas no Concelho da Cidade da Praia, onde lidamos com várias fases do ensino, e com os professores de níveis diferentes.

Direcção Geral dos Serviços Penitenciários - Formador na área de carpintaria, marcenaria e estofos, com os reclusos da Cadeia Civil na Cidade da Praia, enquadrado no Projecto Inserção Social;

Câmaras Municipais da Ilha do Sal e São Domingos na Ilha de Santiago (década 2010) exercendo função de arquitecto, no Gabinete Técnico, orientando os estágios curriculares aos jovens dos cursos profissionais e superiores, (arquitectura e ordenamento do território, para conclusão da formação).

- Em Portugal

Licenciou-se, em arquitectura pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2006), trabalhou como técnico na tecnologia de madeira do curso de Escultura, na Faculdade de Belas - Artes, da Universidade de Lisboa, com alunos do 1º ao 5º ano do respectivo curso, incluindo os de Erasmus (2002-2007).



- Angola

Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (Região Sul Província da Huíla e Namibe) - Professor nos Cursos de Arquitectura, Urbanismo e Construção, de Ciências Políticas e Administração do Território, e de Gestão dos Recursos Humanos, leccionando várias disciplinas desde 2013 até presente data.

### 3.1 Fundamento da Educação Artística

De acordo com o Plano de Estudos Para Ensino Secundário (1996) visa um alargamento e melhoramento do ensino, que consiste no seguinte: 1º Ciclo Tronco Comum; 2º Ciclo Vias Geral e Técnica; 3º Ciclo Vias Geral e Técnica, com as especificidades para, educação artística, música, e cultura. “A educação artística visa atender à natural vocação dos alunos para as artes nomeadamente para a música e dança áreas privilegiadas de expressão da cultura cabo-verdiana e contempla ao desenho artístico como forma de despertar habilidades imprescindíveis no domínio de educação visual e estética.”<sup>30</sup>

O artigo 31º do Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de Maio, publicado na I Série-nº17 do Suplemento Boletim Oficial da República de Cabo Verde, aprovado pelo Conselho de Ministros, estabelece formação artística, em quatro pontos que se segue.<sup>31</sup>

Segundo **SILVA**, Manuela; **TAMEN**, Maria Isabel; **PERDIGÃO**, Madalena (1981) defende em duas alíneas a), e o b).

a) O conceito de educação artística, os seus objectivos e os seus conteúdos são objecto de várias interpretações. Identificada por vezes com a educação pela arte, ou com a iniciação a alguma das artes, em particular às artes plásticas, com o espontaneísmo e com a arte infantil, a educação artística surge também equiparada ao que pode denominar-se educação estética, ligada a uma sensibilização dos homens aos valores do belo e da arte.

b) A preocupação do educador deve ser formar homens, antes de formar artistas. O escopo da educação tem de ser a formação do homem completo, do homem integral, com o seu espírito, o seu coração e o seu corpo.

Mas para o sistema educativo cabo-verdiano propunha-se as duas coisas em simultâneo tendo em consideração ponto de vista de **PEREIRA**,

<sup>30</sup> Plano de Estudo para o Ensino Secundário (1996). Ministério da Educação e Ciências e Cultura Republica de Cabo Verde. Praia, p, 11.

<sup>31</sup> 1. Através da via do ensino técnico ou do ano complementar do ensino secundário, os estabelecimentos de ensino secundário podem ministrar cursos de índole artística.

2. Estes cursos têm uma organização curricular e regras de funcionamento próprias de acordo com a sua especificidade, a definir em diploma próprio.

3. Os cursos de formação artística abarcam as actividades artísticas mais significativas para o desenvolvimento cultural do país e a sua rede escolar é definida em função da evolução dessas actividades.

4. Aos alunos que terminarem com aproveitamento, os cursos de formação artística é atribuído o componente diploma.



Aristides (1975) “a ideia força de que o homem é praticamente o único ou o principal recurso de Cabo Verde” e pela sua capacidade artística sobretudo na música, com objectivo de desenvolver capacidades a nível de pensamentos, de resolução de problemas, a consciência global e cultural.

Conforme **PAIS**, Natália (2000)<sup>32</sup> através do projecto de (IDE) - Investigação em Desenvolvimento Estético, desenvolvido pelo Serviço de Educação desde 1977, constitui o mais recente testemunho desse percurso de 40 anos de interesse pelo acompanhamento de experiências, pela participação em programas, pela promoção de iniciativas sobre as relações da educação, da arte, do ensino e da vivência cultural.

Segundo os estudos apresentado pelos Professores Margarida Calado, e Hugo Ferrão «Da Academia á Faculdade de Belas-Artes, demonstra – se que o ensino é um processo, de um percurso longínquo, com vários estudiosos, mas somos de opinião referir o seguintes: Inovação Pedagógica; Novidade pedagógica e Reformas de Belas-Artes.

- **Inovação Pedagógica** a sua colaboração na inovação pedagógica não foi muito forte, devido ao facto de continuar, na cadeira de Pintura de História, a trabalhar sob a égide de mestre Fonseca. A tarefa não devia ser fácil e, em acta de 25 de Julho de 1859 CALADO, Margarida FERRÃO Hugo, Da Academia á Faculdade de Belas-Artes pág.1112.
- **Novidade pedagógica** «esta novidade pedagógica foi registada numa das mais conhecidas pinturas do Romantismo nacional «Cinco Artistas em Sintra», obra de Cristino da Silva, onde se vê sentado junto a um rochedo, o próprio mestre Anunciação, com a sua caixa-cavalete sobre os joelhos, tendo por trás Metrass, envolto numa capa negra, e à volta uma série de camponeses, em trajes regionais, curiosos da pintura do mestre» CALADO, Margarida FERRÃO Hugo, Da Academia á Faculdade de Belas-Artes pág.1113.
- **Reformas da Academia** «A reforma da Academia de Belas-Artes de Lisboa, obra que mereceu resposta do artista agregado á Aula de Gravura e académico de mérito. João José dos Santos» CALADO, Margarida FERRÃO Hugo, Da Academia á Faculdade de Belas-Artes pág. 1115.

Analisando, FERRÃO Hugo, *Da Academia á Faculdade de Belas-Artes*, CALADO, Margarida, ARTE & SOCIEDADE, Actas das Conferências, Reflexão sobre o papel da História da Arte numa perspectiva sociológica a nível do ensino, Faculdade de Belas Artes- Universidade (Agosto 2010), associando Rocha de Sousa.<sup>33</sup> (1938), num estudo académico «sobre a

---

<sup>32</sup> **PAIS** Natália (2000) Educação Estética e Artística Abordagens Transdisciplinar, p, 15.

<sup>33</sup> «Um professor com uma larga actividade artística, expôs no país e no estrangeiro, em centenas de exposições colectivas e realizou cerca de vinte exposições individuais Tem participado em diversos campos de criação artística e em espaços culturais de periódicos como Diário de Lisboa, Colóquio Artes, Seara Nova, Sinal. Publicou tantos estudos de carácter pedagógico, didáctico e técnico como por exemplo Didáctica Educação Visual; Ver e Tornar Visível, Desenho Textos Pré-Universitários 19, Introdução a Artes Plásticas, como ensaios monográficos de artistas portugueses seus contemporâneos como Pedro Chorão, Eduardo Dourdil».

arte» percebemos que o ensino artístico têm uma valência em todo o quadrante da sociedade, perspectivando uma «educação inclusiva, para todos» num horizonte longínquo.

A inovação pedagógica, que somos a propor, está redigida no Capítulo V, 5.1 Educar pela diferença através de arte, associada à Nota Conclusiva na parte final da dissertação.

O interesse da Fundação Calouste Gulbenkian em relação a este projecto, bem como em relação à Conferência sobre Educação Estética e Artística em que o IDE-Investigação em Desenvolvimento Estético se inclui, é representativo de uma atitude cujo cariz pedagógico, cultural, estético, social e político nos parece oportuno referir:

- **Pedagógico** – valorização de um modelo radicado nos princípios de uma pedagogia libertadora criativa e divergente, exercida através de métodos activos, participação directa e relação dialéctica entre educador e o educando.

- **Cultural** – Corresponde a um exemplo da educação inserido num contexto cultural, dinâmico, facilitador das vivências pessoais significativas, sem preconceitos quanto ao carácter elitista dos lugares de acesso à fruição e à criação artísticas: museus, ateliês, galerias, escolas, centros de arte, salas de conferências ou bancos de jardim podem ser espaço de aprender e ensinar.

- **Estético** – o que está em causa no projecto IDE-Investigação em Desenvolvimento Estético, não é o contacto com a obra arte, como objectivo de contemplação mas sim em relação à dinâmica com o observador, a sua capacidade de descoberta, informação e análise, a tomada de consciência da sua dimensão participativa e crítica, a capacidade de se sentir “Sujeito” de se exprimir através de uma linguagem adequada às questões da arte e de avaliar em função de parâmetros adequados à perspectiva das suas apreciações estéticas.

- **Social** a utilização de uma linguagem universal favorece o processo de comunicação, diminui a divergência dos outros códigos e a diferenças de estatutos, favorece situações de igualdade e respeita as diferenças dos estatutos, favorece situações de igualdade e respeito pelas diferenças correspondentes a traços de identificação cultural.

- **Político** - a articulação de esforços por parte de Instituições, Serviços e Técnicos com características e formações diferentes. Escola museu, oficina, autarquias, galerias, alunos, professores, artistas, psicólogos, conservadores, críticos de arte, animadores e pais, têm um papel importante na concretização de um programa como o do IDE-Investigação em Desenvolvimento Estético e da boa articulação dos seus esforços dependerá o êxito dos resultados.

A metodologia aprovada é válida, a sua aplicação e os resultados obtidos são francamente positivos, facto em que não podemos deixar de referir a competência e empenhamento dos responsáveis pelo Projecto com assessoria de Rui Mário Gonçalves e Elisa de Barros e Coordenação de João Pedro Fróis).

Podemos concluir que para «Ensinar a Arte» é preciso ter «visão e talento», associando uma pedagogia com o domínio do «Saber fazer» articulando com os outros desafios da educação do Século XXI na formação dos homens, no caso de Cabo Verde seria um contributo para o desenvolvimento.

### 3.2 Educação pela Arte e Arte na Educação

Educação pela arte é um conceito que está interligado a Herbert Read (inglês), poeta e ensaísta, um dos críticos de arte mais considerados internacionalmente, destacando o seu trabalho, no âmbito cultural, abordando temas como a política educação, a economia, história e sociologia, obra de maior relevância, história e a filosofia de arte.

Desempenhou função de presidente de UNESCO, e Presidente da INSEA - Associação Internacional de Educação pela Arte, teve oportunidade de desenvolver as suas concepções de (educação pela arte)<sup>34</sup>.

Em 1942, no seu livro «Education through art», que constitui a sua tese de doutoramento Herbert Read defende que «a arte deve ser a base da educação», considerado como uma das obras mais importantes na área da educação e das artes.

Educação pela arte, é uma colecção de livros, em que o autor apresenta ideias, com uma perspectiva, de continuidade que assegura a noção aos educadores e professores, apresentando uma serie de fundamentos e princípios como estruturar o ensino artístico ou a arte na educação<sup>35</sup>, cuja experiência do autor torna a arte e o individuo como essência da sociedade.

---

<sup>34</sup> “Tal como a concebemos, a educação artística deve assegurar a transmissão dos valores humanistas, espirituais estéticos que a arte encarna. No seu conceito cabem a educação pela arte, a arte na educação, e a educação para a arte. A educação pela arte, que deve ao nome a Herbert Read (autor de um livro, com este título publicado em 1943), propõe-se o desenvolvimento harmonioso da personalidade, através de actividades de expressão artística. Com a educação pela arte introduzem-se no sistema educativo a imaginação, a espontaneidade de uma dimensão de sensibilidade.

Arte na educação é a utilização da arte, produto «acabado», como instrumento pedagógico incidindo sobretudo nos níveis etários mais elevados e entendida numa perspectiva de educação permanente. Ultrapassando o campo educativo, a arte na educação situa-se no plano do desenvolvimento cultural. Complementar do sistema escolar actuante dentro e fora da escola, processa-se através de actividades de iniciação artística e de animação cultural, contribuindo para facilitar o acesso às obras de arte e a participação activa das diferentes camadas da população na vida cultural da comunidade.

A educação para a arte visa a formação de artistas profissionais e processa-se através do ensino artístico, seu veículo privilegiado. Consiste na transmissão formal de conhecimentos, de métodos e de técnicas relativas aos diversos domínios da arte. Da arte existente, da arte-património, assim como da arte em potência, de ante-devir. Ensino artístico sinónimo, portanto, de preparação para o exercício da arte, para a sua prática e também para a criação artística”.**SILVA**, Manuela; **TAMEN**, Maria Isabel; **PERDIGÃO**, Madalena (1981) Sistema de Ensino Em Portugal.p.286,287.

<sup>35</sup>“H. Read concebe as artes como método mais eficaz para se efectuar a educação, propondo o jogo, a espontaneidade, a inspiração e a criação como objectivos mediatos de uma intervenção

Pode perguntar o que é a Arte<sup>36</sup>? ou, arte na educação, abrange diversos domínios, desde artes plásticas, design, arquitectura, música, teatro, dança comunicação audiovisual, este tipo de ensino exige do educador/ professor uma grande atenção e disponibilidade relativamente a cada aluno tanto a nível do ensino público bem como privado, e em diferentes níveis de ensino.

### 3.3 Escola Bauhaus / Teoria e Prática

Bauhaus (casa em construção) instituição artística fundada pelo Arquitecto Walter Gropius, iniciada em Weimar em 1919, foi uma experiência pedagógica que abrangeu domínio tão diferente como o artesanato, o design as várias artes, arquitectura e o urbanismo, e que transbordou do quadro institucional de uma escola para tornar um movimento Cultural e artístico que erradicou internacionalmente, transferida para Dessau em 1925, *com objectivo promover a fusão de todos aspectos da arte*, incluindo arquitectura para criar a perfeição integral e consumada do (grande edifícios) com uma visão ilimitada entre os mestres, arquitectos, pintores, escultores, artífices e técnicos, qual figuraram os nomes como: Oskar Schlemmer, Paul Klee, Wassily Kandinsky, e Laszlo Moholy-Nagy.

A inovação da Escola Bauhaus deve-se a um conjunto de professores, embora de formação diferentes, conseguiram uma transdisciplinaridade unida em torno de objectivos pedagógicos comuns. Objectivos comuns que, se traduziram num movimento editorial, qual marcou através dos livros, revistas a vida cultural da época, e as referências artísticas. Acentua-se no facto de ela ter organizado dentro de uma metodologia democrática e participada, com implicações profundamente renovadoras a vários níveis sociais.

---

lúdico-expressivo-criativa que envolve o drama, a dança, a música as artes plásticas, arte, a verbalização e a escrita” **SOUSA**, B. Alberto (2003) Educação pela arte, arte na educação 2º Volume -Drama e Dança, p 27.

<sup>36</sup> Def. 1 – Arte (Educação pela Arte; Herbert Read, 1942).“Muitos homens inteligentes têm tentado responder à pergunta **O que é a Arte**, mas nunca satisfazendo toda a gente. A arte é uma daquelas coisas que, como o ar ou o solo, está em todo o lado à nossa volta, mas acerca da qual raramente nos detemos a pensar. Porque a arte não é apenas algo que se encontra nos museus e galerias de arte, ou em velhas cidades como Florença e Roma. A arte, como quer que a definamos, está presente em tudo o que fazemos para agradar os nossos sentidos. Veremos que existe uma espécie de hierarquia e que muitas qualidades fazem uma obra de arte do tipo mais elevado. Mas não existe nenhuma obra de arte genuína que não apele para os nossos sentidos – os nossos órgãos físicos de percepção – e quando perguntamos o que é a arte, estamos na realidade, a perguntar qual é a qualidade ou peculiaridade numa obra de arte que atrai os nossos sentidos” **REIS**, Raquel (2003) Educação Pela Arte – Universidade Aberta, p, 28.

Em termos práticos, consistia numa colaboração entre artista, e o técnico, capaz de preencher os requisitos da indústria da época e tinha uma vantagem adicional de orientar os estudantes para o tipo de trabalho que seriam eventualmente chamada a realidade. A Bauhaus teve um papel importante na formação do estilo moderno europeu, e as suas influências foram sentidas em vários Países do Mundo por exemplo no Estado Unidos. Foi encerrada com advento do regime do Hitleriano em 1933.

Em 1921, Wassily Kandinsky à convite do arquitecto Walter Gropius integra Bauhaus em Weimar, assumindo cadeira de (Pintura Mural) cujo, objectivo da escola era unir as artes plásticas com as artes aplicadas. Kandinsky, entre 1925-1928, ele especificou de uma forma mais clara e publicou-se pela primeira vez quase todos esquemas do curso dele, se distinguem-se em dois tipos:

- Primeiro, pelo estudo sistemático e concreto, praticado a partir do interior, dos elementos: cor, forma, planos e suas relações, em referências a conotações biológicas psicológicas, fisiológicas, simbólicas, literária, a atenção dos alunos, centralizava-se conhecimento do efeito estético, e nos meios interiores, cuja organização permitia obter o efeito máximo que caracteriza a arte.
- Segundo tipo de ensino (através de debates, alunos e mestres descobriam a profunda unidades das diferentes artes e a unidade dessas artes<sup>37</sup> com a natureza), que Kandinsky defendia como lei da ordem de espírito ou pulsação cósmica.

---

<sup>37</sup> “Assim, artes nascem nos animais com uma finalidade prática. Os macacos e os cães criam a dança, o cavalo, o pavão, o cuco e o rouxinol inventam a música, e aos castores, formigas e aves atribui-se a arquitectura. Só a pintura e a escultura, criadas pelo homem, se apresentam originalmente, sem finalidade exclusivamente prática”. KANDINSKY Wassily (2009) WASSILY KANDINSKY CURSO DA BAUHAUS p, 18.

### 3.4 Algumas reflexões sobre ensino artístico (Escola Bauhaus: Ponto de Vista de Wassily Kandinsky -Teórico e Prático)

“O artista, como qualquer homem funda o seu trabalho naquilo que ele sabe com ajuda da faculdade de pensar e da intuição” **Wassily** Kandinsky (Pedagogia de Arte).

Com o objectivo, de promover uma educação de qualidade, inovadora e de melhorar o curriculum escolar, adequar as escolas ao serviço da sociedade ou da realidade qual as escolas (normalmente encontra -se uma década, mais avançada do que o meio social), utilizando a ideologia e experiências dos ensinamentos da escola Bauhaus, e a metodologia de Wassily Kandinsky<sup>38</sup>, que em 1910 no século passado une a teoria e a prática, concluindo o livro “Do espiritual na Arte” embora tivesse dificuldade em publicá-lo, mas que foi recebido na época com bom grado no meio dos jovens artistas, na época considerado uma nova fonte de conhecimento e o papel desempenhado no domínio da pedagogia de arte que desenvolveu entre 1918 e 1921, na reforma dos museus.

No mesmo ano (1921) convidado pelo Arquitecto Walter Gropius a leccionar na Escola Bauhaus,<sup>39</sup> com objectivo de unir artes plásticas com as artes aplicadas, assumindo a cadeira de pintura, aplicando o método que tinha experimentado no «Instituto de Cultura Artística» para ensino da arte. Sendo Escola Bauhaus tinha como objectivo estar ao serviço da comunidade no efeito prático e a convergência entre o ensino teórico e prático (vida quotidiana); o contacto contínuo com a realidade; as escolas ao serviço da comunidade e das Instituições empregadoras.

---

<sup>38</sup> “Muito logicamente, então, a arte ou composição define-se através deste estudo como uma organização das tensões, destinada a produzir o efeito – ou a sonoridade – máxima. A finalidade da arte é a expressão de uma sonoridade total. Na sua última aula, Kandinsky escreve: «O que é uma obra? Uma composição orgânica e eficaz das tensões...» «A composição é a soma das tensões pretendidas e ordenadas». Sua finalidade: a expressão de uma sonoridade total”. KANDINSKY, Wassily (2009), WASSILY KANDINSKY CURSO DA BAUHAUS p, 11.

<sup>39</sup> Semestre do Verão de 1925, «1.ª aula, 17 de Junho de 1925, ao 1.º Semestre 1930». «No início do ano, 8 de Setembro de 1930» KANDINSKY, Wassily (2009) WASSILY KANDINSKY CURSO DA BAUHAUS p, 25,98.



De acordo com RODRIGUES, António Jacinto (1989), o princípio pedagógico de Wassily Kandinsky, na Escola Bauhaus na «era Gropius», no capítulo do funcionamento didático, explica-se nos seguintes moldes: Há grande multiplicidade nos temas abordados por Kandinsky. Recentemente publicaram-se, pela primeira vez, os esquemas de quase todos os cursos de Kandinsky. E, como diz Philippe Sers, no prefácio introdutório, o ensino de Kandinsky era de dois tipos:

- «Primeiro, pelo estudo sistemático e concreto, praticado a partir do interior, dos elementos: cor, formas planas e suas relações, e em referência a conotações psicológicas, biológicas, simbólicas literárias, fisiológicas e outras, atenção dos alunos [...] centrava-se num conhecimento do efeito estético e nos meios interiores (as tensões), cuja organização permite obter esse efeito máximo que caracteriza a arte [...].»
- No segundo tipo de ensino, «através de debates, alunos e mestre descobriam a profunda unidade das diferentes artes e a unidade dessas artes com a natureza». Era aquilo que Kandinsky defendia como as leis da ordem espiritual ou de «pulsão cósmica». Trata-se, prossegue Philippe Sers, duma «resposta pedagógica ao outro princípio pedagógico capital de Kandinsky, o da grande síntese».

Nestes documentos manuscritos que agora foram publicados sobre o ensino de Kandinsky, compreende-se a riqueza dos temas ao longo dos cursos e seminário, que abordavam elementos de composição, de história da arte e filosofia estética (arte e técnica – arte e natureza).

Durante a «era Gropius» em Dessau (1925 a 1928), o papel de Kandinsky vai especificar-se mais claramente. O ensino do desenho analítico vai sistematizar-se. O seu programa pedagógico articula-se em três etapas.

- Na primeira, os alunos compõem uma natureza morta.
- ✓ O conjunto é submetido a uma grande forma simples que deve ser desenhada precisamente nos limites fixados pelo próprio estudante.

- ✓ As características formais de cada elemento da natureza morta, vistas uma por uma e na relação com os outros.
- ✓ Apresentação da estrutura de conjunto no enquadramento mais estreito possível. Transição para etapa seguinte.
- Segunda etapa:
  - ✓ Evidenciar as linhas de forças descobertas na estrutura. Serão representadas por formas lineares.
  - ✓ Principais linhas de forças acentuadas pelos traços mais largos ou mais tarde ainda pelas cores.
  - ✓ Esboço da rede construtiva à volta do ponto de partida do núcleo de origem.
- Terceiro grau:
  - ✓ Os objectos são considerados somente do ponto de vista das relações de força e a estrutura limita -se a um conjunto de linhas.
  - ✓ Diversidade de possibilidades de organização [...].
  - ✓ Simplificação máxima do conjunto [...].”

Conclui –se, que é possível trabalhar a sociedade através dos trabalhos artísticos, usá-la como ferramenta, com objectivo, que “A nossa principal missão é de erradicar a pobreza ” **MANDELA**, Nelson (2009), utilizando as escolas como palco para transformação dos homens.

Aproveitar o potencial das ilhas (música, danças e teatro), uma cultura artística delineada na potencialidade e especificidade do país articulando com actividades turísticas um dos sectores evidentes em Cabo Verde. É de grande relevância que a ideologia defendida por **Wassily Kandinsky**<sup>40</sup> se articule com o efeito prático e funcional e seja desenvolvido numa sociedade em que se “combate duro e sério, pela erradicação do analfabetismo, causa primeira do subdesenvolvimento” **FERREIRA**, Ondina (2007).

---

<sup>40</sup> “2.ª aula, 4 de Maio de 1928 / Objectivo desta aula reside em levar os estudantes a compreenderem que expressões como «prático - funcional», «utilidade», «base biológica», etc. são utilizadas dentro de um espírito demasiado limitativo sem atingirem verdadeiramente o fundo humano do problema. O «prático útil», a função, etc. dizem respeito tanto à vida interior como à vida exterior do homem. A nova psicologia e subconsciente (prof. Driesch). Então, o aspecto exterior do objecto e o efeito da sua forma interior agirão em conjunto sobre a consciência do homem. «Função e forma», bases da concepção da Bauhaus coincidem”. **KANDINSKY** Wassily (2009) **KANDINSKY WASSILY CURSO DA BAUHAUS** p, 196,197.



### 3.5 Conceitos Pedagógicos, organização e metodologia do ensino da arte contemporânea

“A educação em arte ganha crescente importância quando se pensa na formação necessária para uma formação adequada à inserção social, cultural e profissional do jovem contemporâneo”. **IAVELBERG**, Rosa (2003).

Segundo o Dicionário Universal / Língua Portuguesa (Texto Editora 1995) “pedagogia, Lat. paedagogia <Gr. Paidagogía), s.f. - Teoria da educação; arte da educação e do ensino; estudo dos ideais de educação, segundo uma determinada concepção de vida, e o dos processos mais eficientes para concretizar esses ideais; profissão ou prática de ensinar, leccionar; estudo moral das crianças”<sup>41</sup>. Metodologia, é um conjunto dos processos e técnica de investigação aplicados ao caso concreto, neste caso refere o arquipélago de Cabo Verde que devido à situação actual precisa de uma pedagogia e metodologia que se coadunem com a realidade e actualidade face ao desafio do Milénio, «educação para todos».

O trabalho desenvolvido pelos estudiosos da arte, na Fundação Calouste Gulbenkian coordenado pelo Professor João Fróis defende a educação artística em seguinte molde (Pedagógico, Cultural, Político, Estético Social,) qual se encontra explicito no ponto 3.1 Fundamento à Educação Artística, mas para a sociedade cabo-verdiana, propunha-se o seguinte; (Político- estruturar o País com meios; Pedagógico-melhoramento do curriculum artístico, Social - com benefício para sociedade, que poderá ser programada, por fases, com uma visão contemporânea, transformando a cultura, de uma forma rentável, é “Com a criatividade que podemos melhorar as coisas” Muhammad Yunus - **Nobel da economia (2006)**, é preciso «ideias e inovações» no modo fazer para que a cultura rentabilize, para o desenvolvimento da economia do País que é Cabo Verde.

Conceitos: Pedagógico, organização e metodologia do ensino da arte contemporânea que se baseia numa relação da educação e a arte na vivência

---

<sup>41</sup> 41 Dicionário Universal da Língua Portuguesa p, 1097.

cultural, que é o que interliga os cabo-verdianos entre si, o que se poderá desenvolver associado ao Conceito Pedagógico, Cultural, Social e Político que deverá ser estudado, planificado, acrescentado, cujo objectivo definido do Plano Nacional de Educação no “Quadro de Acção de Dakar”<sup>42</sup>, sendo que o que falta, é a vertente artística, que é o que estamos a propor nos moldes que se segue:

**Uma pedagogia** humanizada que valoriza o enquadramento dos conhecimentos, a cultura dos alunos, no contexto de aprendizagem, e que valoriza um modelo centralizado no princípio de uma Pedagogia contemporânea, que permite uma liberdade criativa, e divergente, utilizando um método activo, e participativo, numa relação directa entre professores e alunos.

**Cultural** - uma educação baseada na origem da cabo-verdianidade, num contexto, que facilita a convivência cultural dinâmica, sem preconceitos e divergência entre as ilhas, baseada no respeito multicultural, que poderá ser desenvolvido num lugar acessível a todos, onde se pode ensinar, aprender a saber e saber fazer, nas Escolas, Ateliers e Museus, resumindo à educação para todos.

**Social** - utilizando uma linguagem acessível à língua Portuguesa,<sup>43</sup>(o bilinguismo) que proporciona e favorece uma comunicação, diminuindo a divergência entre uns e outros, a diferença do estrato social, que incentiva a igualdade dos mais desfavorecidos e respeito pelas diferenças e valorizar a identidade Cultural, aproveitando o potencial artístico do povo das ilhas com o objectivo de introduzir uma cultura artística.

**Político** - É preciso um departamento do ensino artístico a nível do Ministério da Educação, bem como escolas específicas para o desenvolvimento de uma educação artística em parceria com as Autarquias, incluindo os «Professores, Mestres de Oficinas, Artesãos, Monitores Especiais, Artistas, Psicólogos, Animadores Sociais e Culturais» envolvendo todos com o objectivo de aproveitar a diversidade de cada ilha, a favor do desenvolvimento

---

<sup>42</sup> O Plano Nacional de Educação, no Quadro de Acção de Dakar define como objectivo “educação para todos até 2015” integrando as diferentes componentes do sistema educativo, num todo, cujo objectivo final é o de elevar o nível cultural da população através de prestação de serviços educativos de qualidade.

<sup>43</sup> “A língua Portuguesa é património dos Caboverdianos” José Maria Neves RtpÁfrica (2009).

turístico, conforme defende Mário Lúcio Sousa (RTP - África -2009) “Turismo e a Cultura devem estar de mão dadas”.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. Arte e Educação**

Nas escolas cabo-verdianas existe um programa a nível do básico e secundário, propondo uma apreciação para o enriquecimento do curriculum escolar, esboçado numa política conforme «O Plano Nacional de Educação para Todos», que decorreu do Quadro de Acção de Dakar que fixa os grandes objectivos da educação para todos até 2015 e das opções políticas nacionais, que conferem à educação de base, um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e como instrumento de integração social, e de elevar o nível cultural da população através da prestação de serviços educativos de qualidade, numa óptica educativa competitiva a nível global.

#### **4.1 Arte e a Educação no contexto da realidade cabo-verdiana**

“Ver alguma coisa como arte requer que algo que o olhar não pode desprezar uma atmosfera de teoria artística, um conhecimento da história de arte” **DICKIE**, George (2007).

Desde a pré-história, a arte teve sempre um papel importante, inovador e transformador na sociedade. Sendo o homem como um ser em constante evolução sempre procura algo mais. Vivemos num mundo complexo, com grande dinâmica social, e profunda diferença económica, e a arte não pode ser indiferente, através dela «obra» de arte<sup>44</sup>, pode-se divulgar os sentimentos, expressar as dramas da humanidade (humanos, sociais, económicos) e devolvê-la para a mesma sociedade, situação que muitas vezes não é aceite, e é mal interpretada.

A arte é o campo da percepção, de muita imaginação, do além do real sendo assim não é fácil descobrir o que está por trás de uma obra,

---

<sup>44</sup> “Uma das finalidades da arte é contribuir para o apuramento da sensibilidade e desenvolver a criatividade dos indivíduos. Na educação, esta finalidade é uma dimensão de reconhecida importância na formação do indivíduo, ampliando as possibilidades cognitivas, afectivas e expressivas”

**FROIS, João Pedro, MARQUES, Elisa, GONÇALVES, Rui Mário (2000)**, Educação Estético e Artística Abordagens Transdisciplinares p, 201.

«porque os artistas estão à frente da sociedade», por isso normalmente os artistas são marginalizados na sua época o verdadeiro reconhecimento advém décadas depois do desaparecimento físico.

A educação, em geral e o ensino, em particular, é o objecto de grande preocupação das instâncias governativas, para que haja capacidade de perceber o mundo a nossa volta, há uma necessidade determinante em interligar a definição da arte sobretudo neste capítulo, segundo **JANSON H. W.**, (1986). “Porquê é que isto é arte?” “O que é arte?” Poucas perguntas provocarão polémicas mais acesas e tão poucas respostas satisfatórias. Embora não cheguemos a nenhuma conclusão definitiva, podemos ainda assim lançar alguma luz sobre estas questões. Para nós, arte é, antes de mais nada, uma palavra, uma palavra que reconhece, quer o conceito de arte, quer o facto da sua existência. Sem a palavra, poderíamos até duvidar da própria existência da arte, e é um facto que o termo não existe na língua de todas as sociedades. No entanto, faz-se arte, em toda a parte. A arte é, portanto, também um objecto, mas não é um objecto qualquer. A arte é um objecto estético, feito para ser e apreciado pelo seu valor intrínseco. As suas características, especiais fazem da arte um objecto à parte, por isso mesmo muitas vezes colocado, à parte, longe da vida quotidiana, em museus, igrejas, ou cavernas”.

Em Cabo Verde o subsistema do ensino básico caracterizado pelas 1ª, 2ª, e 3ª fases, cada uma das quais, com a duração de dois anos que abrange um total de seis anos de escolaridade. A (LBSE) - Lei de Bases do Sistema de Educativo Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro, «actualizado em 2010», recomenda que a primeira fase abranja actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, que a segunda reforce a formação geral e a terceira o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos cognitivos transmitidos, em ordem a elevar o nível de instrução adquirido.

A nível artístico, de acordo com Plano de Estudo para o Ensino Básico e Secundário Geral (2008), propõe Educação Artística para desenvolver essencialmente a criatividade e a sensibilidade artísticas e incluirá na 1ª e 2ª fases a Expressão Plásticas e as Expressões Musical/Dramática e na 3ª fase, as Expressões Visual e Plástica e Expressões Musical/Dramática).

Conforme a fundamentação do elenco disciplinar Plano de Estudos para o Ensino Básico e Secundário e Geral (2008)<sup>45</sup> a nível do secundário existe um programa que contempla a educação artística que visa atender à natural vocação dos alunos para as artes, nomeadamente para a música e dança e expressão da cultura cabo-verdiana o desenho artístico, com forma de despertar as habilidades imprescindíveis no domínio de educação visual e estética.

Quanto a nível de arte há duas opções do ensino a nível superior, que lecciona este tipo de educação, sendo a primeira M-EIA, Escola Internacional

---

<sup>45</sup>Com a Educação Artística pretende-se colmatar uma lacuna repetidamente apontada ao sistema educativo cabo-verdiano, incluindo o desenho, a música, o canto, a dança e o teatro de acordo com as potencialidades de cada ilha (região). Visa-se assim atender à procura dos alunos com vocação para as artes, nomeadamente a música e a dança, áreas privilegiadas de expressão da cultura cabo-verdiana. Esta disciplina vai contemplar também a iniciação ao desenho artístico como forma de despertar habilidades e sensibilidades imprescindíveis no domínio da educação visual e sobretudo despertar nos alunos a apetência pelas artes. Integra também elementos de desenho geométrico como expressão gráfica necessária de base.

de Arte, é um projecto promovido pelo Atelier Mar, que é a maior das (ONG) - Organização Não-governamental, mais criativas foi criado em 1979, em Mindelo na Ilha de São Vicente; a segunda é Universidade JEAN PIAGET de Cabo Verde.

A M-EIA Escola Internacional de Arte, tem a sua sede no antigo e histórico edifício Liceu Gil Eanes em Mindelo, e tem como principal objectivo ministrar cursos da licenciatura na primeira fase nas áreas artísticos-pedagógicas (Educação Artística) e das artes plásticas (curso de Artes Plásticas), Design, arquitectura, Cine-Video e Moda. Possui pós-graduação, mestrados e doutoramento, na segunda fase. A M-EIA contempla a formação de professores do ensino secundário para as áreas artística e tecnológica. Relativamente à organização, plano curricular, a duração e programas do curso, tem em consideração o processo de Bolonha, com acreditação internacional.

Através do Decreto-Lei nº 12/2001, de 7 de Maio foi autorizada a criação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, que também desenvolve o curso da educação artística<sup>46</sup>, justificando-se na necessidade de formar profissionais qualificados técnica e pedagogicamente nesta área, em Cabo Verde.

A licenciatura em educação artística, com três vertentes artísticas (belas artes; Movimento e Drama; Música), e com dois níveis de saídas profissionais, Bacharéis e licenciados, sendo os bacharéis capazes de exercer a profissão de formadores em diferentes áreas artísticas do ensino, os licenciados ou profissionais capazes de serem educadores a nível do secundário e também trabalhar no ensino, poderão elaborar estratégias e organizar, nomeadamente: gestão das exposições, ateliês, projectos artísticos a nível cultural e supervisão de eventos, tudo ligado à realidade educativa e pedagógica das artes.

O elemento nuclear e fundamental desta formação será a ligação da Universidade à prática, quer nos ateliês, oficinas de criação e expressão. Pode-se concluir que em termos artísticos, o essencial existe, mas falta a especificidade, que iremos abordar ao longo deste trabalho.

## 4.2 Síntese dos pilares da educação para ensino artístico

O relatório<sup>47</sup> da UNESCO, da Comissão Internacional sobre a Educação, coordenado por **Jacques Delors** (2007) estabelece como meta

---

<sup>46</sup> Educação artística é fundamental para o desenvolvimento estético, cultural e pedagógico, dentro de uma sociedade que se baseia cada vez mais na comunicação simbólica, usando linguagens visuais, auditivas, expressivas e corporais, como veículo de informação e de valores. [Http://www.unipiaget.cv/index.php?pshow=mnu3&scurso=EDA](http://www.unipiaget.cv/index.php?pshow=mnu3&scurso=EDA) (24:01:2013).

<sup>47</sup>Texto transcrito do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada pelo Jacques Delors. Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir (UNESCO, MEC, Cortez, Editora, São Paulo, 1999). Neste livro, a discussão dos “quatro pilares” ocupa todo os quatro capítulos, pp. 89-102. Aqui se transcreve, com a devida autorização da Cortez Editora trechos das pp. 89-90 e 101-102. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Quatros\\_pilares](http://pt.wikipedia.org/wiki/Quatros_pilares) \_da educação Dia 08-11-2008 (20:30). Revista Capital 4 de Julho de 2007, p.13 Autor: Célio da Cunha – UNESCO.

para o Século XXI, que os países procurem conciliar a educação assente em quatro pilares:

- “Aprender a fazer” «dominar algumas técnicas do mercado».
- “Aprender a conhecer” «dominar o conhecimento».
- “Aprender a ser” «desenvolver a capacidade de ser cidadão».
- “Aprender a viver” «juntos aprender a conviver com a diversidade cultural».
- Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta para enfrentar numerosas situações e trabalhar em equipa. Mas também aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferece à juventude e adolescentes, quer espontaneamente fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graça ao desenvolvimento do ensino relacionado com o trabalho.
- Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para se beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda vida.
- A aprender a ser para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior melhor capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal.
- Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, realizar projectos comuns e preparar para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Por isso, não negligencia na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar.

Numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, em nível tanto de elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas.

É a nossa convicção que este trabalho, pretende estabelecer uma estratégia e planeamento de acordo com objectivos específicos do relatório da Comissão Internacional da educação, de UNESCO, «Século XXI» propondo sobretudo o “aprender a fazer” conciliado com «o saber fazer» na educação



artística para ensino cabo-verdiano, perspectivando os três (C), de objectivo específicos, condição de realização, comportamento esperado, e critério de êxitos.

### **4.3 Metodologia do ensino e novas tecnologias no Contexto Contemporâneo: o Caso de Cabo Verde**

Segundo o «**Sindicalismo da Justiça Social, 1994**» “Um desejo de ajudar as crianças; a esperança no futuro; o serviço em prol da comunidade; e uma convicção de que a educação pública é uma pedra fundamental do empenho da sociedade na criação de oportunidades, na equidade e na participação democrática” relativamente a metodologia, já definida no ponto (3.4) as novas tecnologias,<sup>48</sup> um dos temas abordado no curso do mestrado educação artística na Faculdade de Belas Artes de Universidade de Lisboa leccionado no segundo semestre, pelos Professores Doutores, Pedro Andrade e Hugo Ferrão. Novas tecnologias em primeiro lugar, é a multiplicação dos nossos contactos internacionais, depois dentro do nosso próprio País, a mistura progressiva das sub-culturas, que acompanha o crescimento das cidades pelas populações dos meios rurais, devido a seca e desertificação. Telefone, televisão, internet, e os emissores portáteis diminuíram a distância social dos homens, permitindo a maior aproximação num país arquipelágico.

A evolução de novas tecnologias de informação e comunicação tem reflexo visível na sociedade. O desenvolvimento recente, e em série de um grande número de tecnologias, as vantagens e rapidez são evidentes no funcionamento das sociedades contemporâneas, levantam uma série de questões em diferentes domínios da ciência, com reflexos naturais nas sociedades modernas.

Um dos serviços em evidência de novas tecnologias é vídeo – conferências, utilizado, nas diversas universidades, incluindo as bibliotecas que em geral tem procurado incorporar novos serviços, procurando complementar os serviços tradicionalmente prestados, e melhorando as práticas antigas, consolidando as competências e o profissionalismo.

Há uma preocupação e vontade das grandes empresas de informáticas e de telecomunicações em fazer crer que as novas tecnologias, resolvam todos os problemas do cidadão comum. Para melhor entendimento dos problemas e realidades presentes, a perspectiva contemporânea de análise deve permitir incursões no passado histórico, pelo que a visão diacrónica recente iniciará o aluno no estudo da evolução da sociedade cabo-verdiana. Haverá o alargamento dos horizontes e de conhecimento do País para o Mundo e vice-versa.

As questões relacionadas como o equilíbrio ecológico, as preocupações relativas ao crescimento descontrolado das populações, implicações graves no

---

<sup>48</sup> “A presente disciplina pretende fornecer os elementos necessários para o entendimento desta arte construídas e desconstruídas pelas novas tecnologias de informação e do conhecimento (TIC). Para tal, a orientação da cadeira assume-se, simultaneamente, de cariz teórico e de alcance prático”. **ANDRADE Pedro** (2008/2009).

meio ambiente e modo de vida no País, deverão ser equacionadas a nível mundial, para que o aluno perceba que os problemas do mundo contemporâneo são preocupações gerais comuns a todos os povos. Para **FREIXO**, Manuel João Vaz (2002) “Educar através da televisão, transmitindo conteúdos formativos, e educativos através da televisão. Não se pode perder de vista este grande e urgente objectivo, que constitui uma necessidade profundamente sentida por muitos e sobretudo pelos jovens estudantes.”

Conforme a entrevista de **PARSONS**, Michael (1999), concedida ao Professor João Pedro Fróis, no Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian defende o modelo DBAE (Discipline Based Arte Education) desenvolvido pelo Departamento de Arte Educação da Universidade do Ohio, e enaltece o uso das novas tecnologias.

- “Temos trabalhado em estreita colaboração com muitas escolas, dirigindo Cursos de Verão, para professores, desenvolvendo materiais curriculares, estudando maneiras de avaliar a aprendizagem artística dos alunos, nomeadamente através do uso de novas tecnologias”
- “O meu departamento é considerado como mais abrangente e como o maior Departamento de Investigação de «alta qualidade» nos Estados Unidos. É especialmente reconhecido pela ênfase colocada na Arte Contemporânea, na teoria pós-moderna, no ensino do modelo DBAE, nos métodos cognitivos de aprendizagem, na metodologia de investigação, uso das Novas Tecnologias e no estudo das Políticas Educativas sobre arte”.

O caso de Cabo Verde, sendo um país formado por dez ilhas, as novas tecnologias<sup>49</sup> são uma das ferramentas indispensáveis, para aproximação das escolas no ensino artístico.

Novas Tecnologias, ou Educação Tecnológica visa proporcionar ao aluno uma informação tecnológica para sensibilização ao funcionamento de vários sectores de actividade e possibilitar-lhe oportunidade e experiências concretas de manipular as várias ferramentas, com vista ao desenvolvimento de atitude e rentabilidade face à produção, concorrência no mercado de trabalho e sobretudo em termos do cumprimento de prazos. O conteúdo programático de vários programas informáticos nomeadamente (Word, Excel, Autocad, Inventor, Photoshop, Fikeworks; PowerPoint, Sketchup; Revit), numa metodologia moderna simultaneamente, produto de um ensino de qualidade, e liberdade, que pode oferecer um nível de instrução e de competência técnica do saber e do saber fazer, para que os cabo-verdianos possam ter condições de empregabilidade estar ao nível dos outros candidatos em qualquer parte do globo.

---

<sup>49</sup> “A questão de utilização do mass media no processo/ aprendizagem constitui, porventura, uma meta que todos aqueles que modernamente se preocupam com o estudo das novas metodologias de aprendizagem, defendem, como respostas a crise generalizada que se vive no seio da escola. As hesitações com que a escola e o professores, relativamente à utilização ou não desse meio (jornais, rádio, televisão, Internet...).” **FREIXO**, Manuel João Vaz (2002) A Televisão e a Instituição Escolar Os Efeitos Cognitivos das Mensagens Televisivas e a sua Importância na Aprendizagem p, 187.



#### 4.4 Artes Plásticas e Perspectiva Educacional/Cultura artística

“Cabo Verde, que se constrói, pedra a pedra, Ilha a ilha, como cantou” **MARTINS** Ovídio (2012).

Artes Plásticas<sup>50</sup> é o alicerce para o desenvolvimento da destreza manual, que culmina com despertar dos alunos para área de arte e medicina (médico cirurgião).

Conforme o relatório da UNESCO, da Comissão Internacional sobre a educação, coordenado pelo **Jacques Delors** (2007), acrescenta-se um dos pilares da educação para século XXI, “Aprender a fazer”, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta para enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferece à juventude e adolescentes, quer espontaneamente fruto do contexto local ou nacional.

Conforme o Dicionário Universal – Língua Portuguesa (Texto Editora, 1995) Plástica significa “modelação; arte de plasmar; arte de estabelecer as formas típicas; ou básicas; conformação geral do corpo humano; arte de modelação em gesso, barros, etc; plastia.

A perspectiva educacional, consiste em analisar os planos curriculares do ensino artístico existentes e os meios disponíveis, propor um melhoramento no curriculum e meios existentes.

Conforme à (fig. nº 9,10 e 11) dos quadros que se seguem, referentes aos Planos de Estudos para o Ensino Básico e Secundário Geral (2008), que consiste no (DORC) -Documentos Orientador da Revisão Curricular, «que prevê igualmente a revisão e / ou concepção de programas e manuais, a formação de professores e a avaliação das aprendizagens», e que defende, apoiando-se na recente evolução das teorias e práticas pedagógicas da integração, fundamentada numa abordagem de competências».

O Plano de Estudos da 1ª e 2ª fase do Ensino Básico (fig.nº9) área disciplinar educação artística está composta por expressão plástica e expressão musical/dramática, sendo na 1ª fase com uma carga horária semanal de 1 hora, e 40 minutos; na 2ª fase (1 hora e 20 minutos); na 3ª

---

<sup>50</sup> “Os estudos realizados sobre expressão plástica e gráfica ultrapassam a investigação dos processos de comunicação verbal nas Artes Visuais.

Salientam-se as experiências realizadas por Lascaris e Mellinger nos anos trinta. As primeiras iniciativas na Europa foram elaboradas por Alfred Lichtatwark. Pavel Machotka (1963), Michael Parsons (1978), Abigail Housen (1983), e os investigadores associados ao Projecto Zero, contribuíram para a definição dos níveis de desenvolvimento estético.

Os estudos empíricos das respostas das crianças às Artes Visuais podem organizar-se em três grandes abordagens, incluindo a investigação das características das obras de arte mais significativas, o estudo dos processos cognitivos e a compreensão dos factores do contexto que as influenciam”.

Inicialmente tratava-se de demonstrar que o desenvolvimento das atitudes artísticas, de apreciação estética e de fruição estava directamente relacionado com o desenvolvimento cognitivo. A Psicologia do Desenvolvimento da Criança fundamentou as análises que foram neste campo realizadas por diversos autores. **FROIS, João Pedro, MARQUES, Elisa, GONÇALVES, Rui Mário (2000)**, Educação Estético e Artística Abordagem Transdisciplinares p, 203.

fase Expressão Visual e Plástica, ou seja acrescenta-se a parte Visual, tem uma carga horária de 2horas /10 minutos; expressão musical/dramática (2horas), que compõe os seis anos da escolaridade.

**Fig. Nº 9 Quadro 1 e 2 - Plano de Estudos da 1ª, 2ª e 3ª fase do Ensino Básico.**  
**Fonte:** Plano de estudos e Acção Fevereiro 2008 «pág.5 a 17» / www.minedu.gov.cv.2009.

REPÚBLICA DE CABO VERDE  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR  
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

**Quadro 1. Plano de Estudos da 1ª e 2ª fase do Ensino Básico**

Áreas disciplinares	Horário semanal	
	1ª Fase	2ª Fase
Língua Portuguesa	6h 10	6h 10
Matemática	4h 10	4h 10
Ciências Integradas	3h 20	4h
Desenvolvimento Pessoal e Social	1h 20	1h 20
Educação Artística:		
▪ Expressão Plástica	1h 40	1h 20
▪ Expressão Musical/Dramática	1h 40	1h 20
Educação Física – Motora	1h 40	1h 40
Total	19h 20	20h

**Quadro 2. Plano de Estudos da 3ª fase do Ensino Básico**

Áreas disciplinares	Horário semanal
	3ª Fase
Língua Portuguesa	5h 15
Matemática	4h 15
Ciências Integradas	4h 15
Desenvolvimento Pessoal e Social	1h 20
Educação Artística:	
▪ Expressão Visual e Plástica	2h 10
▪ Expressão Musical/Dramática	2h
Educação Física	2h
Total	21h 15


Planos de estudos e fundamentação Fevereiro 2008

Página 5 de 17

No Quadro 3. (fig. nº10) Plano de estudos do 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral, 7º e 8º Ano a disciplina da educação artística, têm uma carga horária de (3 horas) semanal e educação visual e tecnológica (modular).

**Fig. Nº 10 Quadro – 3** Plano de Estudos do 1ª Ciclo Secundário Geral.

**Fonte:** Plano de estudos e Acção Fevereiro 2008 «pág.7 a 17 / www.minedu.gov.cv.2009.



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR  
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

auscultação. Este é um ciclo de reforço das áreas de formação científica, linguística e cultural pela aquisição das competências indispensáveis a uma escolaridade que se pretende básica.

### 2.1.1 Caracterização do plano de estudos

Assinale-se, desde logo, o reforço da componente linguística. Além da Língua Portuguesa encarada, não só como objecto de estudo mas veículo de todas as aprendizagens, a obrigatoriedade de duas línguas estrangeiras (Francês e Inglês).

Na continuidade do Básico, são mantidas como áreas disciplinares nucleares, a Língua Portuguesa e Matemática, com uma forte carga horária semanal (4/4 horas). Reforça-se a área científica, pelo estudo da História e Geografia de Cabo Verde (3/3 horas), a Físico-Química (3/3 horas) e as Ciências da Terra e da Vida (3/3 horas). Introduz-se a Educação Artística (3/3 horas) e mantém-se a Educação Física (2 horas). Dando continuidade aos subsistemas anteriores, a área de Desenvolvimento Pessoal e Social (2 horas) mantém-se. O conjunto das disciplinas perfaz uma carga horária semanal de 30 horas: Introduce-se com carácter modular a Educação Visual e Tecnológica e as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas ao serviço de outras disciplinas.

**Quadro 3. Plano de Estudos do 1º ciclo do Ensino Secundário Geral**


Disciplinas	Horário semanal	
	7º Ano	8º Ano
Língua Portuguesa	4h	4h
Língua Francesa	3h	3h
Língua Inglesa	3h	3h
Matemática	4h	4h
Ciências da Terra e da Vida	3h	3h
Física e Química	3h	3h
História e Geografia de CV	3h	3h
Educação Artística	3h	3h
Educação Física	2h	2h
Desenvolvimento Pessoal e Social	2h	2h
<b>Total</b>	<b>30h</b>	<b>30h</b>
Educação Visual e Tecnológica	<b>Modular</b>	<b>Modular</b>
Tecnologias de Informação e Comunicação		

*Planos de estudos e fundamentação Fevereiro 2008*

Página 7 de 17

Quadro 3. (fig.nº11), Plano de estudos do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral, (9º,10ºAno) educação artística, e desenho não faz parte da disciplina da Formação geral obrigatória, mas sim da área curricular não disciplinar (formação vocacional, optativas à escolher 1).

**Fig. Nº 11 Quadro – 3 Plano de Estudos do 2ª Ciclo Secundário Geral**  
**Fontes:** Plano de estudos e Acção Fevereiro 2008 «pág.13 a 17» / www.minedu.gov.cv.2009.

 <p>REPÚBLICA DE CABO VERDE          MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR          Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário</p>			
<b>Quadro 3. Plano de Estudos do 2ºciclo do Ensino Secundário Geral</b>			
Tipo	Disciplinas	Horário semanal	
		9º	10º
Formação geral (Obrigatórias)	Língua Portuguesa	3h	3h
	Língua Francesa	3h	3h
	Língua Inglesa	3h	3h
	História e Cultura Cabo-verdiana	3h	3h
	Matemática	3h	3h
	Ciências da Terra e da Vida	3h	3h
	Geografia	3h	3h
	Física e Química	3h	3h
	Desenvolvimento Pessoal e Social	2h	2h
	Educação Física	2h	2h
	<b>Sub total</b>	<b>28h</b>	<b>28h</b>
	<b>Área curricular não disciplinar</b>		
	TIC	Modular	Modular
Formação vocacional (Optativas- escolher 1)	* Educação Artística	2h	2h
	Desenho	2h	2h
	Introdução à Economia	2h	2h
	<b>Sub total</b>	<b>2h</b>	<b>2h</b>
	<b>Total</b>	<b>30h</b>	<b>30h</b>

**2.3. Terceiro Ciclo do Ensino Secundário Geral**

O 3ºciclo permanece como um ciclo de vocação e especialização, pois prepara a escolha definitiva quer através da profissionalização (fora do sistema) e entrada na vida activa, quer através do prosseguimento de estudos.

O 3º ciclo oferece aos alunos um leque suficientemente amplo de opções representativas dos diversos caminhos possíveis no futuro. De acordo com o PEE, na via geral "as componentes

*Planos de estudos e fundamentação Fevereiro 2008*

Página 13 de 17

A (fig.nº11) «11º, e 12ºAno» Área de Artes Formação geral é constituída por Geometria Descritiva ou Desenho, como Formação específica com uma carga horária de 5 horas, na Formação específica, optativas a escolher (2) é leccionada, Desenho ou Geometria Descritiva

com uma carga horária de (5) horas e Expressão corporal dramática ou musical com (4) horas, todas semanais.

Nas escolas básicas, as artes<sup>51</sup> e segundo as figuras, do Plano de Estudos (2008), a educação artística desenvolve-se entre as duas disciplinas: expressões plásticas, e expressões musical e dramáticas, até ao 7º e 8º ano, sendo que no 9º e 10º passa a ser opção. Pode – se concluir que em termos teóricos esta tem uma boa estrutura, mas o contacto com as obras de arte pode-se dizer que é nulo, o espaço para desenvolvimento desse tipo de ensino é inexistente, e para não dizer que é ignorado. Em termos da cultura<sup>52</sup> existe um sentimento artística a nível da música, de grande relevância e a cultura cabo-verdiana pode se dizer que ela é multicultural, porque a origem do «Povo Crioulo» é uma fusão dos povos, africanos e europeus, e ligada ao mundo por diversas razões desde época passada.

Com objectivo de criar uma cultura artística, seguindo uma outra definição, em que a arte integra a definição da cultura, **WARNIER**, Jean-Pierre (2002), «As palavras «cultura» e «civilização», segundo a famosa definição dada por Edward Tylor, em 1871, designam esta «totalidade complexa que compreende, os conhecimentos, as crenças, as artes, as leis a moral, os costumes e de todo e qualquer outro hábito, ou capacidade, adquirido pelo homem enquanto membro da sociedade» É a bússola de uma sociedade, sem a qual os seus membros não saberiam nem onde vinham nem como se deviam comportar». Propunha-se, a introdução dos conceitos, estudos e o saber empírico de alguns estudiosos da arte no processo de ensino artístico em Cabo Verde, servindo-se das experiências e modelos de outros países adaptando ao estudo da nossa realidade, observando os seguintes princípios e modelos:

- **PARSONS** Michael (1999) “Desde que publiquei o meu livro sobre os estádios da compreensão da Arte, continuo a pensar que o livro se concentra na questão mais importante para a Arte-Educação, ou seja,

---

<sup>51</sup> Def. 2 – Arte (Enciclopédia Luso Brasileira; 1945).

A. “Aplicação das faculdades e da ciência do homem à realização de qualquer concepção” Citações: Arte Poética (Horácio); Arte de Furtar (António Vieira); Arte de amar (Ovídio); Arte de bem cavalgar; (D. Duarte, rei de Portugal); Engenho de Arte (Luís de Camões); Andar na Arte (Algarve – pesca); Artes liberais; A grande arte – Alquimia; Arte Real; Arte Militar; Arte Divina; Arte Gráfica; Arte Negra; etc.

B. “Conjunto de meios empregados para realizar algum ideal e comunicar-lhe o sentimento de beleza. Opõe-se, assim à ciência que é a especulação do raciocínio puro: “floresceram variamente e em diversas partes no tempo destes impérios todas as Ciências e artes” (António Vieira, Sermões, II, 3, n.º9, p.8). Apesar da distinção teórica anterior, confunde-se muitas vezes Arte com Ciência por se considerar que até na especulação pura têm parte os sentimentos: a arte da Matemática; “bom cavaleiro e muito entendido na arte de navegar” (Gaspar Correia, Lendas da Índia, I, p 971);

C. “Profissão exercida pelo operário a que chamam artesão, artista”; arte da carpintaria; arte da sapataria; arte maior e arte menor de Florença, etc. **REIS** Raquel, (2003) Educação Pela Arte – Universidade Aberta, p, 30.

<sup>52</sup> “A cultura é uma palavra a que já foram dados tantos significados que não fará diferença dar-lhe mais um. Não terminarei o livro sem a redefinir – espero que de uma forma que esclareça o que se tornou um conceito obscuro. Para os antropólogos, cultura significa, desde há muito, o modo de vida de um povo, o conjunto dos esquemas de comportamentos por eles aprendidos, das suas atitudes e dos seus bens materiais. Embora partilhem este ponto de vista geral, muitos antropólogos tendem, no entanto, a discordar em relação à substância exacta da cultura”. **EDWARD**, Hall (1994), A linguagem Silenciosa, p, 39.



na ajuda dada aos alunos para terem uma melhor compreensão das obras de arte. Considero que estes objectivos da Arte-Educação têm lentamente evoluído nesta direcção. Não só o modelo (DBAE)- «Discipline - Based Art Education», tem tido uma maior aceitação, mas, mais importante ainda, dentro do próprio movimento do (DBAE) «Discipline - Based Art Education», as noções de percepção artística sensível têm lentamente mudado no sentido de uma noção da compreensão artística”.

- RALPH A. Smith defende: A capacidade de entender e apreciar a excelência na arte vai sendo desenvolvida gradualmente, durante as diferentes fases de aprendizagem e cada uma delas ajuda a preparar o caminho para a próxima;
- Concebeu o currículo para a arte (modelo k-12) como uma orientação e a educação artística como actividade vocacionada para preparar os alunos para ficarem bem informados e sojourners sensíveis no mundo da arte; a Arte deve ser leccionada como uma disciplina por si só, como a matemática ou o português, se bem que deva ser integrada e relacionada com outras disciplinas: “The arts can survive in the curriculum only if they are integrated into others subjects where they would function instrumentally to achieve extra-aesthetic outcomes”(1995:185);
- A arte leva a um pensamento crítico e reflexivo contínuo, o que se reflecte numa prática benéfica que melhora o dia-a-dia de cada pessoa;
- PARSONS, Michael (1999) “As tendências (vygotskianas) tiveram influência porque se adoptam à nossa consciência da diversidade de objectivos, da influência cultural na aprendizagem do poder dos multimédia. Nas artes, estas tendências adaptam-se à ênfase pós-moderna colocada na compreensão, interpretação e contexto, assim como aos novos géneros de produções plásticas”.
- Discipline - Based Art Education- (DBSE) Objectivos: «Desenvolver as capacidades dos alunos para compreender e apreciar a arte; Arte como uma componente essencial do sistema escolar; A educação artística ajuda a desenvolver capacidades a nível de pensamento, de resolução de problemas, consciência global e cultura», cuja intenção é influenciar e melhorar o currículo escolar, a implementação do evoluir do ensino das artes para reforma de todas as escolas, com objectivo de criar uma cultura artística nas crianças, e de modo geral na sociedade cabo-verdiana.

Para IAVELBERG, Rosa (2003). “A cultura pode (e deve transmitir pela escola) a visita a feiras e ateliês, mostras de cidade, apresentações de dança,



teatro e música tem o objectivo de estabelecer a comunicação permanente entre o que se estuda e a cultura em produção, além dos estudos referentes à história da Arte”.

## CAPITULO V

### 5. Desenvolvimento da Capacidade Artística e Criadora: Compreender-Arte

“Ver alguma coisa como arte requer algo que o olhar não pode desprezar-uma atmosfera de teoria artística, um conhecimento da história da arte: um mundo da arte”. **DICKIE**, George (2007).

“Sentir as qualidades expressivas, aprender a unidade e a complexidade de cada obra de arte exige tempo”. **FROIS**, João Pedro, **MARQUES**, Elisa, **GONÇALVES**, Rui Mário (2000).

“Quem quiser elaborar uma teoria plausível da estética tem de possuir duas qualidades: sensibilidades artísticas e talento para pensar com clareza. Sem sensibilidade, não se pode ter experiência estética e, obviamente, as teorias que não se baseiam numa experiência estética ampla e profunda são desprovidas de valor. Só quem faz da arte uma fonte constante de emoção apaixonada possui os dados dos quais se podem deduzir teorias úteis”. (**BEEL**, Clive, 2007).

O «Desenvolvimento da Capacidade Criadora» é o tema desenvolvido num livro, por Viktor Lowenfeld, no qual o autor expõe a didáctica para a educação artística, onde ele clarifica a importância da arte e actividade criadora, infantil, cuja criação artística é importante para o desenvolvimento de uma criança.

Existem mais autores de referência da mesma área, nomeadamente: Franz Cizek, e Herbert Read, que dedicaram estudos, ou investigação na área da arte ligados à educação. Impulsionadores e defensores de uma alteração ao sistema curricular, em vigor na época, as suas teorias influenciaram os currículos, o que originou ou formou, escolas e cursos para ensino da arte.

Para Lowenfeld a experiência artística deve estar dissociada de qualquer influência externa, um processo livre de auto-conhecimento, ou seja, criado um ambiente onde a criança livremente e de forma espontânea pode desenvolver o seu trabalho sem preocupação de ser avaliado.

- Compreende-se que a experiência artística deve ser entendida, como um processo livre e de auto-conhecimento. Os estudos dele resultavam de uma análise mais empírica.
- Apresenta uma descrição detalhada das transformações que sofre a linguagem gráfica- plástica infantil à medida que vai desenvolvendo o físico, intelectual da criança.
- Os desenhos infantis são expressão da criança na sua essência em toda sua integridade.

- Para compreender as crianças no âmbito das expressões é fundamental compreender os diversos níveis de desenvolvimento e ter em consideração o conhecimento, artístico de cada uma delas.

O estudioso da arte, Herbert Read, defende que a arte deve ser a base da educação e que o desenvolvimento estético é a parte integrante da mesma, o que Viktor Lowenfeld, reforçou, dizendo que o desenvolvimento da consciência estética é alcançado através do apuramento, sensibilidade e capacidade, fortalecimento de capacidade da auto-expressão.

Viktor Lowenfeld refere, que a escola é fundamental na estimulação dos alunos na identificação das suas vivências, e em orientá-los na procura das descobertas e em expressarem os seus sentimentos, emoções e sensibilidade estética, artística. Através da arte, as crianças conseguem expressar e desenvolver conceitos que são importantes para sua formação pessoal. O educador deve estar atento e deverá dar atenção e estímulo, a criança - criadora, sobretudo como exprime as suas ideias.

Deve proporcionar às crianças, e adolescentes os meios, sobretudo nas escolas, para que possam desenvolver e experimentar de forma livre, o seu potencial artístico.

Ao longo da história da humanidade, a arte sempre teve um papel importante inovador e transformador na sociedade. Sendo o homem como um ser em constante evolução sempre procura algo mais.

Vivemos num mundo complexo, com grande transformação social, e profunda diferença económica, e os artistas não podem ser indiferentes, e através da sua criatividade, divulgam os dramas humanos, expressando os seus sentimentos. A arte é o campo da percepção e de muita imaginação, que nem sempre é fácil de perceber o significado, da obra, mas as leis<sup>53</sup> da investigação ajuda interpretar a mensagem que o artista quer transmitir.

As opções de gostar ou não gostar, e de perceber a arte estão ligadas às nossas origens e condicionadas exclusivamente pela nossa cultura em que estamos inseridos, e as culturas são tão diversificadas que se torna impossível reduzir a arte a um conjunto de regras susceptíveis de ser aplicadas em toda a parte ou em todo Mundo.

Parece assim impossível definir qualidades absolutas em artes, é necessário apreciar as obras de arte, no contexto do seu tempo e as circunstâncias, sejam elas quais forem, mas muitas vezes ou na maioria os artistas não são compreendidos porque vão muito à frente do tempo, o caso de Amadeo de Souza Cardoso. A arte continua a ser criada à nossa volta, e no nosso meio abrindo-nos quase todos os dias os olhos a novas experiências obriga - nos a reajustar as nossas percepções, numa perspectiva futura. Ai o que importa já não é, uma contemplação com devoção das obras de arte, mas sim aprendermos uma nova maneira de ver, ou ver, de uma maneira diferente.

---

<sup>53</sup> “As leis da investigação “científica” no campo da percepção visual, só tem validade quando o artista também conhece as teorias, e as aplica conscientemente. Caso contrário, as leis pouco ou nada nos ajudam a compreender obras de arte “externas”. **JANSON H. W.** História da arte (1986) p, 10.

## 5.1 Sistema educacional (Professor Artista - Artista Professor)

O sistema educacional cabo-verdiano prevê uma educação artística, desde a pré-primária até ao secundário, a nível superior, existe o curso da educação artística da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, e Escola Superior das Artes em São Vicente.

Relativamente ao «Professor Artista – Artista Professor», já dispõe de ferramenta indispensável, e o espaço que é a escola, instituição para leccionar as actividades escolares para uma boa integração social.

O papel do «artista professor» é de contribuir para desenvolvimento humano e consciencializá-los numa perspectiva de transformação pessoal e social, na promoção da cultura artística e museologia, desenvolvendo trabalhos utilizando os recursos disponíveis, nomeadamente os artistas, autodidactas e também do pessoal com a formação. De acordo com IAVERBERG, Rosa (2003). “O ensino de arte requer um professor orientador, que incentiva a produção, o envolvimento e a constância do aluno”, mas a tendência é que a actividade do professor elimina a actividade do artista ou vice-versa, será difícil de conjugar as duas funções.

Este capítulo propõe o incentivo, a interligação do Artista – Professor,<sup>54</sup> as escolas com objectivo, de estudar o potencial artístico do País, Cabo Verde.

Qual a formação que um «professor artista» deve ter? e Como deve actuar o «artista professor»? Qual é a formação que devem proporcionar ao outro?

- A formação deve perpassar no mínimo: saber sobre arte, e o saber sobre aprendizagem em arte; e o modo de aprendizagens implica o desenvolvimento de percurso da criação artística do aluno, é necessário que o «artista -professor» tenha experiência em processo de criação pessoal e saiba dar aulas, com procedimento e conteúdo que o ensino em arte exige, quanto às artes visuais, o «artista professor» poderá reflectir sobre o ensino de arte na contemporaneidade, percorrendo aspectos como leitura de imagens, as visitas a instituições de arte, orientando o seu educando a requerer conhecimentos e sensibilidade, essas reflexões também ajudam na formação do próprio formador/professor.
- Como deve actuar o «artista professor» é um educador profissional, que tem como objectivo «educar para a cidadania», através do ensino artístico, desenvolvendo projectos sociais, nas escolas, bairros problemáticos, centro de recuperação, estabelecimentos prisionais, atendendo as especificidades de cada instituição, promovendo aprendizagem e solidariedade entre a juventude.

---

<sup>54</sup> Caberá ao professor não trazer para sala de aula a sua visão particular e, antes estimular cada aluno uma vivência duma harmonia feita pelas suas próprias mãos”, (1961, pp.64-65). **ALMEIDA**, António De. **NÓVOA**, António (2003) Dicionário De Educadores Portugueses, p, 56.

## 5.2 Educar pela diferença através da arte

“Não tendo riquezas naturais abundantes e significativas, o maior triunfo deste pequeno arquipélago foi a sua capacidade em desempenhar um papel activo nas redes de troca e de circulação entre diferentes espaços, climas e civilizações” **SILVA**, António (2001).

O presente capítulo de estudo constitui uma proposta de reflexão sobre o Ensino «Educar pela diferença», através da arte no contexto da realidade actual, articulando-se, na necessidade de contextualizar o ensino aprendizagem na sociedade cabo-verdiana face aos desafios da modernidade.

Face aos Desafios do Século do XXI, que caracteriza as sociedades actuais cada vez mais, temos a escola multicultural, é preciso introduzir através da escola, na sociedade cabo-verdiana, uma educação que se baseia no sentido de perceber as origens da mestiçagem, por as escolas, muito em particular em prol de melhoramento das condições de vida dos cabo-verdianos e do desenvolvimento do País ao mesmo tempo ao serviço da sociedade, introduzir uma cultura de respeito pela diferença (étnico, religioso, e portadores de deficiência física).

A diversidade, e a pedagogia, são valores de grande referência; «Os fundadores do Cavaleiro Azul» do autor Wassily Kandinsky, nascido a 4 de Dezembro de 1866, em Moscovo, aderiu à nacionalidade alemã em 1928, e à francesa em 1939, que considera, «artista e professor» pelo seu talento, e visão, utilizou a diversidade, em seleccionar as obras e artistas de várias nacionalidades e diversas tendências, é preciso contextualizar-se, com a nossa época<sup>55</sup>.

Wassily Kandinsky, conhecedor da diversidade, não só, pelo facto de ter tripla nacionalidade, mas sim, por ter convivido com diversas realidades, sobretudo pela função desempenhou em várias escolas, como docente, em particular o trabalho pedagógico desenvolvido na Bauhaus em 1921.

É notável que ao longo da vida dele sempre esteve ligado ao ensino, e a arte «Educar pela diferença», incide com a vida e a obras do autor, no processo de ensino aprendizagem, arte que tem como palco comum as escolas «Educar pela diferença» baseia-se em: aprender a viver juntos, aprender a ser, e conhecer o outro<sup>56</sup>, em que as diferenças entre todos são destacadas e aproveitadas.

---

<sup>55</sup> Os fundadores de Cavaleiro Azul, Marc e Kandinsky, haviam seleccionado obras de artistas de várias nacionalidades e de diversas tendências: entre outros, um quadro de Robert Delaunay fragmentado em partículas coloridas representando a Torre Eiffel (pág 82), uma cena de aldeia realista naive (pág.83) de Henri Rousseau, que falecera pouco antes em Paris; um estudo de retrato fragmentado em secções coloridas pintado pelo russo Burljuk; a Vaca Amarela (pág.82) aos saltos, de Franz Marc; um quadro pintado com amor pelo suíço Jean Bloé Niestlé, representando um pássaro, e o quadro muito controverso de Kandinsky composição V (pág.81). **KANDINSKY**, Ulrike Becks-Malorny (2007), p. 77.

<sup>56</sup> “Conhecer o Outro passa, assim pelo conhecimento de Si próprio, de modo reflexivo, ético, consciente e crítico, na busca da Identidade, da Mesmidade, mas também pela Complementaridade ou Particularidade, da Alteridade e da Pluralidade, percebendo-se que é na compreensão da mais-valia da

A proposta de reflexão fundamenta – se na presente situação vivida, e nas condições em que se encontra o País (Cabo Verde): é preciso uma educação com particularidade que incide na especificidade, aproveitando a potencialidade de todos. Entenda-se neste contexto, da diversidade, da sociedade sobre as escolas, é preciso no sentido mais amplo, debruçar-nos sobre a nossa realidade aproveitando as origens da Cabo-verdianidade.

Conforme as explicações na introdução geral, Cabo Verde pertence a várias comunidades sendo assim é preciso estar de olhos na educação, uma Educação para todos seja neste caso concreto «Educar Pela Diferença», uma escola inclusiva, diversificada, e multicultural, promovendo uma pedagogia intercultural dialogante, com destaque por respeito pela diferença num espaço onde se aprende com a diferença do outro, uma mais-valia para formação individual, em benefício das relações humanas.

Efectou-se ao longo desta dissertação, uma reflexão sobre a história da humanidade tanto a nível nacional e internacional, alguns conflito éticos e inter-religiosos, nota-se como forma de prevenir é preciso um novo paradigma no ensino.

Verificou-se que é preciso educar os cabo-verdianos pela diferença, o que propomos nos seguintes moldes: De acordo com o Plano de Estudo para o Ensino Básico e Secundário Geral (2008), há uma disciplina, que é comum à Formação Pessoal e Social, na 1ª; 2ª; 3ª Fase, e no 7º e 8º Ano sendo assim, que os itens de educar pela diferença será introduzida na cadeira de Formação Pessoal e Social, com o objectivo de melhorar a formação da nova geração, e fortalecer o curriculum escolar, em interdisciplinaridade com a Educação Artística, que se subdivide em Expressões Plástica e Expressões Musical-Dramática que coadunem com a realidade, e a época.

Educar pela diferença, é ensinar num contexto educacional no qual as diferenças entre todos os elementos da turma, são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular previsto no processo ensino aprendizagem, em que se aprende a conhecer o outro e a respeitar, tendo como objectivo uma boa formação cívica do indivíduo.

O conteúdo programático de educar pela diferença coincide como o terceiro grande principio a integrar na disciplina de Formação Pessoal e Social que procura potencializar as relações de interdisciplinaridade com as demais disciplinas do 12º ano. O efeito prático poderá ser desenvolvido de acordo com Criação de um projecto (M. A. E.) Museus, Ateliê, Escolas, que se incide, num dos objectivos desta dissertação desenvolver as actividades práticas, a nível de pintura, esculturas, danças, teatro, músicas, sendo a música um dos potenciais do povo das ilhas, que por analogia se aproxima da música que Kandinsky relacionava com as cores e as formas.

Actividades essas que poderão ser desenvolvidas no período da tarde, tendo em consideração, que a aula só abrange um período, assim os que

---

relação (social, pedagógica, educativa...) que se cumpre, por excelência, a função formativa da Educação. Não se trata de promover o exotismo, o misterioso, o estereótipo. Pretende-se, sim, configurar a emergência do Diverso como força de riqueza vivencial, de rompimento com ideologias maniqueísta de exclusão social, e como veículo facilitador quer do abandono de atitudes preconceituosas quer na valorização das aprendizagens "BIZARRO, Rosa, (2006) Como abordar... A escola e a diversidade Cultural / Multiculturalismo, Interculturalismo e educação, p, 6.

tenham aulas de manhã poderão desenvolver a actividade no período da tarde e vice - versa, aproveitando a diversidade e potencial de cada Concelho e Ilha «associando ao desporto» com uma agenda cultural apropriada, digna da diversidade. Propõe-se um conjunto de actividades lectivas nomeadamente: administrativas, recreativas, concursos, e debates, actividades manuais ou seja aulas práticas, que sejam desenvolvidas da seguinte forma:

Actividades administrativas:

- Turmas especiais para acompanhamento e integração dos alunos recém-chegados às escolas Cabo-verdianas.
- Quadros de honra, para melhores alunos da escola.
- Criação de Sala – oficina da diversidade (para desenvolvimento de trabalhos manuais).
- Comissão de recepção dos alunos recém - chegados.
- Atribuição de bolsa de estudo aos alunos que mais se destaquem nas actividades “educar pela diferença”.

Actividades Recreativas / Concursos.

- Concurso tema “Educar pela diferença”.
- Promoção do “Concurso Toda Criança Canta”.
- Promoção do “Concurso Toda Criança Dança”.
- Intercâmbio entre as escolas, com jovens de outras culturas residentes no País, e na diáspora.
- Workshops para discutir e apresentar soluções dos problemas pertinentes da sociedade.
- Teatro – Introdução de peças, Teatro do “Grupo de Teatro Juventude em Marcha” nas actividades escolares.

Debates – Assuntos a serem tratados

- Meio ambiente, «combate a desertificação, fragilidade do ecossistema Cabo-verdiano».



- Saúde «Hiv, doenças venéreas, consequências da droga na juventude, e a gravidez precoce».
- Diversidade Cultural, «multiculturalismo, interculturalidade, religião, integração social de jovens portadores de deficiência física».
- Visitas de Estudo, «Cidade Velha – Berço de Mestiçagem, Campo de Concentração Tarrafal, Jardim botânico de São Jorge, Parque de Serra Malagueta, Salinas -Sal, Maio, Boa Vista».
- Debates: os temas em debate serão apresentados por especialistas de cada área «Médico Psicólogo, Sociólogo, Pedagogo, Artista, Músico, Artesão, Antropólogo, Ambientalista, Representante de Várias Religiões».

#### Actividades manuais

- Desenho sobre fragilidades do ecossistema de Cabo Verde.
- Artesanato-«tecelagem desenvolvimento de “Pano de Terra”, confecções de peças de vestuário».
- Escultura - «trabalhos de barro».
- Cestaria -Confecções de diversas peças.

A figura (fig. nº12 e 13) são exemplos de algumas actividades artesanais realizados no arquipélago sobretudo o pano de terra (que é um produto nacional de fabrico artesanal) e um dos símbolos da identidade cabo-verdiana, utilizado pelos designers de moda na confecções de peças de vestuário (típico de Cabo Verde).



**Fig. Nº 12- Jovens a confeccionar pano de terra.**

**Fonte:** <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-design-da-identidade-nacional-atraves-do-vestuario-o-panu-di-tera-de-cabo-verde>



**Fig. Nº 13- Pano de terra**

**Fonte:** <https://www.boavistaoficial.com/pt-pt/arte-artesanato-boa-vista/>

Ao propor o enriquecimento do curriculum escolar introduzindo educar pela diferença a escola deverá contar com uma participação activa dos docentes e dos estudantes, oferecendo oportunidades variadas para desenvolvimento, e formação pessoal e social de cada aluno.

Para que este processo seja, efetivo, é fundamental que as escolas exercitem a flexibilidade, e relacionem a capacidade individual de cada jovem e coloquem as suas necessidades e interesses no centro das atenções.

A escolarização constitui uma experiência fundamental para formação humana e, portanto ninguém pode ficar de fora, do sistema educativo, ou seja, excluído, é preciso acabar com forte descrença na capacidade cognitiva das crianças, desfavorecidas, e com as deficiências, assim como há uma tendência para não considerá-las capazes de desenvolver uma formação digna de ser produtiva e integrada na sociedade.

Espera –se que haja um empenho de toda sociedade escolar, para que num futuro próximo a diferença deixe de ser um desafio para se tornar uma riqueza, de acordo com **HALL** Edward (1994). “Espero que no resto do mundo se prossiga e encoraje o espírito da cultura inconsciente (micro cultura), porque o futuro da raça humana está na sua capacidade de manter a diversidade e em utilizá-la para o seu proveito”.

### **5.3 Educação no Contexto Contemporâneo**

A educação, em geral e o ensino em particular, começam a ser objecto de maior preocupação das instâncias governativas, e dos teóricos, em ciências da educação a partir do momento em se começa a sentir as dificuldades provocadas pela incapacidade de prosseguir e ultrapassar os limites impostos pelo desconhecimento, configurando a percepção actual acerca da dinâmica entre o saber, e o saber-fazer, determinando a necessidade de investir num saber, no contexto contemporâneo que segundo o Dicionário Universal da Língua Portuguesa, (Texto Editora, 1995) significa – aquele que é do mesmo tempo, da mesma época, especialmente da época em que vivemos. Para **IAVERBERG**, Rosa (2003). “a educação em arte ganha crescente importância quando se pensa na formação necessária para uma adequada inserção social, cultural e profissional de jovem contemporâneo. Ela imprime sua marca ao demandar um sujeito da aprendizagem, criador, compositor e inovador. Se hoje o aluno deve ser formado para enfrentar situações incertas e para resistir às

imposições de velocidade e de fragmentação que caracterizam a contemporaneidade a arte pode colaborar e muito".

Segundo **PARSONS** Michael (1999) "Mais com a intenção de influenciar o currículo escolar do que de mudar a maneira como se ensinam as artes. Temos adoptado uma tendência que procura evoluir da mudança do ensino das artes para a reforma de toda a escola" e elevando os temas, "Modelos de Investigação Artística e a Interdisciplinaridade em Arte, o domínio da arte exprime-se pela necessidade de cruzamento de vários saberes"<sup>57</sup> é o que se propõem para o ensino artístico em Cabo Verde nos diversos níveis do ensino, desde pré - primário ao secundário. A educação é uma das acções que definem a sociedade e a humanidade, em que o ser humano evidencia o seguinte: compreensão, reflexão, criação e recria, aprende e ensina, a busca do homem é constante ao longo da história, sempre a procurar de compreender a transformar a realidade e o mundo.

## 5.4 Identidade / diversidade Cultural

A identidade<sup>58</sup> alicerça-se numa articulação constante, entre o social e psicológico do ser humano, expressando diversidades, num meio social ou no seu território, indivíduos de várias faixas etárias da sociedade, «classes sociais, grupos étnicos, religião, língua».

A origem do povo cabo-verdiano pode-se dizer que está na diversidade, existe entre os cabo-verdianos, uma longa tradição de multiculturalidade, desde a sua origem, o «cruzamento entre indivíduos de raça negra e europeia» e ao longo da colonização de vários séculos, também do comércio de escravos entre África, América e Índia). A cidade velha, testemunho da primeira cidade europeia dos trópicos, esta cidade serviu de entreposto comercial e porto de apoio a navegação marítima em direcção à outros continentes. Tendo conhecido grande desenvolvimento nos Séculos XV e XVI, a emigração forçada para vários países, São Tomé e Príncipe, Angola mais tarde para vários Países da Europa incluindo Portugal nos anos 70.

Em Cabo Verde um País, arquipelágico, que tem uma população residente de 491mil habitantes conforme Censo de 2010, actual Cidade de Santa Maria na ilha do Sal, outrora uma pequena aldeia piscatória, é exemplo da diversidade, vivem na ilha indivíduos de 42-nacionalidades, em termos comerciais circulam as duas moedas, escudo cabo-verdiano e o euro.

A identidade / diversidade, cultural está interligada aos povos das ilhas, sendo a cultura cabo-verdiana mestiça, cruzamento entre dois povos o que originou a sua respetiva cultura, «o colonizador português e o escravo africano». Esta dupla influência, caracteriza a música crioula «morna, coladera, batuque, funana», país de emigrante, devido a várias razões, com uma diáspora superior à população residente, espalhada por várias partes do globo.

---

<sup>57</sup> I Congresso Internacional INVESTIGAÇÃO EM ARTE, (2009) Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>58</sup> Identidade (lat. identidade), s.f.qualidade do que é idêntico; paridade absoluta; analogia; conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é; (Alg.) espécie de equação ou igualdade cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita). DICIONARIO UNIVERSAL da Língua Portuguesa (1995) Texto Editora, p, 811.



O conceito desenvolvido neste capítulo, associa-se a uma aprendizagem, nas diversas culturas e integrá-las, nas sociedades, ou seja preparando as escolas para análise das diversas culturas, segundo **BENEDICT, Ruth (1934)**, “O estudo de culturas diferentes tem ainda outro alcance muito importante sobre o pensamento e o comportamento de hoje em dia. A vida moderna pôs muitas civilizações em contacto íntimo, e no momento presente a reacção dominante a esta situação é o nacionalismo e snobismo racial. Nunca, mais do que hoje, a civilização teve necessidade de indivíduos bem conscientes do sentido de cultura, capazes de verem objectivamente o comportamento socialmente condicionado de outros povos sem temor e sem recriminação”.

As autoridades cabo-verdianas, «as escolas»<sup>59</sup>, devem estar atentas à inclusão, de educadores e professores, de diversas nacionalidades no sistema educativo como forma de preservar a diversas culturas e sobretudo à formação dos cabo-verdianos e dos que escolherem Cabo Verde, para viver.

## 5.5 A obra de Arte e a Cultura museológica

“Na sociedade contemporânea, os museus são um lugar para não esquecer, um armazém da memória onde se traçam as identidades étnicas, as classificações históricas naturais, onde inscrevem e reescrevem o passado e o presente das nações” **TOTA, Anna Lisa (2000)**.

A obra de arte<sup>60</sup> representa algo, coisa ou objecto que está directamente interligado, relacionado com a realidade ou sitio onde estamos inseridos, o Mundo, dirigido a um espectador que é o público, divulgando a criatividade e o pensamento do individuo que neste caso é o artista, que para (Freeman & Parsons, (2001), resume-se em esquema «rede da arte» de modo a facilitar a compreensão do Mundo de arte que incide no seguinte: «Mundo, Obra de arte, Artista e Observador», sendo o Mundo o meio onde estamos inserido; Obra de arte<sup>61</sup> objecto de apreciação; Artista, indivíduo que expõem a sua vivência e sentimento em evidencia; O público ou telespectador o apreciador ou o observador, do produto artístico.

---

<sup>59</sup> “Assim, o investimento nas escolas inclui um outro elemento importante, não só como sede da formação individual e social, mas também, como retaguarda da defesa cultural” **LIVRAMENTO**, José Luís, Ex-Ministro Da Educação de Cabo Verde (2007), Cabo Verde Três Décadas Depois, p, 393.

<sup>60</sup> **Def. 6 – Arte (Dicionário prático de Filosofia, Elisabeth Clément, Chantal Demonque, Laurence Hansen-Love, Pierre Kahn;1999)** “A arte que visa a criação do belo, liberta-se no entanto, à partida do útil e de um fim determinado, a menos que encerre o belo em cânones estéticos, ou determine um ideal com o fim de oferecer um modelo aos artistas... se a arte do génio rivaliza aqui com a natureza, não é apenas pelo seu poder criativo, mas porque as suas realizações podem provocar, como o espectáculo da natureza, o sentimento estético”. **REIS** Raquel, (2003) Educação Pela Arte – Universidade Aberta, p, 31.

<sup>61</sup> «Distinguir os objectos que são obras de arte, dos que não são, porque [...] sabemos usar correctamente a palavra “arte” e aplicar a expressão “obras de arte”». Deste ponto de vista, as teorias são de certa maneira, imagens -no-espelho do ponto de vista de Sócrates: expondo aquilo que já sabemos, são reflexos verbais da prática linguística que dominamos”. **DANTO** Arthur C. (2007) O QUE É ARTE? A PERSPECTIVA ANALITICA, p, 80.

A Proposta da criação do Projecto «M.A.E.» - Museus Atelier Escola - é um objectivo de criar uma cultura museológica, desenvolvendo actividades, com crianças e jovens nos seguintes locais:

- Cidade Velha, «património da humanidade», na «Ilha de Santiago».
- Salinas de Pedra de Lume, «na Ilha do Sal».
- Vulcão do Fogo «na Ilha do Fogo».
- Campo de concentração do Tarrafal na «Ilha Santiago».

Poderá dizer-se que estes espaços existentes no País são museus ao ar livre, devido a razões históricas, e origens do país. Pretendemos, focando-nos na criação de uma cultura museológica desenvolver as actividades artísticas a nível das escolas, e os museus.

A preservação, e a conservação, dos bens patrimoniais, sobretudo a questão dos Museus, é preciso focar a falta de sensibilidade dos dois, Estado Cabo-verdiano e o Português: o património ou até pode ser chamada a identidade histórica do «Campo de Concentração ou Campo da Morte Lenta do Tarrafal» situado na Ilha Santiago, para não citar falta de visão do poder local, em desenvolver, preservar o edifício em si, e trabalhar numa perspectiva futuro com «visão criativa».

- Desenvolver uma urbanização, propondo as ruas com nomes dos que perderam a vida na prisão.
- Um memorial artístico à entrada da Cidade em homenagem, aos (32) presos políticos<sup>62</sup> que perderam a vida, porque pensavam de forma diferente.
- Propor um «Museu<sup>63</sup> da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa» em homenagem a Bento Gonçalves Secretário-geral do PCP<sup>64</sup> (1942), ano que ele morreu, no Tarrafal, da Ilha Santiago em Cabo Verde.

As manifestações culturais do país e alguns espaços emblemáticos do arquipélago, utilizando a inteligência, o aspecto económico, e a estratégia planificada, poderão associar-se, com vista a uma indústria turística de qualidade, com uma boa agenda cultural, introduzindo a sociedade cabo-verdiana, a cultura<sup>65</sup> museológica. Na óptica do **PARIS** Tito (2008) “Paralelamente à música que temos, também devemos aliar-nos a

---

<sup>62</sup> **SOUSA**, Franco De (1978), TARRAFAL Testemunhos, p,315.

<sup>63</sup> “Quando os visitantes entram num museu, não deixam a sua cultura e a sua identidade no bengaleiro, nem respondem passivamente aos materiais expostos. Pelo contrário, interpretam as mostras em exibição através da experiência vivida e os modelos, os valores e as capacidades perceptivas culturalmente apreendidas e conquistadas no seio de grupos vários” (Karp, 1992,p,11) **TOTA**, Anna Lisa (2000). A SOCIOLOGIA DA ARTE Do Museu tradicional à Arte Multimédia, p, 123.

<sup>64</sup> **SOUSA**, Franco De (1978), TARRAFAL Testemunhos, p,325.

<sup>65</sup> “A cultura é uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por reportórios de acção e de representação adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objecto de expressão, discursiva numa língua determinada, factor de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico. As culturas são feitas de práticas e crenças religiosas, educativas alimentares artísticas lúdicas. Elas dizem respeito também às regras organismo do parentesco, da família e do agrupamento político.” **WARNIER**, Jean-Pierre (2002) A mundialização da cultura p, 16.



outros músicos, nomeadamente dos Países lusófonos como Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal. Não se pode fechar a sua cultura, diz a cultura e a música, em particular, devem ser abertas. Essa abertura permite o desenvolvimento da arte”<sup>66</sup>, valorizando a história, fazer com que os jovens percebam o passado, compreender o presente e perspectivar o futuro.

## 5.6 Educação Artística / Combate à Exclusão Social

A educação artística é um modo de trabalhar, utilizando uma linguagem artística que se comunica entre o educador-artista, baseando-se nas artes plásticas, dança, poesia, drama, pintura, modelagem, música, técnicas de desenho, cujo essência é a criação estética e artística em prol do desenvolvimento da arte, numa sociedade, no combate a insucesso escolar, e inclusão dos mais desfavorecidos.

O Artigo nº 31º do Decreto legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio, estabelece a Formação artística, em quatros pontos conforme o anexo da pág.109 e o Artigo nº74, do mesmo Decreto-lei, aborda a Formação do pessoal docente na área artística e cultural, (anexo pág.130) conforme o estabelecido no enquadramento jurídico desta dissertação, e nas várias reformas está legalmente prevista a educação artística, mas a lei não designa o espaço oficial em que esta se realiza, ou seja, salas de aulas, ou escolas específicas para efeito, sobretudo ao nível do ensino secundário, (1º, 2º e 3º ciclo), mas a lei também não é explícita que o ensino da arte seja leccionado pelos profissionais da área especificamente.

Segundo o **I Congresso Internacional** Investigação em Arte, (2009) Fundação Calouste Gulbenkian, um dos temas foi a «Investigação artística Universitária – Estado da Arte Nacional» e interroga-se «Quais os contributos que tem trazido ao desenvolvimento económico e social?» a educação artística poderá contribuir para o desenvolvimento, trabalhada numa óptica da industrialização das actividades culturais, promovendo o país e o seu crescimento económico.

Pretende-se com este capítulo uma análise teórica que se enquadra na educação artística<sup>67</sup> e combate a exclusão social, em relação ao discurso político, cujo consenso do significado real está longe de construir uma realidade.

---

<sup>66</sup> “A arte e a ciência dos nossos dias têm algumas origens comuns. São ambas filhas da experiência e do livre pensamento. O próximo século encontrará certamente na arte e na ciência duas contribuições mais válidas para civilização”.GONÇALVES, Mário Rui (2000), Educação Estético e Artística Abordagem Transdisciplinares p, 17.

<sup>67</sup> “De referir ainda o subsídio da Conferência Mundial sobre a Educação Artística (2005) que recomenda dar à Educação Artística um lugar central e permanente no currículo educativo de forma a contribuir para melhorar a qualidade da educação, a desenvolver o sentido estético, a criatividade a imaginação e a cooperação em sociedades cada vez mais baseadas no conhecimento. De realçar ainda o reconhecimento da Educação Artística como uma ferramenta de base para a coesão social podendo ajudar a resolver questões difíceis como que se defrontam muitas sociedades nomeadamente, o crime, violência, as desigualdades do género, ou maus tratos das crianças e a negligência, entre outras” **Plano de Estudos para o Ensino Básico e Secundário Geral (2008)** Ministério da Educação e Ensino Superior /Direcção Geral do Ensino Básico e secundário, p, 2.

A sociedade não tem demonstrado capaz de unir, de forma que permita a inclusão dos desfavorecidos; a noção da exclusão social foi trazida para linha da frente pelas ciências sociais, por pensadores franceses em que se deve salientar o contributo de autores como Rosanvallon e Serge Paugam e Robert Castel. O termo exclusão social se tornou, objecto ou elemento de produção científica, em 1974, pelo Autor René Lenoir no livro «Les Exclus», onde define como excluídos todos aqueles que não beneficiam dos progressos socioeconómicos, e acrescenta-se como um modelo mais recente e complexo do que a noção da pobreza, o que implica, não só ausência do poder a nível económico e social, mas também, o poder da decisão, e da participação na vida da comunidade, como direitos e deveres dos cidadãos, e a plena integração na vida social. Conforme o TOLENTINO Corsino (2007) na tese de doutoramento, explica a pobreza<sup>68</sup> “como o maior problema do país, que na nossa óptica esta associada a exclusão social”.

Em Cabo Verde, um país saheliano, fustigado constantemente pela seca e sem recursos minerais, a pobreza é um dos maiores problemas sociais. A luta pela sobrevivência, devido a insularidade do arquipélago muitas vezes leva a práticas nomeadamente: apanha das areias, corte das árvores, para produção de lenha para uso doméstico, que provoca uma degradação do meio ambiente. A pobreza associa-se a desertificação, que provoca o êxodo rural, com consequências desastrosas para os grandes centros urbanos, provocando construções clandestinas, não obstante as medidas de proibições, no sentido de melhorar a situação. “O poder é algo que se tem que utilizar em benefícios da maioria, pelo menos dos mais desfavorecidos” **PEREIRA**, Aristides Maria (2011). Com a particularidade para os dois maiores Centros Urbanos, Cidade da Praia, na ilha Santiago, e Cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, com grande problemática do êxodo rural, provocada pelas sucessivas secas ao longo de vários anos, com grande efeito desastroso, devido à falta de imaginação dos dirigentes, e da cultura democrática que não se coadunam com realidade.

Em Cabo Verde, no Século passado, «após a independência» apostou-se na educação, um sector motor de desenvolvimento de um País, com advento da democracia desenvolveu o ensino em todas as ilhas sobretudo a nível do secundário, e universitário. Pretendemos que o desenvolvimento da educação artística constitui como uma ferramenta de combate a exclusão social, de modo geral, o sistema educativo, inclusivé diminuindo as desigualdades sociais, aproveitando em medidas a formação dos docentes como uma nova filosofia, promovendo o sucesso escolar como forma de evitar

---

<sup>68</sup> “No início do século XXI, a pobreza é o principal problema de Cabo Verde, afectando mais de um terço da sua população, que sofre de insuficiência de alimentos, água potável, energia assistência médica e alojamento, e não pode por conseguinte beneficiar de uma vida decente, nem participar activa e eficazmente no processo de expansão e usufruto das liberdades. A emigração, a cooperação internacional, o investimento directo estrangeiro e a prestação de serviços, mormente turísticos, são os principais pilares do desenvolvimento deste pequeno Estado insular, independente há 31 anos, mas estes pilares assentam em areia movediça da insegurança humana” **TOLENTINO**, Corsino (2007) Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados Em Desenvolvimento: Caso De Cabo Verde p. 40.

à exclusão social <sup>69</sup>. Os documentos elaborados a); b); c); d); e); desde de 1996, que os responsáveis do país assumem e elaboram documentos importantes sobre a pobreza e exclusão social, nomeadamente;

a) “Incidindo muito na promoção do sucesso escolar e no apoio sociais, evitando a exclusão social a curto e longo prazo, porque a formação integral de um indivíduo e competências são valores que nos permitem conviver no respeito pela tolerância, trabalhar na solidariedade na partilha com os outros ao longo da vida” **LIVRAMENTO**, José Luís (1996).

b) “Todavia, persistem ainda problemas significativos a que importa dar resposta. O sistema educativo cabo-verdiano caracteriza-se pela estabilização das frequências ao nível do ensino básico e por uma crescente expansão da procura dirigida aos ensinos secundários e superior. As alterações na estrutura da procura têm-se vindo a realizar a um ritmo muito acelerado, pondo em evidência as insuficiências da oferta quer em termos de qualidade quer em termos de quantidade. São igualmente evidentes as dificuldades do sistema institucional para dar resposta às pressões da procura crescente de ensino. Por outro lado, o rápido crescimento do sistema vem exercendo uma grande pressão sobre orçamento do Estado” (**DECRP**) -Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (2004). Ministério das Finanças e do Planeamento, p, 23.

c) “A priorização, nos Orçamentos de Estados, dos apoios sociais que conduzam à igualdade de acesso à educação, sociólogo Pierre Bourdieu “As desigualdades sociais de partida traduzem-se em desigualdades escolares que justificam, por sua vez as desigualdades sociais”. **LIVRAMENTO**, José Luís (2007).

d) “Incidindo também sobre o regime da educação extra-escolar, o presente diploma preconiza o incremento da generalização de segundas oportunidades educativas (o ensino recorrente à distância, educação/formação de adultos), quer enquanto modalidade especial de ensino que permite ampliar a oferta de oportunidades de cursos socioprofissionais, quer como fenómeno de capacitação de jovens e adultos para exercício de uma profissão e a luta contra a pobreza e exclusão social, massificando a utilização das novas tecnologias de informação e comunidades disponíveis”. (**LBSE**) - Lei de Bases do Sistema Educativo (2010).

e) “A pobreza merece um tratamento transversal das políticas e medidas de política, numa visão integrada do processo de desenvolvimento, num quadro da globalização, de liberdade económica e de papel de relevo reservado ao sector privado no crescimento económico, na criação de empresas produtivas, geradoras de emprego e de rendimentos, condição sine qua non para a redução da pobreza”. **GOVERNO DE CABO VERDE**

---

<sup>69</sup> “A igual atitude deve ter-se na promoção do sucesso escolar pois, obtido o acesso, a igualdade de sucesso, pois, deve levar a que os processos de ensino aprendizagem tenham em conta as diferenças de partidas e de apoio sócio escolares efectivos, de modo a evitar a exclusão social, a curto ou a médio prazo, daqueles que “não dão nada” ou que, impacientes acham o “período escolar muito longo” **LIVRAMENTO**, José Luís, Ex-Ministro Da Educação de Cabo Verde (2007), Cabo Verde Três Décadas Depois, p, 392.

(2008/2011), Estratégia de Crescimento Económico de Redução da Pobreza II, P, 13.

Constata-se que é cada vez mais a diferença social, é maior a exclusão social, sobretudo na camada jovem que é a faixa etária maior da população cabo-verdiana, assim sendo propomos, para uma mudança de metodologia, “As sete opções inadiáveis” de **LIVRAMENTO**, José Luís (2007).

- 1 - A urgente despolitização no uso dos recursos humanos, privilegiando a promoção das competências e do know-how no sentido da formação de um estável corpo de competência nacional que sirva de sólido suporte na identificação, execução e controlo das grandes tarefas nacionais.
- 2 - Uma integração dos cérebros cabo-verdianos da diáspora, ultrapassando a cosmética da periódica reunião de quadros na emigração, para acções de intervenção concretas nas diversas áreas de desenvolvimento do país potenciando, na linha do ponto anterior, toda a cabo-verdianidade existente no mundo.
- 3 - A priorização e forte apostas no investimento na educação e formação, valorizando os recursos humanos como vantagem competitiva nos desafios de desenvolvimento do país, dentro de um equilíbrio que proteja o sector das ofensivas de ajustamentos estruturais, mas que não ponha em causa a sustentabilidade geral do sistema financeiro nacional.
- 4 - Uma nova política reguladora na área das novas tecnologias de informação e comunicação que promova a universalização do acesso às novas tecnologias, ênfase para a internet e a promover a competitividade nacional.
- 5 - A urgente introdução de novas mudanças no sistema nacional de ensino que, visto ainda prevalecentes, i) baixo nível educativo comparativamente com países desenvolvidos ii) ineficiência nos estudos traduzida nas taxas de abandono e de repetência, iii) baixa efectividade significando falta de adaptação dos programas de formação às necessidades da economia em termos de aptidões técnicas e de produtividade e iv) inadequada e ineficiente afectação de recursos, com o frágil orçamento do estado a cobrir salários e pouco mais; é necessário que se promova:
  - O alargamento da escolaridade obrigatória, objectivando, a curto prazo, um perfil de saída mínimo e flexível de nove anos e longo, de 12 anos, com base no tripé línguas / ciências/tecnologias e na cultura cabo-verdiana;
  - A criação de três ciclos, de ensino, com a integração e redefinição da educação pré-escolar e da formação profissional como pilar do sistema de ensino visando uma eficiente correlação educação /civismo/emprego/desenvolvimento económico-social de Cabo Verde;
  - A melhoria da gestão das escolas, através de um melhor processo de escolas de formação de dirigentes e de integração da escola nas comunidades;

- A formação intensiva e adopção de normas motivadoras dos professores em todos os níveis de ensino, com maior realce para o seu desenvolvimento profissional;
- A instalação efectiva da universidade pública de Cabo Verde.
- 6 - A descentralização progressiva do ensino para as câmaras municipais, a promoção do ensino privado, automatização progressiva da gestão das escolas secundárias, mediante o reforço e planificação do apoio pedagógico e da inspecção do ministério da educação.
- 7- Valorização dos recursos humanos como agentes de modernização no mundo, através de uma política deliberada de promoção dos quadros caboverdianos nas regiões, nas agências internacionais e nos países amigos.

## Considerações finais

De acordo com, Aristides Pereira (1923-2011) “A ideia força de que o homem é praticamente o único ou o principal recurso de Cabo Verde”, esta dissertação propunha-se a perspectiva de desenvolver e reforçar o ensino artístico, com o objectivo de enriquecer e potencializar a qualidade da educação cabo-verdiana, utilizando a rede escolar como vector para alcançar o desafio de forma inclusiva, que poderá ser agendada, e perspectivada a nível «Teórico & Prático» sendo que a teoria consiste na parte «pedagógica dos planos curriculares, e conteúdos programáticos em vários níveis do ensino. A parte prática abrange o programa de actividades, plano de acção, preparação do espaço físico onde poderá desenvolver-se o trabalho e delinear os espaços para exposição e vendas.

### Primeira fase.

- ❖ Criação de uma Comissão de estudo para implementação do Ensino Artístico a nível nacional, da Ilha de São Antão à Brava, para a escola primária e secundária.
- ❖ Melhorar o Plano Curricular de disciplinas artísticas e acrescentar mais conteúdos programáticos, de modo a criar a cultura artística através do ensino, acrescentando umas disciplinas: «IPAC- Introdução ao pensamento Artístico Contemporâneo; música; dança, teatro, gastronomia corte & costura e artesanato»
- ❖ Adequar as escolas com uma programação artística onde se aprende, para além de ler e escrever, aulas que decorrem de segunda à sexta-feira, com a particularidade de distribuir assim os temas a abordar: segunda e terça-feira, conteúdos académicos; quarta-feira - actividades culturais.  
Os Professores organizam o programa para quinta e sexta-feira - actividades académicas - sendo o sábado destinado a actividades com a

presença dos pais e encarregado da educação de modo a criar uma cultura artística e aproximação da comunidade à escola, ou seja «Escolas ao serviço da sociedade».

## Segunda fase.

- ❖ Preparar as escolas, com (Sala-oficina) para aulas práticas.
- ❖ Criação do (CAP) -Centro de apoio à produção popular.

Analizando o potencial artístico, associado à realidade do país, pode-se perspectivar uma vertente artística feminina da sociedade cabo-verdiana, que poderá ser trabalhada em conjunto entre o (CAP) «Centro de Apoio Produção Popular» e a vertente do desenvolvimento familiar que poderá consistir no seguinte:

- ❖ O (PEI) -Plano Estratégico Integrado para desenvolvimento Criativo visando uma política pública que promove a produção artística e diversidade cultural cabo-verdiana investindo em dois **(ii)**, «**Ideias e Inovações**»; nesta perspectiva o artesanato deverá ser identificado como sector prioritário tendo em consideração o seu valor e agregando ao turismo de modo a gerar receitas para as famílias.
- ❖ Criação do PA-CV Plano de Acção de Arquipélago Criativo-Cabo Verde, com objectivo de Recuperar a Produção do Artesanato de Qualidade, nomeadamente «têxtil, sisal, pedras vulcânicas, (cerâmica tradicional-olaria)<sup>70</sup>, cestaria, tapeçaria, , conchas do mar, arte em cabedal» como forma de Empoderamento e Desenvolvimento dos Sectores mais Sensíveis (as mulheres mães e chefes de família), de promovendo o desenvolvimento e a criação do emprego, numa linha diversificadas de acções:
  - . Criar (RNDA) - Rede Nacional de Distribuição do Artesanato.
  - Promover a distribuição e comercialização do artesanato.
  - Apoiar a formação, em parcerias com Universidades, de modo a criar jovens que possam trabalhar como futuros assistentes artísticos.
  - Criar pontos de venda certificados (porto, aeroporto, hotéis e nas Ruas Pedonais).

---

<sup>70</sup> (Cerâmica tradicional – Olaria) são actividades desenvolvidas, no meio rural na sua maioria, pelas mulheres, com baixo nível de escolaridade, mas com uma boa criatividade e de grande destreza manual. Confeccionam objectos, de modo tradicional, que são usados como utensílio doméstico, para a preparação dos alimentos, conservação e de fácil limpeza exemplos: (pote, binde, e fogareiros). Actividades essas pouco desenvolvida pelos Professores no contexto escolar, ou seja, são passadas de geração em geração, de uma forma empírica.



- Realizar feiras associativas a festivais e reestruturação do Mercado em ilhas Turísticas.
- Aplicar selos de qualidade, certificando o Produto Made in Cabo Verde.
- Capacitar novos artesões, visando a recuperação da memória colectiva e a história do País, apostando na melhoria da produtividade, qualidade e competitividade.
- Formação contínua da classe.

### **Terceira fase.**

- ❖ Criação de uma Comissão Instaladora para Estudo da Formação artística a nível superior em Cabo Verde.
- ❖ Criação de Escola Superior para Formação artística.
- ❖ Plano de estudos para implementar o ensino artístico superior a nível do arquipélago (à luz do Século XXI).
- ❖ Preparar um Plano Curricular nas seguintes áreas do saber, «música, dança, escultura, pintura, design de comunicação e design de equipamento, e Moda.

Segundo «URDI-2017<sup>71</sup> ARTESANATO NO CENTRO», exposição que teve lugar nos dias 7,8,9, e 10 de Dezembro de 2017, na Ilha de São Vicente Cidade do Mindelo, «design e artesanato ao serviço do turismo, confeccionar para criatividade como profissional, desenvolvendo cerâmica, tapeçaria, e olaria» sob alçada do (MCIC) Ministério da Cultura e Indústria Criativa, o actual Ministro Abraão Vicente, disse à (TNCV) Televisão Nacional de Cabo Verde 10.12.2017 Telejornal que é preciso criar o “Emprego digno para as famílias”. A (fig.nº14), caracteriza os objectos artesanais produzidos nas ilhas cabo-verdianas.

---

<sup>71</sup>URDI-2017- Feira Internacional de Artesanato e Design de Cabo Verde, projectada para acontecer anualmente na Cidade do Mindelo na Ilha de São Vicente, um local de projecção de pensamento e investigação do artesanato e design.



**Fig. Nº 14-**Vários utensílios domésticos (balaio,bindi e vaso).  
**Fontes:** <https://deskgram.net/explore/tags/CaboVerdeterrasabi>.

Dos vários (PEE) - Planos Estratégicos de Educação, dos vários Governos e ao longo da história do ensino da República de Cabo Verde, apesar dos potenciais artísticos dos cabo-verdianos, ainda persiste uma lacuna a nível do ensino de arte que, precisa de mudança de paradigma, com os seguintes objectivos:

O ensino artístico pretende colmatar o défice repetidamente apontado ao sistema educativo cabo-verdiano, incluindo o desenho, a música, o canto, a dança, o teatro, de acordo com as potencialidades de cada ilha do arquipélago.

Visa-se assim atender à procura dos alunos com vocação para as artes, nomeadamente a música, e a dança, áreas privilegiadas de expressão da cultura cabo-verdiana. Estas disciplinas vão contemplar também a iniciação ao desenho artístico como forma de despertar habilidades e sensibilidades imprescindíveis no domínio da educação visual e sobretudo despertar nos alunos a apetência pelas artes, associando também elementos de desenho geométrico como expressão gráfica, indispensável e necessária como base para o ensino artístico.

Educação artística e inclusão social: pretende-se, desenvolver um conjunto de ideias e reflexões questionadas ao longo de vários anos, mas que ainda predominam como males desta sociedade, pretende-se em conjunto introduzir na sociedade um conceito de valores que permitam uma inserção dos jovens e adolescentes nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade onde estão inseridas.

O ensino artístico, poderá apoiar-se, por excelência, em actividades de socialização, que proporcionam o contacto interligado com o resto do mundo, profissionais das artes de várias origens socioculturais de diferentes costumes, culturas, hábitos, fazendo da diversidade um meio privilegiado para as experiências educativas.

Numa perspectiva futura segundo **LIVRAMENTO**, José Luís (1996), “Na urgência da despolitização no uso dos recursos humanos, que se deve promover a competência no sentido de uma formação estável integrando os cérebros dos caboverdianos na diáspora ao serviço do desenvolvimento do País”

Prospectiva do ensino artístico em Cabo Verde, para o Século XXI - pensamos que é um desafio para o Ministério da Educação Cabo-verdiana, pelo que propomos a Mudança de Paradigma (as actividades artesanais desenvolvidas em diversas localidades do país, sobretudo no meio rural, passam a ser ensinadas, pelos professores no meio escolar).

Partimos para uma investigação sobre o ensino artístico de um País arquipelágico, onde a boa maioria das pessoas gosta das artes, mas pouco se dedicam a uma formação sobretudo a nível superior.

A nossa experiência e actividades profissionais em vários países de língua oficial portuguesa, acima referidos, e sempre ligados ao ensino, permite-nos propor um conjunto de ideias-Inovações e soluções técnicas, para melhorar o sistema do ensino cabo-verdiano, investindo na educação.

A investigação de vários autores de área artística, o contacto com colegas do Curso de Mestrado em Educação Artística da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e sobretudo com os professores (2002-2007) permitiu-nos conhecimentos que muito nos ajudaram na elaboração desta dissertação.

É com a intenção participativa e de colaborar para a melhoria do ensino artístico em Cabo Verde, e com o objectivo de desenvolver a vertente artística, nomeadamente no plano curricular e conteúdos programáticos, como o exige um especialista do ensino de arte.

Este trabalho deverá ser analisado, baseado numa experiência, motivada pela necessidade da melhorar o sistema de ensino de arte e vontade de introduzir uma cultura artista e museológica, na sociedade cabo-verdiana. Trata-se de uma reflexão proposta sobre a situação, o modo como se ensina arte e como ela poderá contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Os cabo-verdianos têm uma certa motivação e entusiasmo pela arte sobretudo a «dança e a música», e revelam, um certo interesse pelas actividades artísticas.

Verifica-se desta experiência ou análise, que em termos do enquadramento jurídico existem ferramentas bastante animadoras, como está explícito, e que ocupa uma boa parte desta dissertação, mas precisa-se de uma orientação, metodologia, e sobretudo uma inteligência financeira, melhor gestão de recursos disponíveis.

De acordo com **CORSINO** Tolentino (2007,p.424) “Por outro lado, a circunstância de Cabo Verde ser um dos países onde a relação entre a educação e a melhoria das condições de vida individual e colectiva é claramente confirmada por vários estudos recentes é um convite irrecusável à elaboração de um plano para clarificar propósitos e assegurar continuidade, adequação e eficiência dos recursos a aplicar e resultado a

esperar. A falta de um verdadeiro plano de desenvolvimento ousado, consistente e exequível faz mal à Educação e a nós todos”.

Parece-nos de extrema importância para sociedade cabo-verdiana, conjugar, uma boa articulação, entre trabalhos académicos, para desenvolvimento das condições de vida dos cabo-verdianos reforçando os estudos citados por Tolentino.

No percurso dos trabalhos teóricos realizados ao longo do Mestrado em Educação Artística, primeiro e segundo semestres do ano curricular, com um conjunto de disciplinas, é preciso saber aproveitar os conceitos teóricos numa perspectiva prática, melhor dizendo pôr as escolas ao serviço da sociedade, articulando as experiências das duas realidades, sabendo que as escolas estão uma década à frente da sociedade, e contribuir para elevar a sensibilidade pública para uma educação artística inclusiva.

Como prospectiva<sup>72</sup> para o ensino artístico em Cabo Verde, face aos desafios do Século XXI<sup>73</sup> propõe-se o seguinte:

O ensino artístico, estruturado em forma de síntese a vários níveis: Político - dotar o País de infraestruturas, e com ferramentas para que os cabo-verdianos possam desenvolver as suas potencialidades artísticas; Social - contribuir para o melhoramento de nível de vida dos mais desfavorecidos e combater a pobreza, insucesso escolar e exclusão social; Pedagógico - introdução a nível de escolas de formação, melhoramento do plano curricular do 1, 2, 3º Ciclos, numa perspectiva futura, com uma incidência, para maior interesse dos alunos na aprendizagem do ensino da arte, e o contacto com as obras de arte, «actividades museológicas»; Cultural - cultura artística, industrialização das actividades culturais aproveitando o potencial musical das ilhas.

- A preparação e discussão de um plano a longo prazo com uma nova metodologia para oficialização da língua cabo-verdiana, aprendizagem das outras línguas, e valorização da língua portuguesa, na perspectiva da valorização da cultura.
- Elaboração de um plano a nível nacional para desenvolvimento do ensino, ou aprendizagem da arte, equacionando uma abordagem pedagógica e transdisciplinar centrada no aluno que integrando o curriculum escolar, numa abordagem envolvendo a comunidade, famílias, entidades locais, com vista à prática eficiente no ensino da arte.
- Criação de Escolas, e salas de aulas específicas para ensino, e aprendizagem da arte desenvolvendo um dos pilares da educação

---

<sup>72</sup> Prospectiva, s. f. (neol.) designação dada ao conjunto de investigações que dizem respeito à evolução da humanidade. DICIONÁRIO UNIVERSAL da LÍNGUA PORTUGUESA, Texto Editora p, 1173.

<sup>73</sup> “Tarde melhor do nunca, a universidade pública de Cabo Verde, cujo processo de criação tem sido atabalhoado e pouco transparente, anda na boca do mundo cabo-verdiano, nas ilhas e diásporas. É através do mérito e do merecido respeito que terá de impor-se como referencial de qualidade e de ética. É um projecto nacional que tem missão de sublimar o atraso e colocar Cabo Verde à altura do nosso sonho colectivo adaptado às exigências do Século XXI” **CORSINO**, Tolentino (2007) CABO VERDE Três Décadas Depois, p 424, 425.

«saber fazer», criando a destreza manual, ferramentas indispensáveis a ser utilizadas ao longo da vida.

Como refere Nóvoa (2003, p.xxi) “O trabalho intelectual não é deduzir a sua acusação ou argumentar a sua defesa. É, sim, desenvolver um esforço para modificar as maneiras de pensar, para introduzir novas perspectivas interpretações, para formular ideias que ainda não foram pensadas”.

O contributo desta dissertação ...”ideias que ainda não foram pensadas” incidirá no capítulo 2, numa Visão Estratégica para Educação Artística Inclusiva, que visa na «MUDANÇA DE PARADIGMA» que se propõe um projecto de acção artísticas para três décadas, (2020-2050), que se baseia no seguinte:

- Arte com efeito terapêutico, de Inclusão social e Projecto (MAE) Museus Atelier e Ensino.

Considerações finais da (página,nº80), salienta-se «IDEIAS E INOVAÇÕES» efeitos práticos e com um Plano Pedagógico Curricular delineado nos conteúdos programáticos que poderão ser desenvolvidos em várias fases, articuladas num plano de acção, promovendo várias actividades, artísticas e culturais, associado ao turismo, com objectivo de criar emprego, e melhorar as condições de vida das famílias, aumentar as receitas para o (PIB) Produto Interno Bruto.

Em forma do resumo sintetiza-se, o contributo de forma longínqua, considerando que as crianças de 2018 serão adultos em 2036, com os desafios das novas tecnologias, com o efeito da globalização e acelerado desenvolvimento tecnológico, pelo que é *preciso* estar disponível e preparado para solucionar os problemas de forma antecipada.

Será necessário uma responsabilidade partilhada, educando estas crianças dotando-as de valores e conhecimentos de modo a torna-los competentes capazes de ser construtores de uma sociedade mais digna e do bem-estar de todos, «ser cidadão activo na sua própria educação», no modo de trabalhar e de lidar com os outros, em forma de síntese poderá sistematizar-se nos seguintes pontos: Criar novas ideologias e Valores; Reconciliar problemáticas e dilemas; Responsabilidades partilhadas.

- **Criar novas ideologias e Valores:** «Ser criativo à medida de desenvolver serviços, empregos e novo método de trabalhar em equipa para o desenvolvimento inclusivo. Interligação entre as escolas e a sociedade na preservação da identidade e cultural.
- **Reconciliar problemáticas e dilemas;** Sabendo que o País é um arquipélago é preciso pensar de forma integrada e «saber ouvir o outro».

Promovendo diálogo, competência, capacidade de reconciliar, respeitar e aceitar a diferença, numa visão global.

- **Responsabilidades partilhadas**-Será necessário saber aproveitar a diversidade que cada individuo assume em trabalhar com outro. A criatividade, vontade participativa, empenho na resolução dos problemas sociais e colectivos; incutir a maturidade intelectual, capacidade de reflexão baseada na experiência adquirida no dia a dia. Os programas planos de actividades realizadas devem ser



elementos de análise e balanço de forma a ser corrigida e melhorada a qualidade do serviço prestado ou a ser prestado. Incentivar as relações interactivas e interdisciplinaridade, das várias comunidades de modo a que cada aluno progrida, com objectivo de ser bem-educado, com uma boa literacia, tendo as escolas e os pais funções e obrigações partilhadas.

Em resumo, finalizamos, sublinhando que as dificuldades encontradas foram elementos de aprendizagem, pelo que propomos um conjunto de actividades a serem desenvolvidas, depois da conclusão da Dissertação: o Projecto de Educação Artística de Cabo Verde-21, que se concretizaria no Encontro da Morabeza 365 dias (com uma agenda cultural de Janeiro a Dezembro), da Ilha de Santo Antão à Ilha Brava.

Essa actividade deverá ser desenvolvida no espaço Complexo de São Jorginho na Cidade da Praia, ex. Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, numa parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura e Indústria Criativa, Câmaras Municipais e Indústrias Hoteleiras.

A apresentação pública poderá ser feita numa das próximas feiras da semana académica, evento realizado no País para sua socialização e implementação.

## **Bibliografia**

**AAVV-** *Art School (propositions for the 21 st Century)*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press 2009.

**AAVV-** *Preparing Teachers of Art Reston* – Virginia, National Art Education Association 1997.

**AFONSO**, Maria Manuela – *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde. Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Lisboa* 2002.

**ANDRADE**, Pedro, «*Literacia científica tecnológica e opinião pública no quadro do movimento Museabilidade*», in C Moraes, N.M. Peirço, T. Scalco (Eds.), *Comunicação Pública da Ciência*, Cabral Ed. Universitária, Taubapé Brasil 2001.

**ARNHEIM**, Rudolf. *Arte e percepção visual uma psicologia da visão criadora* Editora: Câmara Brasileira do Livros São Paulo 2005.

**ARNAVAT**, Antónia Rigo. DUEÑAS Gabriel Genescá. *Como elaborar e apresentar teses e trabalhos de pesquisa. Artemed Editora s a. São Paulo* 2002.

**ASSEMBLEIA** Nacional, (1992) *Constituição da República de Cabo Verde 2ª Edição. Praia.*

**AZEVEDO**, Carlos A. Moreira. AZEVEDO. Ana Gonçalves *Metodologia científica contributos práticos para a elaboração de trabalho académicos.* Edição: Universidade Católica Editora Unipessoal Lisboa 2006.



**BELL**, Judith (1993) *Como realizar um projecto de investigação/uma guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 3º Editor: Grávida Lisboa 1993.

**BENEDICT**, Ruth: *Padrões de cultura* Edição «Livros do Brasil» Lisboa 2005.

**BIDARRA**, Maria da Graça. (*Revista Portuguesa de Pedagogia, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação*) 1996.

**BIZARRA**, Rosa. *Como abordar... a escola e a diversidade cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e educação*. Areal Editores Porto 2006.

**BOURDEAU**, Pierre. **PASSERON**, Jean – Claude. *A reprodução elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Editora vozes. Petrópolis 2008.

**CALINESCU**, Matei - *As 5 Faces da Modernidade, Modernismo; Vanguarda, Decadência, Kitsch, Pós-Modernismo*, 1º Ed., Lisboa Vega, Col. Arte e Ensino, 1999, ISBN: 972-699-675-9.

**CARDOSO**, Manuela *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*. Edições: Afrontamento. Porto 2007.

**CARREIRA**, António. *Cabo Verde aspectos sociais e fomes do século xx* 2º Edição **ULMEIRO**. Lisboa 1984.

**CERRONE**, Padre Frederico – *História da Igreja de Cabo Verde-450 Anos de Igreja em Cabo Verde*. Gráfica do Mindelo, Lda. Praia, 1983.

**COSTA**, Arlindo Monteiro Lopes da – *O Crioulo Como Língua De Escolarização em Cabo Verde*. Faculdade de Letras Universidade Lisboa 2005.

**ECO**, Humberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 9º Edição. Editorial Presença. Lisboa 2002.

**ELKINS**, James – *Why Art Cannot Be Taught: a handbook for art students*. University of Illinois, 2001.

**ESTRELA**, Edite. **SOARES**, Maria Almira. **LEITÃO**, Maria João. *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. (Publicações Dom Quixote) 2º Edição Lisboa 2006.

**FERRÃO**, Hugo e Calado, Margarida – *Da Academia á Faculdade de Belas Artes*, In *A Universidade de Lisboa, Séculos XIX-XX*, **NÓVOA**, António (prefácio), **MATOS**, Sérgio Campos e **RAMOS DO Ó**, Jorge, Cood - **A Universidade de Lisboa, Século XIX-XX**. Lisboa: Universidade, Vol.II, 2013.p.1126-1151.

**FERRÃO**, Hugo – *Narrativas Rizomáticas, Velhos e Novos Paradigmas Investigativos na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa*, In **QUARESMA**, José **DIAS**, Fernando Rosa, **GUADIX**, Juan Carlos Ramos (Coord.) - *Investigação em Arte e Design. Fendas no Métodos e na Criação*. Lisboa: **CIEBA** - Centro de Investigação e Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. **ISBN** 978-989-8300-15 -7 (2001), VOL.II p.47-52.

**FERRÃO**, Hugo – *Investigação em Arte. Perspectivas para o Séc. XXI*, In **QUARESMA**, José **DIAS**, Fernando Rosa. **GUADIX**, Juan Carlos Ramos (Coord.) – *Investigação em Arte- Uma Floresta muitos Caminhos*. Lisboa: **CIEBA** – Centro de Investigação e Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa: **ISBN** 978-989-8300-10-2 (2010), Vol-Ip.133-146.

**FERRÃO**, Hugo – *A Cibercultura e os Desafios nas Novas aprendizagens. Acta da 1ª Conferência Internacional em Design e Artes Gráficas- Desafios Tecnológicos para o Design e Produto Gráfica*. ISEC- Instituto Superior de Educação e Ciências e IPT-Instituto Politécnico de Tomar. Lisboa **ISBN** 978-972-99948-3-8 (2010),p.40-41.

**FERREIRA**, António Quadros – *Pensar a Arte Pensar a Escola*. Porto Edições Afrontamento, 2006.

**FONSECA**, Jorge Carlos Cabo Verde três décadas depois direito e cidadania Ano VIII Número Especial Praia 2007.

**FREIXO**, Manuel João Vaz - *A Televisão e as Instituições Escolar. Os efeitos Cognitivos Das Mensagens e a Sua Importância Na Aprendizagem*. Instituto Piaget Lisboa.2007.

**FRÓIS**, João Pedro (Coordenador) *Educação estética e artísticas abordagens transdisciplinares*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa 2002.

**FURTADO**, Cláudio Alves *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Edição Universidade São Paulo Brasil 1995.

**GALVÃO**, Pedro *O que é a arte? a perspectiva analítica*. Editora: Dinalivros Lisboa 2007

**GONÇALVES** Rui Mário. / **FRÓIS**, João Pedro. / **MARQUES**, Elisa / (2002) *Primeiro olhar*. Edição Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa 2003.

**HALL**, Edward T *A linguagem silenciosa* D'água Editores. Lisboa 1994.

**HALL**, Edward T. *A dimensão oculta* Relógio D'água Editores Lisboa.

**JANSON**, H. W. *História da arte*. 6º Edição Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa 1998.

**KANDINSKY**, Wassily. *Curso da Bauhaus* Edições 70, Lda. Lisboa 2009.

**KANDINSKY**, Wassily. *Ponto linha plano*. Edições 70, Lda. Lisboa 1996.

**KONINCK**, Thomas de *A nova ignorância e o problema da cultura*. Edições 70, Lda. Lisboa.2003.

**LIMA**, Jorge Ávila de. **PACHECO**. José Augusto *fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertação e teses*. Editora: Porto Editora 2006.

**LISBOA**, Maria Helena – *As Academias e Escolas de Belas-Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)* Lisboa, Edições Colibri, 2007.

**LOPES FILHO**, João *Imigrante em terra de emigrantes* Edição Instituto da biblioteca Nacional e do Livro (IBNL) Praia, 2007.

**LYOTARD**, Jean- François *a condição pós -moderna trajectos*. 3º Edição, Gradiva. Lisboa 2003.

**MALORNY**, Ulrike Becks. *Kandinsky wassily1866- 1944 em busca da abstracção*. Taschen 25 th anniversary! Lisboa 2007.

**MARC**. E./ **LOUCQUENEUX-J** Garcia. *Guia de métodos e práticas em formação*. Edição: Instituto Piaget Lisboa 1995.

**MINISTÉRIO** da Educação, Ciências e Cultura / República de Cabo Verde. (1996) *Plano de estudos para o ensino secundário. 1º Ciclo - tronco comum.2º ciclo – vias geral e técnica. 3º Ciclo – vias geral e técnicas.*)

**MONTEIRO**, Mª A. Carvalho e Mª Odete Carvalho, “*Um projecto de currículo para o Ensino Secundário*”, Tema 2, Workshop.

**NICO**, Magda. Gomes, Natália. Rosado, Rita Duarte, Sara. *Licença para criar imigrantes nas artes em Portugal. Edição alto comissariado para imigração e minorias étnicas* (ACIME) Lisboa 2007.

**NÓVOA**, António. *Dicionários de educadores portugueses*. ASA Editores, S.A. Porto.2003.

**Ó**, Jorge Ramos do – *O governo de si mesmo modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2003.

**ORGANIZAÇÃO** Curricular do Ensino Secundário e Programas do Tronco Comum. PRESE, Junho de 1994.

**PARASKEVA**, João M. *Multiculturalismo, Currículo e Formação Docente Ideias De Wisconsin – volume - I,II* Plano Editora. A. 1º edição Lisboa 2007.

**PARASKEVA**, João [Organizador] *Currículo e Multiculturalismo*, edições Pedago, LDA. Lisboa 2006.

**PARSONS**, Michael. *Compreender a Arte. Uma Abordagem á Experiência Estética do Ponto de Vista do Desenvolvimento Cognitivo*. Editorial Presença. Lisboa, 1992.

**PEIXEIRA**, Luís Manuel de Sousa. *da mestiçagem á cabo-verdianidade registo de uma sociocultural*. Faculdade De Letras de Lisboa 2002.

**PEREIRA**, Aristides *uma luta, um partido, dois países Guiné – Bissau - Cabo Verde*. Editorial Noticias Lisboa 2002.

**PEREIRA**, Alexandre. **POUPA**, Carlos (2006). *Como escrever uma tese monografia ou livro científico usando o words. edições sílabo Ida*.3º Edição. Lisboa 2006.

**PROGRAMA** do ensino preparatório, Ministério de Educação e Cultura/ Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário.

**RECOMENDAÇÕES** do Workshop “ *Complementaridade entre o Ensino Técnico e Formação Profissional, Mindelo*”, 2 a 4 de Julho de 1996.

**REGIME** geral da Função Pública Colectânea de Legislação Vol. II (2006) Imprensa nacional de Cabo Verde.

**REIS**, Raquel. *Educação pela arte*. Edições Universidade Aberta. Lisboa 2003.

**REIS**, Maria Dulce Esteves - *Os Descobridores de Nascentes: A Diversidade no ensino – aprendizagem de Português Língua Não Materna*. Faculdade de Letras Universidade Clássica de Lisboa 2007.

**REIS**, Victor Manuel Vaia. *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na república de cabo verde após independência*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa,2000.

**READ**, Herbert. *Educação pela arte*. Edições 70, Lda. Lisboa 2007.

**RELATÓRIO** de missão de Consultores do Instituto Belga de Formação, 1996.

**RELATÓRIO** final do projecto CVI/86/004.

**RODRIGUES**, Jacinto António. *A Bauhaus e o Ensino Artístico. 1ª Edição* Editorial Presença Lisboa1989.

**SANCHES**, Maria Fátima Fernandes Lopes – *Atitude de cabo -verdianos perante língua materna* (ISE) Instituto Superior de Educação De Cabo Verde. Praia 2005.

**SARDINHA**, Idalina - *Arte e pedagogia, No Contemporâneo e Actual* Oeiras, Celta Editores 2016.

**SCHAWANITZ**, Dietrich. *Cultura tudo que é preciso saber*. 6º Edições Publicações Dom Quixote. Lisboa 2006.

**SEMEDO**, Zeuga Cardoso Mendes. – *Caminhos para a Inserção Socioprofissional dos Luso – Cabo-verdianos em Portugal o Caso do Bairro Cova da Moura*. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa 2008.

**SILVESTRE**, Alda. *Cabo Verde na rota da internacionalização* 1º Edição Grupos de Cooperação de Línguas Portuguesa Do Instituto Internacional De Caixas Económicas. Lisboa 1994.

**SOUSA**, Alberto B. *Educação pela arte e artes na educação*. 1º volume – *Bases psicopedagógicas*. Edição: Instituto Piaget. Lisboa 2003.

**SOUSA**, Alberto B. *Educação pela arte e artes na educação*. 2º volume *drama e dança* Edição: Instituto Piaget. Lisboa. 2003.

**SOUSA**, Alberto B. *Educação pela arte e artes na educação*. 3º volume – *música e artes plásticas*. Edição: Instituto Piaget. Lisboa 2003.

**SOUSA**, Gonçalo de Vasconcelos. *Metodologia da investigação e redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Livraria Civilização Editora, Porto 2005.

**SOUSA**, Rocha de e **BATISTA**, Hélder- *Para uma Didáctica Introdutória às Artes Plásticas*, 1ª Ed., Fundação Calouste Gulbenkian/Subsidiada, s.d.

**SOUSA**, Rocha de – *Deriva do Ensino Superior Artístico em Portugal, ou as Reformas de Papel Depoimento*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996.

**SOUSA**, Rocha de – (Coord.) - *Didáctica da Educação Visual*. Lisboa, Universidade Aberta, Col. Textos de Base, nº 83, 1995.

**SOUSA**, Rocha de – *Belas-Artes e Segredos Conventuais*. Porto Tartaruga, 2008.

**TAVARES**, Arcângela Varela. *As Autarquias Locais e o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde*. Universidade Independente. 2006.

**TAVARES**, Manuel Viegas. *O insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal. Uma abordagem antropológica da educação*”. Edição: Instituto Piaget Lisboa 1998.

**TOLENTINO**, André Corsino, - *Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados Em Desenvolvimento: o Caso De Cabo Verde*. Faculdade De Psicologia e De Ciências da Educação Da Universidade De Lisboa 2007.

**TORRÃO**, Maria Manuel -Portugal; **COHEN**, Zenaida - Cabo Verde *História geral de Cabo Verde* Volume I. 2ª Edição (Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal - Lisboa/ Instituto Nacional de investigação Cultural Cabo Verde- Praia), Lisboa 2001.

**TORRÃO**, Maria Manuel -Portugal; **COHEN**, Zenaida-Cabo Verde *história geral de Cabo Verde* Volume II. 2ª Edição (Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal - Lisboa/ Instituto Nacional de investigação Cultural Cabo Verde- Praia), Lisboa 2001.

**TOTA**, Anna Lisa *A sociologia da arte do museu tradicional á arte multimédia*. Editorial Estampa Lisboa, 2000.

**VIEIRA**, Sofia *A melancolia da casa idealizada Formas e Materiais Arquitectónicos das Habitações Tradicionais da Ribeira Grande*. Cabo Verde Porto 2013.

**WARNIER**, Jean – Pierre *A mundialização da cultura*. Editorial Notícias. Lisboa 2002.

## Fontes da Internet:

[http://en.wikipedia.org/wiki/Wassily\\_Kandinsky](http://en.wikipedia.org/wiki/Wassily_Kandinsky) (06 de Julho de 2009).

<http://www.souturista.com> br/viagem/ mapa de cabo verde.htm [13 Julho 2009].

<http://www.kandinsky.hpg.ig.com.br> [22 Julho 2009].

[www.Kandinsky.hpg.hpg.com.br](http://www.Kandinsky.hpg.hpg.com.br) (22 de Junho 2009).

<http://www.geocities.com> /visão\_ crioula pag6.html [23 julho2009].

[www.incv.gov.cv](http://www.incv.gov.cv) -Site -Imprensa Nacional de Cabo Verde -<http://kiosk.incv.cv> -dia 21/05/2012 - (11:20:38).

## ANEXOS

### Decretos-leis

O Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de Maio, publicado I Série-nº17 do Suplemento Boletim Oficial<sup>74</sup> da República de Cabo Verde, aprovado pelo Conselho de Ministros, revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 113/V/ 99, de 18 de Outubro.

A actual Lei que aprovou as Bases do Sistema Educativo data de 1990 (Lei nº 103 / III/90 de 29 de Dezembro), tem sido revista pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro que, no essencial, introduziu os normativos atinentes à regulamentação do ensino superior em Cabo Verde.

Apesar de ter representado até aqui um quadro regulador importante do sistema de ensino em Cabo Verde, contribuindo para a democratização do seu acesso e alargada frequência, é ponto assente que, hoje, o crescimento extraordinário e actual das demandas exige que se adeque a regulação do sector com vista ao reforço da capacidade e a qualidade de resposta do sistema educativo, face aos desafios de desenvolvimento do País e das perspectivas do futuro, num quadro estrutural mais amplo, da estratégia de transformação de Cabo Verde, em que a qualificação do capital humano constitui um recurso fundamental.

Efectivamente, o Governo pretende introduzir um novo quadro de reforma no sistema educativo, tendo em vista dar respostas adequadas aos desafios globais da sociedade cabo-verdiana, traduzidas em ganhos substanciais para o funcionamento e a modernização do Sistema Educativo a nível nacional, com necessária adaptação estrutural qualificativa em todos os subsistemas e níveis de ensino e de formação profissional.

---

<sup>74</sup> [www.incv.gov.cv](http://www.incv.gov.cv) -Site -Imprensa Nacional de Cabo Verde. <http://kiosk.incv.cv> -dia 21/05/2012 - (11:20:38).



Entre as principais inovações, destaca-se, como se prevê no presente diploma, a necessidade da revisão curricular, o incremento da introdução de tecnologias de informação e comunicação, a qualificação do corpo docente, uma maior intervenção dos agentes locais, no âmbito do alargamento da descentralização de poderes, uma maior conexão do sistema educativo face à expansão da universalidade do ensino e da educação, buscando sempre o reforço da solidariedade social e a qualidade do ensino superior, enquanto factores de desenvolvimento e de inserção competitiva do país no mercado mundial.

Desde logo, atento aos objectivos plasmados no Programa de Governo para a presente VII Legislatura, nesta revisão da lei de Bases do Sistema Educativo salienta -se a necessidade de regulação mais apropriada do subsistema de ensino pré - escolar, privilegiando o desenvolvimento de uma política integrada com vista a ampliar as condições para a generalização da educação pré - escolar, ao mesmo tempo que se clarifica o papel do Governo, sobretudo no que tange, de um lado, às medidas de coordenação, de orientação pedagógica e de formação do pessoal concernentes e, de outro lado, quanto à determinação dos objectivos gerais e diversos dispositivos para a educação das crianças antes da escolaridade obrigatória.

O alargamento da escolaridade obrigatória para oito anos é das principais medidas de fundo que se pretende implementar com este diploma. O novo modelo, que se preconiza sob o signo da universalidade de acesso, assenta na observância dos parâmetros da qualidade, da equidade e da sustentabilidade financeira deste subsistema de ensino, e necessariamente, implicará não só um redesenho da estrutura de ciclos de ensino e da respectiva matriz curricular, como também a adequação do regime de docência, a revelar em sede legislativa própria.

Preconiza ainda o presente diploma a possibilidade de ser alargada, gradativamente, a escolaridade obrigatória até o 12º Ano, consoante forem sendo criadas as bases de sustentabilidade, mediante condições a determinar por Resolução do Conselho de Ministros.

Com efeito, prevê-se que o novo modelo de ensino básico compreenda três ciclos sequenciais, sendo o primeiro de quatro anos e o segundo e o terceiro de dois anos cada, em articulação sequencial progressiva, conferindo – se a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

Por outro lado, decorrente dos reflexos imediatos da opção e medida do alargamento do ensino básico, recorta-se neste diploma uma nova formatação curricular do subsistema de ensino secundário.

Assim, o ensino secundário, que passará a ser de quatro anos, compreenderá dois ciclos de dois anos cada, prevendo que o 1º ciclo abarque o 9º e o 10º Anos de escolaridade - com uma via geral, que constitui um ciclo de consolidação do ensino básico e de orientação vocacional - e o 2º ciclo, abrangendo o 11º e 12º Anos de escolaridade, com uma via geral e uma via técnica profissionalizante.

Deste modo, aos alunos que tenham completado o 12º Ano de escolaridade deverá ainda ser assegurada a possibilidade de frequência de mais um ano complementar de formação, de especialização em determinada área de actividade profissional.



Com o efeito, decorrente dos reflexos imediatos das opções curriculares recorta-se neste diploma uma nova formatação curricular do subsistema de ensino secundário.

De resto, com este novo modelo do ensino secundário, implicando adaptação de novas matrizes curriculares específicas, criam – se igualmente condições adequadas ao estabelecimento de um quadro favorecedor da implementação articulada da formação complementar profissionalizante, na linha do reforço da integração entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional, proporcionando uma rápida transição dos jovens da escola para o mundo do trabalho.

No que tange ao ensino superior, também pretende-se introduzir importantes inovações, promovendo novos padrões de qualidade, designadamente quanto aos objectivos e à redefinição do regime dos estabelecimentos de ensino, bem como em relação ao regime de acesso e ao alargamento de graus de académicos e diplomas correspondentes, incluindo a fase de pós doutoramento.

Nesta revisão, opta-se ainda pela eliminação do grau académico bacharelato, assim como o grau de ensino médio do sistema educativo formal, atento à dimensão actual da oferta formativa do mercado, em que instituições privadas se pontificam.

Por outro lado, atribui-se aos estabelecimentos do ensino superior a faculdade de organizarem cursos de formação pós-secundária, que não conferem grau académico, mas de natureza profissionalizante, cursos aos quais se poderá conferir diplomas de Estudos Superiores Profissionais, creditáveis, em determinadas condições, para o prosseguimento de cursos superiores com grau de licenciatura.

Ainda, a nível do ensino superior, redefine-se o sistema do seu financiamento e de respectivo controlo, designadamente prevendo que possam ser subsidiados pelo Estado, incluindo instituições privadas do ensino superior, guiado pelos princípios: a) da comparticipação financeira do Estado; b) da co-gestão; c) da universalidade; d) da socialização dos custos; e) da não exclusão; f) da equidade; g) da autonomia; e h) da sustentabilidade.

Por isso mesmo, se prevê a implementação de um sistema de controlo de qualidade do ensino superior no País, através de adopção de medidas de políticas adequadas bem como da instituição de um serviço competente na orgânica do departamento governamental da área do ensino superior para a regulação, acreditação e avaliação das instituições do ensino superior em Cabo Verde.

Pretende-se com esta autorização legislativa a harmonização do novo regime do ensino superior em Cabo Verde com o chamado “modelo de Bolonha”, bem como o enquadramento do sistema do ensino superior resultante da criação da Universidade de Cabo Verde, por forma a aproximar o sistema educativo cabo-verdiano aos patamares almejados e em experimentação a nível internacional, designadamente, na Europa, por forma a, designadamente, assegurar as vantagens da mobilidade e do sistema de créditos para efeito das equivalências de formação e qualificação a nível internacional, de modo mais abrangente possível.

Outrossim, com realce para a integração escolar efectiva das crianças e jovens com (NEE) - Necessidades Educativas Especiais a presente revisão da (LBSE) - Lei de Bases do Sistema Educativo propugna também o

fortalecimento da educação especial, implicando uma nova abordagem metodológica de ensino e aprendizagem específicas, quer em relação aos educandos portadores de deficiências quer quanto aos educandos sobredotados.

Incidindo também sobre o regime da educação extra-escolar, o presente diploma preconiza o incremento da generalização de segundas oportunidades educativas (o ensino recorrente à distância, educação/formação de adultos), quer enquanto modalidade especial de ensino que permite ampliar a oferta de oportunidades de cursos socioprofissionais, quer como fenómeno de capacitação de jovens e adultos para exercício de uma profissão e a luta contra a pobreza e exclusão social, massificando a utilização das novas tecnologias de informação e comunidades disponíveis.

Clarificam-se, assim, neste subsistema, as modalidades de implementação da formação presencial e à distância, com dois níveis e três fases de ensino adaptados, bem como a sua organização autónoma em relação ao subsistema formal e obrigatório equivalente, do ensino básico, visando, em geral, dinâmicas de cidadania activa e de formação para o emprego.

Ainda no âmbito do subsistema da educação extra-escolar, prevê-se a instituição de mecanismos de articulação interdepartamental, visando a coordenação das acções e do planeamento das actividades de educação básica de adultos e de formação profissional.

Conforme acima ficou assinalado, nesta revisão pretende-se dar especial atenção à qualificação do pessoal docente, que constitui um recurso fundamental para o sucesso dos objectivos traçados nos diversos subsistemas do sistema de ensino em Cabo Verde.

Consequentemente, neste particular, propugna-se que em todos os subsistemas do ensino, incluindo pré-escolar, os docentes tenham formação qualificada, obtida em estabelecimento de ensino superior que confira ou não graus académicos superiores, sendo proporcionada a formação em exercício, nos termos em que tem vindo a acontecer, até aqui, com determinadas classes do pessoal docente.

Assim, prevê-se a flexibilização do regime do pessoal docente dos diversos subsistemas do ensino que exerçam actividades nos estabelecimentos de ensino público, particularizando as especificidades do ensino superior.

Evidentemente, disto tudo já resulta a necessidade de adequação do regime estatutário do pessoal docente e necessidade de sua nova regulamentação, quanto mais não seja, no quadro da nova filosofia do regime geral da Função Pública.

Outrossim, em ordem a favorecer a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados em relação à política de ensino, o presente diploma institui o Conselho Nacional de Ensino, com funções consultivas, sem prejuízos de competências próprias de órgão de soberania.

Também, neste diploma, dá-se especial ênfase à política de afirmação da língua nacional cabo-verdiana, enquanto língua materna e património cultural da cabo-verdianidade, visando o aprofundamento do conhecimento e da afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral.

Diversos aspectos de regulamentação são diferidos à regulação por diploma especial do Governo, designadamente através de diplomas regulamentares.

Assim, tendo sido ouvidos os Sindicatos dos professores e as instituições do ensino superior, ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei nº54/VII/2010, de 8 de Março.

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do número 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **CAPITULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Objecto**

O presente diploma define as Bases do Sistema Educativo, enunciando os princípios fundamentais da organização e funcionamento do sistema educativo, nele se incluindo o ensino público e o particular e cooperativo.

#### **Artigo 2º**

##### **Âmbito do sistema educativo**

O sistema educativo abrange o conjunto das instituições de educação que funcionem sob a dependência do Estado ou sob sua supervisão, assim como as iniciativas educacionais levadas a efeito por outras entidades.

#### **Artigo 3º**

##### **Competência**

1. Coordenação e supervisão da política educativa e do funcionamento do respectivo sistema são da competência dos departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da Educação e do Ensino Superior.

2. Cabe aos departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da Educação e do Ensino Superior, conforme o caso, assegurar que todas as instituições educativas observam as disposições relativas aos princípios, estrutura, objectivos e programas em vigor no ensino público, particular e cooperativo e aos demais programas de índole especializada, competindo-lhe ainda definir as condições de validação dos respectivos diplomas para o efeito de obtenção de equivalência.

## Artigo 4º

### **Direito e deveres no âmbito da educação**

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
2. A família, as comunidades e as autarquias locais têm o direito e o dever de participar nas diversas acções de promoção e realização da educação.
3. O Estado, através dos seus órgãos competentes, dinamiza por diversas formas a participação dos cidadãos e suas organizações na concretização dos objectivos da educação.
4. O Estado promove progressivamente a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos, aos diversos graus de ensino e a igualdade de oportunidade no sucesso escolar.
5. O Estado cria dispositivos de acesso e de frequência dos diversos graus de ensino em função dos meios disponíveis.
6. Em ordem a assegurar as condições necessárias à fruição dos direitos e ao desempenho dos deveres dos cidadãos em matéria educativa, o Estado deve velar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema público de educação, com prioridade para a escolaridade obrigatória.
7. O ensino particular e cooperativo observa o disposto na presente lei quantos aos princípios, estrutura e objectivos da educação, sem prejuízo da prossecução de finalidades específicas e de modalidades de organização que lhe sejam legalmente autorizadas.
8. Um subsistema de educação extra-escolar promove a elevação do nível escolar e cultural de jovens e adultos numa perspectiva de educação permanente e formação profissional.

## **CAPITULO II**

### **Objectivos e princípios gerais do sistema educativo**

## Artigo 5º

### **Objectivos e princípios gerais**

1. Educação visa a formação integral do indivíduo.
2. A formação obtida por meio da educação deve ligar-se estreitamente ao trabalho, de molde a proporcionar a aquisição de conhecimentos, qualificações, valores e comportamentos que possibilitem ao cidadão integrar-se na comunidade e contribuir para a sua constante progresso.
3. No quadro da acção educativa, a eliminação do analfabetismo é tarefa fundamental.
4. A educação deve contribuir para salvaguardar a identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade.

## Artigo 6º

### **Livre acesso ao sistema educativo**

O sistema educativo dirige-se a todos os indivíduos independentemente da idade, sexo, nível socioeconómico, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica de cada um.

## Artigo 7º

### **Educação e projecto nacional de desenvolvimento**

O sistema educativo e as suas estruturas devem favorecer a realização do projecto nacional de desenvolvimento cultural, económico e social, mediante uma articulação estreita com as instituições e os agentes intervenientes ao nível das colectividades e autárquicas locais e dos diversos sectores da vida nacional.

## Artigo 8º

### **Funcionalidade da educação**

O processo educativo integra a formação teórica e a formação prática, contribuindo em geral para o desenvolvimento global e harmónico do país e, em particular, para o desenvolvimento da economia, do bem-estar das populações e para a realização pessoal do cidadão.

## Artigo 9º

### **Educação e identidade Cultural**

1. A educação deve basear-se nos valores, necessidades e inspirações colectivas e individuais e ligar-se às comunidades, associando ao processo educativo, os aspectos mais relevantes da vida e da Cultura cabo-verdiana.

2. Como o objectivo de reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na colectividade, em desenvolvimento, o sistema educativo deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura.

## Artigo 10º

### **Objectivos da Política educativa**

1. São objectivos da política educativa:

a) Promover o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a formação integral e permanente do indivíduo, numa perspectiva universalista;

b) Contribuir para a formação cívica do indivíduo, designadamente através da integração e promoção dos valores democráticos, éticos e humanistas no processo educativo, numa perspectiva crítica e reflexiva;

c) Desenvolver uma acção educativa que promova atitudes positivas em relação ao trabalho, á produtividade e à inovação nas actividades económicas, como factores de progresso e bem-estar;

d) Imprimir à educação e formação valências científicas e técnica que permitam a participação do indivíduo, através do trabalho, no desenvolvimento socio-económico do País;

e) Promover a investigação, a criatividade e a inovação com vista à elevação do nível de conhecimento e de qualificação dos cidadãos, enquanto factores de desenvolvimento nacional;

f) Preparar o educando para uma constante reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionar-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

g) Reforçar a consciência e a unidade nacionais;

h) Aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando sua utilização oficial a par da língua portuguesa;

i) Estimular a preservação e reafirmação dos valores culturais e do património nacional;

j) Contribuir para o conhecimento e o respeito dos direitos humanos e desenvolver o sentido e o espírito de tolerância e solidariedade;

k) Fomentar a participação das populações na actividade educativa e na gestão democrática do ensino.

2.Os objectivos da política educativa entendem-se, adequam-se, e executam-se de harmonia com as linhas orientadoras da estratégia de desenvolvimento nacional.

## Artigo 11º

### Processo Educativo

1. A escola cabo-verdiana deve ser um centro educativo capaz de proporcionar o desenvolvimento integral do educando, em ordem a fazer dele um cidadão apto a intervir criativamente na elevação do nível de vida da sociedade.

2.São tarefas fundamentais da escola e do processo educativo que nela se desenvolve:

a) Proporcionar à geração mais jovem a consciência críticas das realidades nacionais;

b) Desenvolver e reforçar em cada indivíduo o sentido patriótico e a dedicação a todas as causas de interesse nacional;

c) Desenvolver o apreço pelos valores culturais e nacionais e o sentido da sua actualização permanente.

d) Estreitar as ligações do ensino e da aprendizagem com o trabalho, favorecendo a assimilação consciente dos conhecimentos científicos e técnicos necessário ao processo global do desenvolvimento do país;

e) Incentivar o espírito criativo e a adaptação às mutações da sociedade, da ciência e da tecnologia no mundo moderno;



f) Promover o espírito de compreensão, solidariedade e paz internacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Organização do sistema educativo**

##### **Secção I**

#### **Estrutura, obrigatoriedade e definição curricular**

##### **Artigo 12º**

##### **Estrutura**

1. O sistema educativo compreende os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extra-escolar, complementados por actividades de desporto escolar e os apoios e complementos socioeducativos, numa perspectiva de integração.

2. A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família.

3. A educação escolar abrange os subsistemas do ensino básico, secundário e superior, e inclui ainda as actividades de ocupação de tempo livres.

4. A educação extra-escolar engloba as actividades de alfabetização, de pós-alfabetização, de formação profissional e ainda do sistema geral de aprendizagem, articulando-se com a educação escolar.

5. O sistema educativo integra ainda a componente de formação técnico-profissional e articula-se estreitamente como o sistema de formação e aprendizagem profissional.

##### **Artigo 13º**

##### **Obrigatoriedade**

1.O Estado garante a educação obrigatória e universal até o 10 º ano de escolaridade.

2.O Estado promove a criação de condições para alargar a escolaridade obrigatória até 12º ano de escolaridade.

##### **Artigo 14º**

##### **Gratuidade**

1. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, com duração de 8 anos.

2. As condições da gratuidade prevista neste artigo são fixadas por Decreto-Lei.

## Artigo 15º

### **Currículo**

1. Para efeitos do presente diploma, estende-se por currículo nacional, o conjunto das aprendizagens a desenvolver pelos alunos que frequentam o sistema e os subsistemas educativos referidos no artigo 12º.

2. O currículo nacional concretiza-se através da definição de planos de estudo elaborados com base em matérias curriculares, nos termos aprovados por diploma regulamentar.

## Secção II

### **Educação pré-escolar**

## Artigo 16º

### **Caracterização e âmbito**

1. A educação pré-escolar enquadra-se nos objectivos de protecção da infância e consubstancia-se num conjunto de acções articuladas com a família, visando, por um lado, o desenvolvimento da criança e, por outro, a sua preparação para o ingresso no sistema escolar.

2. A educação pré-escolar é de frequência facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 4 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

3. Na medida das suas possibilidades financeiras, o Estado adopta medidas de incentivo e apoio que permitam a todas as crianças ingressar no ensino básico após frequentarem a educação pré-escolar.

## Artigo 17º

### **Objectivos**

São objectivos essenciais da educação pré-escolar:

- a) Apoiar o desenvolvimento equilibrado das potencialidades da criança;
- b) Possibilitar à crianças a observação e a compreensão do meio que a cerca;
- c) Contribuir para a estabilidade e segurança afectiva da criança;
- d) Facilitar o processo de socialização da criança;
- e) Promover a aprendizagem das línguas oficiais e, de pelo menos, a uma língua estrangeira;
- f) Favorecer a revelação de características específicas das crianças e garantir uma eficiente orientação das suas capacidades.

## Artigo 18º

### Organização

1. A rede de educação pré-escolar é essencialmente da iniciativa das autarquias locais e de instituições oficiais, bem como de entidades de direito privado constituídas sob forma comercial ou cooperativa, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas, de acordo com as possibilidades existentes, podendo assumir o funcionamento de jardins em zonas onde a iniciativa privada não se verifica.

2. A educação pré-escolar faz-se em jardins-de-infância ou em instituições análogas oficialmente reconhecidas.

3. Cabe ao Governo definir em diploma próprio normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

## Secção III

### Educação Escolar

#### Subsecção I

#### Ensino Básico

## Artigo 19º

### Caracterização

1. O ensino básico deve proporcionar a todos os cabo-verdianos uma formação geral que, mediante a ligação equilibrada entre a teoria e a prática, o saber o saber ser e o saber fazer, a cultura escolar e a cultura geral, lhes permitam desenvolver capacidades de raciocínio e aprendizagem, espírito crítico e criatividade, contribuindo para a sua realização pessoal e social, enquanto cidadãos.

2. O ensino básico constitui um ciclo único e autónomo, nos termos do presente diploma.

3. O ensino básico postula a integração do indivíduo na comunidade.

## Artigo 20º

### Ingresso

1. Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro.

2. A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina em idade a fixar, por diploma próprio emanado do Governo.

## Artigo 21º

### Encargos de frequência

Os encargos de frequência do ensino básico são suportados pelo Estado, bem como pelas famílias, nos termos do disposto nº 3 do artigo 78º deste diploma.

## Artigo 22º

### Objectivos

São objectivos do ensino básico:

- a) Favorecer a aquisição de conhecimentos, hábitos atitudes e habilidades que contribuam para o desenvolvimento pessoal e para a inserção do indivíduo na comunidade;
- b) Desenvolver capacidades de imaginação, observação, reflexão, como meios de afirmação pessoal;
- c) Fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e preservação do meio circundante;
- d) Fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- e) Desenvolver atitudes positivas em relação às questões ambientais;
- f) Despertar o interesse entre ofícios e profissões;
- g) Desenvolver atitudes, hábitos e valores de natureza ética;
- h) Promover o domínio da língua portuguesa como instrumento de comunicação e de estudo, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita dos educandos;
- i) Proporcionar a aprendizagem de uma língua estrangeira e a iniciação facultativa de uma segunda, nas escolas que reúnam condições para o efeito;
- j) Promover o conhecimento, apreço e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade cultural cabo-verdiana.

## Artigo 23º

### Organização

1.O ensino básico tem a duração de oito anos e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º e o 3º de dois anos cada, organizados da seguinte forma:

- a) No 1º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica de desenvolve-se predominantemente em regime de docente por área;
- c) No 3º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um docente por disciplina ou por grupo de disciplinas.

2. A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo, a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3. Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades;

a) Para o 1º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética, e do cálculo, do meio físico e social e das expressões plásticas, dramáticas musical e motora;

b) Para o 2º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, e científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;

c) Para o 3º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica indispensável à orientação escolar e profissional que possibilite o ingresso na vida activa e o prosseguimento de estudos.

4. Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5. Os planos curriculares do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, em termos a estabelecer por diploma regulamentar.

6. A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

## Subsecção II

### Ensino Secundário

#### Artigo 24º

#### Caracterização

1.O ensino secundário dá continuidade ao ensino básico e permite o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidos no ciclo de estudos precedente a aquisição de novas capacidades intelectuais e aptidões físicas necessárias à intervenção criativa na sociedade.

2.O ensino secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular permite, pelas vias técnicas, artísticas e

profissionais, a aquisição de qualificações profissionais para inserção no mercado de trabalho.

## Artigo 25º

### Objectivos

São objectivos do ensino secundário:

- a) Desenvolver a capacidade de análise e despertar o espírito de pesquisa e de investigação;
- b) Proporcionar a aquisição de conhecimento com base na cultura humanística, científica e técnica visando nomeadamente, a sua ligação com a vida activa.
- c) Promover o domínio da escrita da língua materna cabo-verdiana, bem como da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita;
- d) Facilitar ao aluno o entendimento dos valores fundamentais da sociedade em geral e sensibilizá-lo para os problemas da sociedade cabo-verdiana e da comunidade internacional;
- e) Garantir a orientação e formação profissional permitindo maior abertura para o mercado de trabalho sobretudo via técnica;
- f) Permitindo os contactos com o Mundo do trabalho visando a inserção dos diplomados na vida activa;
- g) Promover a educação para cidadania e o desenvolvimento de valores morais, éticos e cívicos;
- h) Promover o ensino obrigatório de duas línguas estrangeiras;
- i) Criar hábitos de trabalho, individualmente e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação para a mudança.

## Artigo 26º

### Organização

1. Têm acesso ao ensino secundário aos alunos que tenham completado com aproveitamento o ensino básico.

2. O ensino secundário tem a duração de quatro anos e organiza-se em dois ciclos sequenciais de dois anos cada, nos termos seguintes:

- a) Um 1º ciclo da via do ensino geral, que constitui um ciclo de consolidação do ensino básico e orientação escolar e vocacional;
- b) Um 2º Ciclo com uma via do ensino geral e uma via do ensino técnico.

3. No final de cada ciclo do ensino secundário, o aluno pode seguir um curso de formação profissional, inicial ou complementar, nos termos e condições a definir em diploma próprio.

4. A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere o direito à atribuição de um diploma, que certifica a formação adquirida e a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.



5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, e desde que requerido, é emitido certificado comprovativo da conclusão de cada um dos ciclos do ensino secundário.

6. É garantida a permeabilidade entre a via do ensino geral e a via do ensino técnico, nos termos e condições a estabelecer por diploma regulamentar.

## Artigo 27º

### **1º Ciclo**

1. O 1º Ciclo do ensino secundário compreende o 9º e o 10º anos de escolaridade.

2. Este ciclo visa, pela sua organização curricular, aumentar o nível de conhecimento e possibilitar uma orientação escolar e vocacional tendo em vista o prosseguimento de estudos.

3. Concluído o 1º ciclo, os alunos podem optar pela via do ensino geral ou pela via do ensino técnico.

## Artigo 28º

### **Via geral e via técnica do ensino secundário**

1. A via do ensino geral corresponde à valência do 2º ciclo do ensino secundário destinada à preparação para o prosseguimento de estudos superiores, facilitando também a adaptação do aluno à vida activa.

2. Via do ensino técnico é a valência do 2º ciclo do ensino secundário programada para a aquisição de conhecimentos técnico-científicos e a obtenção de uma especialização adequada, de forma a permitir o exercício de actividades profissionais determinadas, sem prejuízo para o prosseguimento de estudos superiores.

3. Ambas as vias de ensino estão organizadas em dois ciclos sequenciais que correspondem ao 9º e 10º ano e ao 11º e 12º ano de escolaridade.

## Artigo 29º

### **Ano complementar profissionalizante**

1. O nível do ensino secundário compreende ainda um ano complementar profissionalizante, ao qual podem aceder alunos que tenham concluído com aproveitamento o 12º ano e que pretendem obter uma especialização em determinada área de actividade profissional.

2. Aos alunos que tenham concluído com aproveitamento o ano complementar profissionalizante é atribuído o respectivo certificado comprovativo.

## Artigo 30º

### **Matrizes curriculares**

As matrizes curriculares do ensino secundário integram componentes de formação geral, de formação socio-cultural, de formação específica, de formação científica, de formação tecnológica, de formação técnico-artística e técnica, nos termos definidos por Decreto-Lei.

## Artigo 31º

### **Formação artística**

1. Através da via do ensino técnico ou do ano complementar do ensino secundário, os estabelecimentos de ensino secundário podem ministrar cursos de índole artística.

2. Estes cursos têm uma organização curricular e regras de funcionamento próprias de acordo com a sua especificidade, a definir em diploma próprio.

3. Os cursos de formação artística abarcam as actividades artísticas mais significativas para o desenvolvimento cultural do país e a sua rede escolar é definida em função da evolução dessas actividades.

4. Aos alunos que terminarem com aproveitamento, os cursos de formação artísticas é atribuído o componente diploma.

## Subsecção III

### **Ensino superior**

## Artigo 32º

### **Âmbito do Ensino superior**

1.O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

2.O ensino universitário visa, através da promoção da investigação e da criação do saber, assegurar uma sólida preparação científica, técnica e cultural dos indivíduos, habilitando-os para o desenvolvimento das capacidades de concepção, análise crítica e inovação para o exercício de actividades profissionais, socioeconómicas e culturais.

3. O ensino politécnico visa, através da promoção da investigação aplicada e de desenvolvimento, proporcionar aos indivíduos conhecimentos científicos de índole teórica e prática e uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolvendo as suas capacidades de inovação e de análise crítica, de compreensão e solução de problemas concretos, com vista ao exercício de actividades profissionais.

## Artigo 33º

### **Estabelecimentos**

1.O ensino universitário é ministrado em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2.O ensino politécnico é ministrado em institutos politécnicos e em escolas superiores especializadas nos domínios das tecnologias, das artes e da educação, entre outros.

3. As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos, centros ou outras unidades funcionais, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4. Os institutos politécnicos podem ser constituídos por escolas e ou departamentos ou outras unidades funcionais.

## Artigo 34º

### **Objectivos do ensino Superior**

São objectivos do ensino Superior:

a) Desenvolver capacidade de concepção, de inovação, de investigação, de análise crítica de decisão;

b) Formar quadros nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, e colaborar na sua formação contínua;

c) Estimular o pensamento reflexivo, a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e a capacidade empreendedora;

d) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, aumentar a capacidade de compreensão e transformação das condições de existência e de realização do homem na sociedade e no mundo em que vive;

e) Promover a divulgação de conhecimentos científicos, culturais e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

f) Estimular o conhecimento e análise dos problemas nacionais e do mundo de hoje, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) Estimular e apoiar a formação cultural técnica e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

h) Encorajar a busca permanente de aperfeiçoamento intelectual, cultural, técnico e profissional, favorecendo a integração e aplicação dos conhecimentos que vão sendo adquiridos ao longo das gerações, na perspectiva de educação e de desenvolvimento de competências ao longo da vida;

i) Contribuir para a modernização do sistema educativo a todos os níveis, designadamente através da promoção do conhecimento e da pesquisa, adopção e disseminação de novas metodologias de ensino.

## Artigo 35º

### **Acesso**

1.O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a neutralizar os efeitos discriminatórios decorrentes das assimetrias regionais ou de desvantagens socio-económicas.

2.O acesso ao ensino superior rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades;
- b) Objectividade dos critérios de selecção e seriação dos candidatos;
- c) Universalidade de regras para cada um dos subsistemas de ensino superior;

d ) Valorização do percurso educativo do candidato no ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais, traduzindo relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário;

e) Valorização da competência do candidato, independentemente da forma como tenham sido adquiridas.

3.Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com o curso de ensino secundário ou equivalente que façam prova de capacidade para a sua frequência, nos termos definidos por lei.

4. Além do disposto no número anterior, têm acesso ao ensino superior:

a) Os maiores de 25 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade de frequência através da realização de provas especiais de aptidão organizadas pelos estabelecimentos de ensino superior.

b) Os titulares de qualificações pós-secundárias nas áreas correspondentes às dos cursos superiores a que se candidatam.

5. Compete aos estabelecimentos de ensino superior organizar o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de selecção e seriação dos candidatos ao ingresso nos respectivos cursos.

6. O Estado deve criar as condições para que os cursos existentes e a serem criados correspondam globalmente às necessidades em quadros qualificados às aspirações individuais e à elevação do nível educativo, cultural e científico do País, para que seja garantida a qualidade do ensino ministrado.

7. Os trabalhadores-estudantes beneficiam, nos termos da lei, de regimes especiais de acesso e frequência do ensino superior, em sintonia com os princípios da aprendizagem ao longo da vida e da flexibilidade ou mobilidade dos respectivos percursos escolares.

8. O Governo define, por Decreto-lei, o regime e as condições de acesso ao ensino superior.

## Artigo 36º

### **Organização e reconhecimento da formação**

1. A organização da formação ministrada pelos estabelecimentos do ensino superior obedece ao sistema de créditos, tendo em consideração o seguinte:

a) Os créditos são a medida do número de horas de trabalho do estudante;

b) O número de horas de trabalho do estudante a considerar na definição do número de créditos inclui todas as formas de trabalho académico previstas, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas a estágios, trabalhos no terreno, estudo individual ou colectivo e avaliação.

2. A mobilidade dos alunos entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais, do mesmo ou de diferentes subsistemas, bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas.

3. Os estabelecimentos de ensino reconhecem, através do sistema de créditos, as competências profissionais e, em particular, a formação pós-secundária, dos que neles sejam admitidos, através das modalidades especiais de acesso, a definir através do diploma a que se refere o nº 4 do artigo anterior.

4. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o Governo define por Decreto-Lei o regime de créditos no ensino superior.

#### Artigo 37º

#### **Graus académicos e diplomas**

1. Nos ensinos superiores são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor.

2. Os estabelecimentos de ensino superior podem, nos termos do presente diploma, ministrar cursos não conferentes de grau académicos, cuja conclusão, com aproveitamento, confere a atribuição de um diploma.

3. Nos termos a definir por Decreto-Lei, cabe apenas aos estabelecimentos de ensino universitário organizar cursos ou programas de pós-doutoramento.

4. Os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado, mestre, ou doutor podem ser organizados por etapas, conferindo-se, no final de cada etapa, um diploma.

5. Só podem conferir grau académico numa determinada área os estabelecimentos de ensino superior que, por disporem de um corpo docente próprio, qualificado nessa área e demais recursos humanos e materiais que garantam o nível e a qualidade da formação adquirida, estejam, para tanto, devidamente acreditados, nos termos da lei.

6. Os estabelecimentos de ensino superior podem associar-se com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para conferirem os graus académicos e atribuírem os diplomas previstos nos artigos seguintes.

7. Só as instituições de ensinos universitários podem conferir graus académicos de mestre, doutor e diplomas de cursos pós-doutoramento.

## Artigo 38º

### **Licenciatura**

1. O grau de licenciado comprova uma sólida formação cultural, científica e técnica, que permita aprofundar os conhecimentos e competências, com vista à especialização, numa determinada área do saber e uma adequada inserção profissional.

2. O grau de licenciado é conferido nos subsistemas de ensino universitário e politécnico.

3. O grau de licenciado é conferido após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho.

4. A obtenção do grau de licenciado em determinadas áreas pode ser condicionada ao cumprimento de um número de créditos superior ao previsto no número anterior, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área do ensino superior, precedendo parecer da entidade de regulação a que se refere o número 2 do artigo 47º.

5. A conclusão com aproveitamento do grau de licenciatura é comprovada por um certificado de licenciatura.

## Artigo 39º

### **Mestrado**

1. O grau de mestre é conferido no ensino universitário.

2. O grau de mestre comprova um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e capacidade para a prática de investigação fundamental, aplicada ou adaptativa.

3. O curso de mestrado compreende a frequência do respectivo programa de especialização e a apresentação de uma dissertação original.

4. Têm acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

a) Os titulares do grau de licenciado;

b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.

5. O grau de mestre é conferido após a conclusão, com aproveitamento, de um ciclo de estudos com um número de créditos a que corresponda uma duração compreendida entre três e quatro semestres curriculares.

6. Excepcionalmente, mediante deliberação favorável da entidade de regulação e para efeitos de acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional, o grau de mestre pode ser igualmente conferido mediante a conclusão, com aproveitamento, de um ciclo integrado de estudos, subsequente ao 12º ano de escolaridade, com um número de créditos a que corresponda uma duração compreendida entre dez e doze semestres curriculares.

7. O ciclo de estudo a que se confere o número anterior pode ser organizado por etapas, atribuindo-se o grau de licenciado aos que tenham



concluído, com aproveitamento, um período de estudos com duração não inferior a seis meses semestres.

8. A conclusão, com aproveitamento, do grau de mestre é certificada por uma carta magistral.

#### Artigo 40º

### **Doutoramento**

1. O grau de doutor comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e aptidão para a realização de trabalho científico independente.

2. O grau de doutor é conferido no ensino universitário.

3. Têm acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor:

a) Os titulares do grau de mestre;

b) Os licenciados titulares de um currículo académico, científico ou profissional que, por deliberação do órgão estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendam ser admitidos, seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos.

4. Só podem conferir o grau de doutor numa determinada área os estabelecimentos de ensino superior universitários que demonstrem possuir, nessa área, os recursos humanos e organizativos necessários à realização de investigação e uma experiência acumulada nesse domínio sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevante.

5. A conclusão, com aproveitamento, do grau de doutor é certificada por uma carta doutoral.

#### Artigo 41º

### **Formação pós-secundária**

1. Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos de formação pós- secundária, de natureza profissionalizante e não conferentes de graus de académicos, nos termos previstos na lei.

2. Aos titulares dos cursos referidos no número anterior pode ser conferido Diploma de Estudos Superiores Profissionais (DESP), sendo a formação superior neles realizada creditável para efeitos de prosseguimento de estudos conducentes à obtenção do grau de licenciatura no âmbito do curso em que hajam sido admitidos.

#### Artigo 42º

### **Doutoramento “Honoris causa”**

1. As universidades podem conferir o grau de doutor “honoris causa” a individualidades eminentes nacionais ou estrangeiras, nos termos, e condições que vierem a constar de regulamento a elaborar por cada instituição.

2. A atribuição de doutoramento “honoris causa” a individualidades a estrangeiras deve ser precedida de audição do membro do Governo responsável pela área dos Negócios Estrangeiros.

#### Artigo 43º

### **Doutoramento “insignis”**

As universidades podem conferir o grau de doutor “insignis” a individualidades nacionais cuja obra se revista de excepcional mérito científico, nos termos e condições que vierem a constar de regulamento a elaborar por cada instituição.

#### Artigo 44º

### **Regulamentação**

O Governo, por Decreto-Lei, regula as demais condições de atribuição dos graus académicos e dos diplomas referidos nos artigos 37º a 43º.

#### Artigo 45º

### **Investigação científica**

1. O Estado assegura as condições logísticas, tecnológicas e culturais visando a criação e a investigação científicas.

2. Nas instituições de ensino superior são criadas condições para a promoção da investigação científica, como componente indissociável do processo de desenvolvimento das aprendizagens e das competências curriculares.

3. A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se realiza, sem prejuízo da sua perspectivação no sentido da promoção do saber e do progresso e da resolução dos problemas atinentes ao desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4. Os poderes públicos e os estabelecimentos do ensino superior devem proporcionar as condições que assegurem a publicação dos trabalhos científicos, bem como a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5. Incumbe ao Estado incentivar e a apoiar a cooperação entre entidades públicas, e privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista a satisfação dos interesses da colectividade.

#### Artigo 46º

### **Financiamento**

1. O Estado fixa na Lei do Orçamento dotações para o financiamento das actividades de ensino, formação, e investigação e extensão das universidades e demais instituições públicas de ensino superior, com base em

critérios objectivos de aferição da pertinência, qualidade e excelência dos cursos e projectos apresentados, nos indicadores de eficiência e eficácia das instituições e ainda nos princípios da sustentabilidade e equidade no acesso dos estudantes das diferentes categorias socio-económicas.

2. Para efeito do disposto no número anterior, o Estado em devida consideração os resultados dos relatórios de auditoria ou avaliação das actividades académicas e da gestão financeira das instituições.

3. O Estado pode ainda, na medida das suas possibilidades financeiras, subsidiar as instituições privadas do ensino superior, com base nos critérios e condições referidos nos números anteriores.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Governo regula, por Decreto -Lei, o regime de financiamento do ensino superior, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

a) Princípio da comparticipação financeira do Estado, entendido no sentido de que a este cabe contribuir, na medida dos recursos disponíveis, para fomentar o acesso ao ensino superior e maximizar a capacitação e especialização dos recursos humanos em áreas relevantes para o desenvolvimento;

b) Princípio da co-gestão, que se traduz na criação de mecanismos para a comparticipação de elementos da sociedade civil na gestão das instituições de ensino superior e no controlo social da qualidade da formação nelas ministrada;

c) Princípio da universalidade, entendido como o direito de acesso de todas as instituições de ensino superior e dos respectivos estudantes aos mecanismos de financiamento público prevista na lei;

d) Princípios da socialização dos custos, que se traduz no dever dos estudantes de ensino superior assumirem a responsabilidade no financiamento dos custos da sua formação superior, sem prejuízo do disposto na lei;

e) Princípio da não exclusão, que se expressa na possibilidade de os estudantes carenciados de recursos económicos de beneficiarem de mecanismos de financiamento e de programas de acção social, que viabilizem o acesso e à frequência do ensino superior;

f) Princípio da equidade, entendido como o direito das instituições e dos estudantes de beneficiarem do apoio adequado à sua situação concreta;

g) Princípio da autonomia, nos termos do qual as instituições de ensino superior, independentemente da sua natureza jurídica, e sem prejuízo do disposto na lei, devem assegurar a mobilização dos recursos indispensáveis para o financiamento dos custos da formação que ministrarem;

h) Princípio da sustentabilidade, que implica a necessidade de uma avaliação sistemática dos meios e recursos necessários para implementação das medidas de políticas e das actividades de ensino, investigação e extensão, numa lógica de continuidade e de irreversibilidade, com a manutenção dos mais elevados padrões de resultados académicos.

## Artigo 47º

### **Garantia da qualidade.**

1. O Governo assegura a implementação de um sistema de garantia da qualidade das instituições de ensino superior, mediante a adopção de medidas de política que promovam a excelência das actividades de ensino, investigação e extensão.

2. O Governo cria, para o efeito e no quadro da orgânica do departamento governamental responsável pela área do ensino superior, uma entidade dotada de independência, com competência para a regulação, acreditação e avaliação do ensino superior.

## Subsecção V

### **Modalidades especiais de ensino**

## Artigo 48º

### **Educação especial**

1. Entende-se por educação especial, para os efeitos do presente diploma, a modalidade de educação escolar ministrada preferencialmente em estabelecimentos regulares de ensino a favor de alunos portadores de necessidades educativas especiais.

2. As crianças e jovens portadoras de deficiências física ou mentais beneficiam de cuidados educativos adequados, cabendo ao Estado a responsabilidade de:

- a) Assegurar gradualmente os meios educativos necessários;
- b) Definir normas gerais da educação inclusiva nomeadamente nos aspectos técnicos e pedagógicos e apoiar o seu cumprimento e aplicação;
- c) Apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a recuperação e integração socio-educativa do aluno.

3. No âmbito do disposto no número anterior, à educação especial cabe essencialmente:

- a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens portadores de deficiência com dificuldades de enquadramento social;
- b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos portadores de deficiências;
- c) Apoiar e esclarecer as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos portadores de deficiência, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio-familiar;
- d) Apoiar o portador de deficiência com a vista à salvaguardar do equilíbrio emocional;
- e) Reduzir as limitações que são determinadas pela deficiência;
- f) Preparar o portador de deficiência para a sua integração na vida activa.

## Artigo 49º

### **Educação para crianças sobredotadas**

O estado providencia ainda no sentido de serem criadas condições especializadas acolhimento de crianças com superior ritmo de aprendizagem,

com o objectivo de permitir o natural desenvolvimento das suas capacidades mentais.

#### Artigo 50º

### **Educação para crianças e jovens com necessidades educativas especiais.**

1. A educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, incluindo as derivadas de deficiências, organiza-se segundo métodos específicos de atendimentos adaptados às suas características.

2. A integração em classes regulares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, incluindo as derivadas de deficiência, é promovida tendo em conta as necessidades de atendimento específicas e apoio aos professores, pais ou encarregados de educação.

3. A educação dos alunos com necessidades educativas especiais pode ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência, ou de sobredotação o justifique.

4. A educação dos alunos com necessidades educativas especiais pode desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.

5. O departamento governamental responsável pela área da Educação, em coordenação com outros sectores estatais, organiza formas adequadas de educação visando a integração social e profissional do educando com necessidades educativas especiais.

#### Artigo 51º

### **Ensino a distância.**

1. As autoridades educacionais podem recorrer a meios de comunicação social e às tecnologias de comunicação e informação para assegurarem formação complementar, supletiva ou alternativa do ensino regular.

2. O ensino à distância tem incidência no ensino recorrente, no ensino superior e na formação contínua de professores.

3. As habilitações conferidas pelo ensino à distância devem ser definidas e reconhecidas como equivalentes às alcançadas no ensino formal, em conformidade com regulamentação a estabelecer previamente.

#### Artigo 52º

### **Ensino recorrente de adultos**

1. O ensino recorrente é destinado a adultos que exerçam uma actividades profissional em ordem a melhorar a sua formação cultural, científica e profissional.

2. Entre as modalidades de ensino recorrente de adultos a instituir, figura o ensino nocturno de qualquer ciclo ou nível.

3. As acções de ensino recorrente devem ser organizadas de maneira flexível em função das características dos seus alunos e das necessidades de desenvolvimento cultural e socio-económico do País.

#### Artigo 53º

### **Educação e as Comunidades cabo-verdianas no estrangeiro**

1. São incentivadas e apoiadas as iniciativas educacionais de associações de cabo-verdianos, assim como as actividades desenvolvidas por entidades estrangeiras, públicas ou privadas, que contribuam para prossecução das seguintes finalidades;

a) Divulgar a cultura cabo-verdiana e preservar o sentido da nacionalidade;

b) Facultar a integração dos cabo-verdianos emigrados na realidade nacionais em que estejam inseridos;

c) Contribuir para a preservação do património e da identidade culturais cabo-verdianas nas comunidades emigradas.

2. A organização das acções a que se refere o presente artigo depende de acordos e protocolos de cooperação entre a República de Cabo Verde e os países de acolhimento das comunidades emigradas.

3. Nos termos e condições a serem estabelecidos através de protocolos com instituições nacionais de educação e formação, são asseguradas quotas de frequências por parte de alunos cabo-verdianos que, nos países de emigração em que residam, não tenham possibilidades de prossecução de estudos pós secundários.

#### Secção IV

### **Educação extra-escolar**

#### Artigo 54º

### **Caracterização**

1. O ensino geral de adultos organiza-se de forma autónoma no que respeita, de entre vários aspectos, a condição de acesso, currículos, programas, avaliação, visa adaptar-se aos diferentes grupos, às suas experiências pessoais profissionais e conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

2. A educação extra-escolar caracteriza-se por unidade capitalizável e constitui uma modalidade que apela à flexibilidade, à adaptabilidade dos ritmos de aprendizagem à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências de vida dos jovens e adultos.

3. A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis distintos;

a) A educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras acções de educação permanente numa perspectiva de elevação de nível cultural;

b) A aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão.



c) Em cada um desses níveis se desenrola processos educativos próprios de uma educação formal e não formal.

#### Artigo 55º

### Objectivos

São objectivos da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional.
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentarem ou abandonarem o sistema formal do ensino;
- c) Preparar cidadãos para os planos cívicos, culturais e profissionais capazes de intervir no processo de desenvolvimento do país, promovendo a formação numa perspectiva de educação recorrente e permanente;
- d) Favorecer a continuidade de estudos ao nível dos pós- alfabetização, quer na educação formal, quer na formação profissional;
- e) Desenvolver atitudes, e conhecimentos e capacidades necessários à realização de tarefas laborais específicas;
- f) Desenvolver a formação tecnológica com vista à aquisição de habitações profissionais adequadas;
- g) Promover a elevação do nível técnico dos trabalhadores através de acções de formação periódicas numa perspectiva de actualização e valorização constantes dos recursos humanos.

#### Artigo 56º

### Educação básica de adultos

1. A educação básica de adultos corresponde á vertente da educação extra-escolar que, de forma organizada e segundo um plano de estudo, proporciona aos interessados a obtenção de um grau de escolaridade e a aquisição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino básico.

2. Através da modalidade especial de ensino, presencial ou à distância, é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos indivíduos que para todos os efeitos são considerados adultos, nomeadamente os que abandonaram precocemente o sistema educativo, bem como aqueles que a procuram por razões de desenvolvimentos pessoal, social ou profissional.

3. Este nível de educação organiza-se em três fases:

- a) A 1ª fase destina-se aos indivíduos com 15 anos ou mais, com ou sem passado escolar, com vista a dotá-los da capacidade de ler, escrever, calcular e interpretar;
- b) A 2ª visa o reforço das capacidades adquiridas e organiza-se em torno de actividades educativas e de extensão cultural, através de bibliotecas comunitárias, núcleos associativos, meios de comunicação e outras acções agregadas a projectos de desenvolvimento.
- c) A 3ª fase é de consolidação e aprofundamento, e desenvolve-se em dois vectores, sendo um articulado com o sistema formal de ensino e o outro a

desenvolver diversos departamentos estatais e não estatais interessados do processo formativo.

1. Ao adulto é atribuído o respectivo certificado de aproveitamento, na 1ª e 2ª fase e um diploma de educação básica de adultos, na 3ª fase.

2. Para todos os efeitos legal, o diploma de educação básica de adultos é equivalente ao da escolaridade básica obrigatória.

#### Artigo 57º

### **Aprendizagem e formação profissional**

1. A aprendizagem e acção de formação profissional serão organizadas numa perspectiva de capacitação de jovens e adultos para o exercício de uma profissão e de luta contra a pobreza e exclusão social.

2. A formação profissional e o sistema geral de aprendizagem desenvolvem-se em centros específicos, empresas ou serviços, com base em acordos e protocolos celebrados entre os diversos departamentos estatais e não estatais interessados no processo formativo cabendo ao Governo estabelecer a coordenação e o desenvolvimento das acções formativas através do competente organismo.

3. Os diplomas e certificados a conferir, respectivamente pelo sistema geral de aprendizagem e pelo sistema de formação profissional, são objectivos de regulamentação por diploma especial.

#### Artigo 58º

### **Formação socio-profissional e cultural**

São proporcionados cursos à distância, enquanto modalidade especial de ensino que permita ampliar as oportunidades de formação socio-profissional e cultural nos locais de trabalho dos jovens e adultos à procura do primeiro emprego, como oportunidade de aprendizagem, através de abordagens pedagógicas inovadoras, experiência de ensino e aprendizagem adequadas às características dos participantes e às demandas do conhecimento, e bem assim às exigências das respectivas actividades profissionais.

#### Artigo 59º

### **Acção da administração**

A coordenação das acções de planeamento e gestão das actividades de educação básica de adultos e de formação profissional de adultos é feita através de mecanismos de articulação interministerial e interdepartamental.

## **CAPITULO IV**

### **Tecnologias de Informação e Comunicação e a sociedade de conhecimento**

#### **Artigo 60º**

##### **Tecnologias de Informação e Comunicação**

1. Estado promove a utilização das tecnologias da informação e comunicação no sistema educativo, de modo a contribuir para a elevação da qualidade e da eficácia do ensino, a emergência e a consolidação da sociedade do conhecimento, a elevação do nível científico e tecnológico da sociedade e o exercício de uma cidadania participativa, crítica e interveniente.

2. O Estado desenvolve acções de formação e de investigação dirigidas aos diferentes segmentos da sociedade mediante a integração das TIC no sistema educativo, em função dos interesses específicos e dos objectivos e prioridades da política educativa adaptada.

3. Os ensinos recorrentes ou à distância podem ser ministradas mediante recursos às novas tecnologias de comunicação e informação.

#### **Artigo 61º**

##### **Conectividade gratuita**

O Estado promove o acesso gratuito às tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte de todos os estabelecimentos públicos de ensino, visando universalizar o acesso ao conhecimento e promover hábitos de pesquisa.

#### **Artigo 62º**

##### **Rádio e televisão educativas**

O estado pode criar programas radiofónicos e televisivos destinados a promover o ensino recorrente e à distância, quando as circunstâncias assim determinarem, seja através de órgãos de comunicação social públicos ou privados ou seja através de criação de órgãos de comunicação social de rádio e televisão educativas.

## CAPITULO V

### **Apoios e complementos educativos**

#### Artigo 63º

##### **Caracterização**

1. Os apoios e complementos educativos constituem um conjunto de serviços e de benefícios, de suportes ao sistema educativo, visando uma política de incentivo à escolaridade obrigatória, de garantia do sucesso escolar em geral e do estímulo aos que revelarem maior interesse e capacidade de êxito nos níveis de ensino subsequentes.

2. A natureza e a extensão dos apoios e complementos educativos dependem dos recursos disponíveis e da capacidade de intervenção das instituições e das organizações sociais, podendo revestir várias formas.

3. No âmbito dos estabelecimentos de ensino podem ser criadas associações de carácter mutualista, tendo em vista reforçar e concretizar a solidariedade social.

#### Artigo 64º

##### **Apoio Pedagógico específico**

Os estabelecimentos de ensino organizam actividades de reforço e acompanhamento pedagógico para os alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades escolares específicas.

#### Artigo 65º

##### **Acção social escolar**

1. O estado desenvolve um conjunto de acções no âmbito social e escolar, de acordo com os princípios estabelecidos sobre a matéria no número 1 do artigo 79º do presente diploma, a fim de compensar os alunos pertencentes a família com carência socio- económicas.

2. A coordenação dos programas de acção social e a administração das suas fontes de financiamento, cabem ao organismo competente do departamento governamental responsável pela área da educação.

3. A acção social escolar concretiza-se ao nível do ensino público, mediante princípios normativos contido em diplomas próprio.

#### Artigo 66º

##### **Saúde escolar**

1. É desenvolvido um programa de saúde escolar que visa o saudável desenvolvimento físico e mental das crianças em idade escolar, assim como as condições higiénicas das escolas, a formação dos educadores e dos

educandos, dentro das normas de sanidade individual, doméstica e comunitária.

2. Os departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da saúde e da educação celebram acordos para execução conjunta das acções a que se refere o número anterior.

Artigo 67º

### **Orientação escolar e profissional**

O departamento governamental responsável pela área da Educação, em cooperação com outras estruturas Estatais, deverá desenvolver um sistema de orientação escolar e profissional que, mercê de acção de formação e de informação, permita aos jovens e às famílias uma opção esclarecida sobre o futuro escolar ou profissional do educando.

Artigo 68º

### **Estágios profissionais**

1. As actividades educativas a desenvolver nas instituições de ensino técnico devem incluir estágios de natureza profissional.

2. A concretização dos estágios referidos no número anterior, bem como os princípios de colaboração entre as instituições de formação, os centros de empregos e as empresas, devem constar de protocolo a celebrar entre os serviços competentes dos departamentos governamentais das áreas de educação, da formação profissional e do trabalho.

Artigo 69º

### **Estatuto do trabalhador estudante**

Os direitos, regalias e deveres dos trabalhadores-estudantes, bem como as respectivas caracterizações em termos da idade, de natureza do regime laboral em que se encontram, relevância social dos cursos que frequentem e outros condicionamentos apropriados à perspectiva situação são fixados por legislação especial.

## **CAPITULO VI**

### **Pessoal docente**

Artigo 70º

### **Pessoal da educação**

1. O sistema educativo disporá do pessoal docente necessário à realização das tarefas atribuídas às instituições que o compõem.

2. Salvo o disposto no número seguinte, os docentes dos estabelecimentos do ensino público nos diversos níveis têm a qualidade de funcionário público, regendo-se pelo respectivo Estatuto, aprovado por um diploma próprio.

3. Ao pessoal docente dos estabelecimentos públicos de ensino superior poderá aplicar-se o regime jurídico geral das relações de trabalho, caso assim for estipulado no respectivo Estatuto.

## Secção I

### **Formação de docentes**

#### Artigo 71º

#### **Princípios orientadores**

1. A formação do pessoal docente obedece, no plano institucional, aos seguintes princípios orientadores:

a) A formação inicial é institucionalizada como passo fundamental da formação do docente;

b) A formação inicial deve ser integrada, quer nos planos científicos, técnico e pedagógico, quer no de articulação teórico – prática;

c) A formação contínua de docentes deve permitir o aprofundamento e a actualização de conhecimentos e competências profissionais;

d) A formação inicial e a formação contínua devem ser actualizadas de modo a adaptar os docentes a novas técnicas e à evolução da sociedade, das ciências, das tecnologias e da pedagogia;

e) Os métodos e os conteúdos da formação deverão estar em constante renovação, permitindo a contínua actualização de conhecimento e de atitudes.

2. O processo de formação de docentes é sujeito a um sistema de avaliação referenciado aos objectivos, aos métodos e seus resultados ou concretizações, com vista à sua actualização permanente.

#### Artigo 72º

#### **Objectivos e organização da formação de docentes**

1. A formação de docentes para a educação de infância, o ensino básico e o ensino secundário é ministrada por instituições de ensino legalmente criadas ou reconhecidas que disponham de estruturas e recursos humanos, científicos e técnico-pedagógicos adequados.

2. A formação dos docentes a que se refere o número anterior prossegue os seguintes objectivos:

a) Habilitar os docentes a orientar o processo de ensino-aprendizagem segundo parâmetros educacionais de excelência;

b) Dotar os docentes de informações sobre os aspectos relevantes da política educativa e do desenvolvimento científico e pedagógico;

c) Promover e facilitar a investigação, a inovação e a utilização das tecnologias de informação orientadas para exercícios da função docente;



d) Desenvolver nos docentes competências que lhes permitam participar na preparação, realização e avaliação de reformas no sistema educativo, de carácter global ou parcelar;

e) Promover a capacitação dos docentes para a produção de meios didácticos e a sua introdução na prática escolar;

f) Habilitar os docentes para, com a sua acção, promoverem a dinamização do meio profissional e socio-cultural em que a escola se insere.

3. A formação dos docentes a que se refere o número anterior é fomentada mediante criação de condições para a frequência de cursos que confirmem ou não graus académicos superiores, nos termos do presente diploma, devendo incluir, para além das componentes curriculares dos respectivos ciclos de estudos, conteúdos específicos das ciências da educação, das metodologias, da prática pedagógica e da investigação aplicada.

4. Compete à entidade de regulação a que se refere o número 2 do artigo 46º a verificação dos requisitos e objectivos previstos nos números 1 e 2, com poderes para conceder ou denegar autorização a qualquer instituição de ensino organizada para ministrar a formação de docentes.

#### Artigo 73º

### **Formação de docentes de educação especial**

São qualificados para exercício de funções como docentes de educação especial os educadores de infância e os professores que obtenham aproveitamento em cursos especializados ou provindos de instituições de formação especializadas.

#### Artigo 74º

### **Formação do pessoal docente na área artística e cultural**

1. As matérias de índole prática ou oficial do ensino secundário técnico e artístico, bem como de formação profissional no domínio da educação extra-escolar, são asseguradas por docentes com formação e qualificação adequados, nos termos do respectivo Estatuto.

2. Para além de formação técnica de base, os docentes têm uma formação pedagógica a ministrar por instituições de formação de docentes.

#### Artigo 75º

### **Formação contínua**

1. A formação contínua constitui um direito e um dever dos educadores de infância, dos professores e dos monitores dos ensinos básicos e secundários.

2. A formação contínua visa essencialmente melhorar a qualidade da acção docente permitindo uma actualização permanente e criando a possibilidade de aquisição de novas competências.

3. A formação contínua é da iniciativa das instituições responsáveis pela formação inicial, dos próprios docentes e das suas estruturas representativas.

#### Artigo 76º

### **Racionalidade da formação**

1. A formação do pessoal docente desenvolve-se num quadro integrado de gestão e de racionalização dos meios formativos existentes.

2. O departamento governamental responsável pela área da Educação fomenta, apoia iniciativas e desenvolve programas de formação com carácter sistemático, articulando as prioridades de desenvolvimento dos serviços com os planos individuais de carreira.

3. A formação do pessoal docente pode enquadrar-se em iniciativas articuladas com universidades, institutos superiores de formação, politécnicos, associações públicas e sindicais, de forma a promover a qualificação profissional e a optimização da oferta da qualidade do ensino.

#### Secção II

### **Formação de quadros nos estrangeiros**

#### Artigo 77º

### **Princípios Gerais**

A formação de quadros nos estrangeiros é objecto de adequado planeamento, a realizar pelo departamento governamental responsável pela área da educação, em colaboração com outros departamentos governamentais interessados, a fim de a ajustar às necessidades de desenvolvimento do País.

#### CAPÍTULO VII

### **Recursos financeiros e materiais**

#### Artigo 78º

### **Recursos financeiros**

1. O sistema público de ensino deve ser considerado como uma prioridade da política nacional, na elaboração e aprovação do Orçamento Geral do Estado e do Plano Nacional de Desenvolvimento, caso houver.

2. Os órgãos do poder local devem cooperar com o Governo na mobilização e disponibilização de recursos financeiros necessários ao sistema público de ensino.

3. As famílias e comunidades devem contribuir para o esforço nacional em relação à educação da infância e da juventude segundo princípios, formas e critérios a estabelecer em lei.

## Artigo 79º

### **Recursos materiais**

1. Os critérios de planeamento e de implementação da rede escolar e da acção social escolar obedecerão aos princípios da educação básica obrigatória, da igualdade no acesso ao ensino, da diminuição das assimetrias regionais e socio-económicas no acesso ao ensino secundário e das variáveis demográficas.

2. Os órgãos de poder local desempenham papel preponderante, em colaboração com os órgãos competentes do poder central, na reorganização da rede escolar, assim como na reconstrução e na manutenção do equipamento educativo.

3. Para realização da actividade educativa é ainda conferida especial relevância aos seguintes recursos:

- a) Os manuais escolares;
- b) As bibliotecas escolares;
- c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
- d) Os equipamentos para educação física e desportos;
- e) Os equipamentos, instrumentos e materiais de educação artística.

## CAPITULO VIII

### **Desporto escolar e actividades circum-escolares**

## Artigo 80º

### **Caracterização**

1. A prática desportiva é uma componente essencial da formação e do desenvolvimento da infância e da juventude, integrada no âmbito da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2. Cabe ao Estado apoiar o desporto escolar e as actividades circum-escolares e estimular a actividade de entidades públicas ou privadas que, de algum modo, possam contribuir para as finalidades pedagógicas visadas pelos objectivos consagrados neste artigo.

3. As instituições educativas devem cooperar com as comunidades locais e os competentes departamentos do Estado para promoção de actividades desportivas, recreativas, produtivas e de animação cultural.

## CAPITULO IX

### **Administração e gestão da educação.**

## Artigo 81º

### **Princípios gerais**

1. Incumbe ao Governo elaborar, coordenar executar e avaliar a política educativa nacional, em conformidade com os imperativos do desenvolvimento do país, definidos no seu programa.

2. Na definição e condução da política educativa, deve-se procurar ter em consideração os interesses dos sectores e camadas sociais, culturais e profissionais mais directamente relacionados com os problemas educativos, cabendo ao departamento governamental responsável pela área da Educação proceder à concertação dos respectivos interesses.

3. Lei própria define os princípios que orientam a intervenção do poder local no âmbito da administração e gestão da educação tendo em vista a obtenção, de uma maior operacionalidade educativa, numa rentabilidade mais evidente do sistema e uma satisfação mais directa dos interesses regionais e locais em termos de educação.

4. A actividade do departamento governamental responsável pela área da Educação processa-se a nível da administração central e local.

5. São considerados parceiros no processo educativo, as associações de docentes, discentes, pais e encarregados de educação, de carácter mutualista, cooperativo, pedagógico, científico, cultural ou profissional legalmente instituída.

## Artigo 82º

### **Administração e gestão dos estabelecimentos de ensino**

Os estabelecimentos de ensino integrados na rede escolar oficial terão órgãos, formas e regras de administração e funcionamento, a estabelecer Decreto-lei, obedecendo aos princípios de participação, cooperação, responsabilização de recursos e inovação.

## Artigo 83º

### **Gestão privada de estabelecimentos públicos de ensino**

1. A gestão de estabelecimentos públicos de ensino secundário e superior pode ser submetida, mediante Resolução do Governo, a regras de gestão empresarial e a lei pode permitir a realização de experiências inovadoras de gestão submetidas a regras por ele fixadas.

2. A gestão de estabelecimentos referidos no número anterior pode ser entregue a pessoas colectivas de direito privada idónea, mediante contrato de gestão.

3. Os estabelecimentos geridos nos termos do número anterior, sem prejuízo de contratos de prestações de serviço com terceiros, integram-se no sistema educativo, estando as entidades gestoras obrigadas a assegurar o acesso ao ensino secundário e superior nos termos dos demais estabelecimentos da mesma natureza.

4. O regime jurídico da gestão privada de estabelecimentos públicos de ensino secundário e superior é objecto de Decreto-Lei.

## Artigo 84º

### **Conselho nacional de educação**

1. É instituído o Conselho Nacional de Educação, como órgão consultivo e instância de participação de personalidades de reconhecido mérito nos domínios da educação e da formação e ou com experiência relevante nos planos social, cultural, científico e económico, na procura de soluções ou consensos alargadas em relação às questões essenciais da política educativa nacional, sem prejuízo de competências próprias dos órgãos de soberania.

2. No exercício das suas funções, o Conselho Nacional de Educação é independente, realizando estudos e emitindo propostas e pareceres, por iniciativa própria ou solicitação do Governo.

3. O Governo regula, por Decreto-Lei, a organização, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Educação, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

## CAPITULO X

### **Ensino particular e cooperativo**

## Artigo 85º

### **Caracterização**

1. O ensino particular ou cooperativo é garantido por instituições criadas por pessoas singulares ou colectivas privadas ou cooperativas.

2. O ensino particular ou cooperativo, em alternativa ou em complementaridade ao ensino público, visa reforçar a garantia do direito de aprender e ensinar.

3. O ensino particular ou cooperativo exerce também, sempre que tal for estabelecido pelo Estado, face às necessidades do sistema, uma função supletiva do ensino público, podendo, neste caso, receber do Estado os necessários apoios.

4. O ensino particular ou cooperativo rege-se por estatuto próprio que deve subordinar-se ao disposto no presente diploma.

5. Cabe ao Estado fiscalizar a qualidade do ensino ministrado nos estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo e as condições de seu funcionamento.

6. O exercício do ensino particular carece de autorização estatal, a obter nas condições e segundo os critérios que vierem a ser estabelecidos no Estatuto do Ensino Particular.

## Artigo 86º

### **Pessoal docente**

1. Ao pessoal docente em exercício de funções no ensino particular e cooperativo são exigidas as mesmas qualificações profissionais estabelecidas no presente diploma que aos docentes do ensino oficial.

2. O Estado pode apoiar acções pontuais de formação para os docentes do ensino particular e cooperativo.

## CAPITULO XI

### **Disposições finais e transitórias**

## Artigo 87º

### **Qualificações profissionais**

O sistema educativo, no âmbito da formação profissional, nos subsistemas da educação básica de adultos, do ensino secundário, da via técnica, e do ensino superior, confere, nos termos estabelecidos no presente diplomas, certificados e diplomas para o exercício específico de uma profissão.

## Artigo 88º

### **Desenvolvimento do diploma**

1. No contexto do presente diploma, o Governo desenvolve o presente diploma, promovendo a aprovação da legislação complementar necessária, designadamente sobre:

- a) A gratuidade e a obrigatoriedade do ensino;
- b) Directivas e planos curriculares da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário;
- c) A gestão dos estabelecimentos de ensino básico;
- d) Os princípios orientadores da formação de docentes para os subsistemas de ensino básico e secundário;
- e) O novo estatuto do pessoal docente;
- f) A instituição de um serviço competente para a regulação, acreditação e avaliação do ensino superior;
- g) A revisão do Regime Jurídico do Ensino Superior.

2. No prazo de 180 dias a contar da data de entrada em vigor deste diploma, o Governo aprova e publica o calendário de transição do sistema ora em vigor para o sistema consagrado neste diploma, que deve, prioritariamente, garantir uma sucessão gradual de sistemas, com vista a evitar rupturas na evolução das actividades dos agentes do ensino e funcionamento das suas estruturas.



## Artigo 89º

### **Garantia de direitos**

Da aplicação do sistema educativo previsto no presente diploma não podem resultar ofensas de direitos anteriormente adquiridos por docentes, alunos e demais pessoal a ele afectado.

## Artigo 90º

### **Curso médio**

1. Os cursos de nível médio previstos nos artigos 28º a 30º da Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 103/III/99, de 18 de Outubro, em funcionamento à data do presente diploma, continuam a ser ministrados nos mesmos termos, até à sua conclusão, sendo os respectivos diplomas e certificados válidos para todos os efeitos legais.

2. Prazo de três anos, devem ser concluídos os cursos médios iniciados antes da entrada em vigor do presente diploma.

3. Os cursos médios já concluídos ou a concluir nos termos dos números anteriores produzem os efeitos previstos na legislação vigente à data da entrada em vigor do presente diploma.

4. Os indivíduos habilitados com cursos médios podem ingressar no ensino superior nas mesmas condições que ao titulares de curso do ensino secundário.

## Artigo 91º

### **Cursos de bacharelato**

1. Os cursos de bacharelato previstos no artigo 34º da Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 103/III/99, de 18 de Outubro, em funcionamento à data do presente diploma, continuam a ser ministrados nos mesmos termos, até à sua conclusão, sendo os respectivos diplomas e certificados válidos para todos os efeitos legais.

2. No prazo de quatro anos, devem ser concluídos os cursos de bacharelato iniciados antes da entrada em vigor do presente diploma.

3. Os cursos de bacharelato já concluídos ou a concluir nos termos dos números dois e três produzem os efeitos previstos na legislação vigente à data da entrada em vigor do presente diploma.

4. Os indivíduos habilitados com o grau de bacharelato nos termos dos números anteriores consideram-se titulares de curso superior que não confira grau de licenciatura.

5. Os titulares de curso de bacharelato concluído até ao fim do prazo referido no número anterior podem adquirir o grau de licenciatura mediante a frequência de um ciclo complementar de estudos com um número de créditos a que corresponda a duração de dois a quatro semestres curriculares de trabalho, nos termos definidos pelas instituições do ensino superior.

6. Findo o prazo referido no número anterior, os titulares de certificados de curso incompleto de bacharelato podem prosseguir os estudos conducentes à obtenção do grau de licenciatura, mediante a obtenção do respectivo

certificado de equivalência junto do estabelecimento de ensino superior onde pretendam continuar a formação académica.

#### Artigo 92º

##### **Formação em exercício de professores do ensino básico e secundário**

1. A formação de docentes em exercício visa a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o completamento dos conhecimentos e formação pedagógica dos professores em serviços à data da entrada em vigor do presente diploma.

2. Pode ser organizado um sistema de formação de docentes em exercício, visando a garantir a respectiva qualificação profissional e académica adequada.

#### Artigo 93º

##### **Norma revogatória.**

Em resultado da execução do presente diploma fica revogada toda a legislação em contrário.

#### Artigo 94º

##### **Entrada em vigor<sup>75</sup>**

##### **Educação Pré-Escolar**

A educação pré-escolar tem como objectivo<sup>76</sup> proporcionar às crianças em idade compreendida entre os quatro e seis anos de idade, uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas familiares. Ela é realizada no quadro da protecção da infância e consta de um conjunto programado de acções educativas com uma dupla finalidade: o desenvolvimento das capacidades da criança de forma equilibrada tanto no ponto de vista educativo quanto no sentido da transmissão de segurança em termos psicológicos através de um processo de socialização necessário ao ingresso no sistema de educação escolar. Nos termos da Lei Bases do Sistema Educativo<sup>77</sup>, a educação pré-escolar é facultativa.

---

<sup>75</sup> «O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Visto e aprovado em Conselho de Ministros. José Maria Pereira Neves-Cristina Isabel Lopes Monteiro Duarte-Fernanda Maria de Brito Leitão Marques Vera-Cruz Pinto-Octávio Ramos Tavares. Promulgado em 3 de Maio de 2010. Publique-se. O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES. Referendado em 3 de Maio 2010 O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves».

<sup>76</sup> Pré-escolar;

- Alargar e melhorar o atendimento da primeira infância;
- Reforçar a coordenação e a integração das actividades;
- Formar agentes educativos;
- Aumentar a capacidade das famílias mais desfavorecidas;

<sup>77</sup> O sistema educativo cabo-verdiano comporta os subsistemas de educação pré-escolar e educação escolar que abrange os ensinos básicos secundários, médio, superior e modalidades especiais do ensino e de educação extra-escolar «educação de adultos» (LBSE) -Leis Bases do Sistema Educativo (1990).

## **Ensino Básico**

O ensino básico tem como finalidade, munir a criança de uma preparação básica globalizante, que a capacite para a compreensão de si, enquanto indivíduo e parte de um colectivo, que se movimenta em harmonia com esse mesmo colectivo e em função de meio circundante, com os seguintes objectivos:<sup>78</sup> É reservado um espaço importante, nesta reforma, às matérias relacionadas com a valorização da cultura crioula, cabo-verdiana o reposicionamento da língua portuguesa enquanto um legado forte na cultura cabo-verdiana. Quanto à organização curricular, o plano de estudos é composto por 4 áreas curriculares a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas, e Expressões.

Na 1ª e 2ª fase, a área de expressões decompõe-se em sub-áreas: expressão plástica, expressão musical e expressão dramática e físico-motora. Os pressupostos, que estiveram na origem desta decisão curricular prendem-se com o grau de maturidade e motivações derivadas do contexto sociocultural do aluno. Finda a terceira fase curricular (6º ano), é concedido um diploma de aproveitamento, que acredita e encaminha o aluno para o nível de ensino imediatamente superior, o ensino a este nível é de carácter obrigatório.

## **Alfabetização e Educação de Adultos**

A Conferência Mundial de Educação de adultos, realizada em 1997, em Hamburgo, considerou o seguinte: «Que a educação de adultos deve estar enquadrada, no contexto de uma educação moderna, multifacetada, permanentemente adequada às rápidas transformações que o Mundo esta sujeito, e que é “a chave que abre as portas do século XXI”».

O plano Curricular da educação de adultos, cujo objectivo é a universalização da educação de base de jovens e de adultos, é equivalente aos seis anos de escolaridade obrigatória.

O plano curricular perspectiva uma integração das actividades, no contexto do desenvolvimento do País, e procurar na medida do possível, articulação entre a formação académica, e a formação profissional de base, em todas as ilhas e concelhos.

A alfabetização é entendida como um meio de participação na conjuntura social, cultural e económica do País, ou seja um conjunto de actividades académicas a desenvolver junto das comunidades, com vista a responder às necessidades e problemas do dia a dia, e que poderão variar desde aprender a ler, escrever, fazer contas, passando pela aquisição do saber ou de conhecimento básico sobre a gestão corrente das actividades

---

<sup>78</sup> - Consolidar a educação básica de seis anos;  
- Reduzir as desigualdades sociais e geográficas;  
- Investir na qualificação e na formação contínua dos professores;  
- Promover a descentralização;  
- Reforçar as parcerias públicas e privadas.

geradoras do rendimento, com o objectivo de aproximar os adultos do desenvolvimento profissional e local.

Em Cabo Verde ela é assegurada, a nível do país, por um corpo de animadores possuindo quase todos a primeira fase de formação em exercícios e 1/3 possui a 2ª fase, considerada formação adequada para se trabalhar, com a 3ª fase do ensino básico de adultos.

Estes animadores dispõem de uma carreira com reconhecimento social e legal integrada do pessoal docente.

## **Ensino Secundário**

O ensino secundário é o nível que dá continuidade ao ensino básico e permite o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidos no ciclo de estudos precedente e aquisição de novas capacidades intelectuais e aptidões físicas necessárias à intervenção criativa da sociedade. Visa possibilitar a aquisição de novas capacidades das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular, permite, pela vias técnicas e artística, a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho, que se delineia nos seguintes objectivos<sup>79</sup>.

A duração do ensino secundário é de seis anos e está organizado em três ciclos de dois anos cada. O 1º ciclo designado de tronco comum, correspondendo aos 7º e 8º Ano de escolaridade, visa aumentar os conhecimentos dos alunos e abrir-lhes as possibilidades de orientação escolar e vocacional, os 2º a 3º ciclos, correspondendo, respectivamente aos 9º, 10º Ano, e 11º 12º Ano de escolaridade com duas vertentes de formação: via geral e via técnica. Este nível do ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e privados.

## **Ensino Médio**

A rápida expansão do ensino secundário, foi acompanhada pela melhoria e construções das escolas, e parques escolares. Actualmente o ensino médio é de natureza profissionalizante, visando a formação em domínios específicos do conhecimento, tem geralmente a duração máxima de três anos e é realizado em institutos públicos e privados e tutelados pelo Ministério da Educação; dedica-se à formação de professores do ensino básico, pelo (IP)-Instituto Pedagógico.

Todavia, uma das preocupações que se coloca é a de elevar o (IP) - Instituto Pedagógico a Unidade associada da (UNI-CV) Universidade de Cabo Verde, o que passa necessariamente pela revisão de normativos que regem a Instituição e pela reestruturação dos cursos ministrados.

---

<sup>79</sup> - Proceder à reorganização curricular de todos os níveis e modalidades;  
- Formar e qualificar os recursos humanos segundo estratégias consistentes;  
- Aproximar o ensino secundário da vida e do mundo da criação e do trabalho;  
- Melhorar a gestão.

## **Educação Extra-Escolar Modalidades Especiais**

O subsistema de Educação Extra-Escolar, sistema alternativo Ensino Básico e de Adultos cuja população-alvo, é composta por adultos que nunca frequentaram o sistema escolar e por jovens que abandonam prematuramente o ensino entre outras razões, ou por motivos de ordem económica e social.

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização, e outras acções de educação permanente, tendo como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A educação das crianças com (NEE) -Necessidades Educativas Especiais, em particular as deficiências físicas-motoras, intelectual e sensorial tem sido umas das preocupações dos diferentes governos, bem como da Organização das Nações Unidas para educação, cultura e ciência. A UNESCO delineou uma linha de orientação, a implementação da Educação Inclusiva. Destaca-se as directrizes Mundiais da «Conferência Mundial» "Educação para todos" que se realizou na Tailândia-Jomtien, em 1990, da qual resultou o "Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem". Em 1993/94, foi implementada a educação especial, como se refere no artigo nº 36, 37 da Lei Base do Sistema Educativo, provendo a integração das crianças portadoras de deficiências físicas, e em 2000, cria-se Lei nº122/V/2000, que estabelece as Bases Gerais da Prevenção, reabilitação e Integração das pessoas deficientes.

## **Ensino Superior**

O Ensino superior, no quadro de reforma do ensino, visa proporcionar uma reforma científica, técnica e humanística e cultural, que habilita para as funções de concepção, de direcção e execução e de investigação. Esta modalidade de ensino começa a ser implementada em Cabo Verde a partir da criação da escola de formação de Professores do Ensino Secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição. Não obstante e a partir de 1992, cria-se a Comissão Instaladora de Ensino Superior no âmbito de reforma de ensino, com o objectivo<sup>80</sup> de se fazer o enquadramento institucional das competências existentes e futuras.<sup>81</sup>

O Ensino Superior caracteriza-se por uma enorme procura por parte dos alunos que concluem o Ensino Secundário. Essa procura é reforçada, pela diminuição de possibilidades de se aceder ao Ensino Superior no exterior, não

---

<sup>80</sup> - Reorganizar e reforçar a coordenação;

- Consolidar e expandir as instituições de ensino e investigação;

- Valorizar os professores e investigadores;

- Ampliar a rede de estabelecimentos de ensino superior;

- Instalar a Universidade Pública em Cabo Verde;

<sup>81</sup> "O ensino superior é certamente um dos maiores desafios que os Estados de pequena dimensão têm de vencer. Além dos factores dependentes da demografia e da regulação dos fluxos de efectivos, têm de considerar a possibilidades de recrutar pessoal docente qualificado, criar o ambiente científico e disponibilizar os meios financeiros para a investigação". **TOLENTINO**, Corsino, (2007), Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados Em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde, p, 79.

obstante as ofertas de cursos no país serem ainda insuficientes e nem sempre corresponderem às reais necessidades de desenvolvimento socio-económico.

Decreto - Lei 76/94, de 27 de Dezembro - Estabelece a configuração da rede escolar do ensino básico e aplica-se aos estabelecimentos públicos de ensino básico.

Decreto-Lei nº 77/94, de 27 de Dezembro - Define o regime da direcção administração e gestão dos Pólos educativos do Ensino Básico.

Decreto-Lei nº 78/94, de 27 de Dezembro - Regula o regime dos órgãos de coordenação pedagógica nos estabelecimentos de ensino básico.

Decreto-Lei nº 69/95, de 20 de Novembro - Princípios para criação da rede do Ensino Secundário.

Decreto-Lei nº 42/96, de 18 de Dezembro - Suplementos remuneratórios inerentes ao exercício da função docente.

Decreto-Lei nº 36/96, de 23 de Setembro Cria o quadro privativo do pessoal de inspecção da educação.

Decreto-Lei nº 17/96, de 3 de Junho - Estatuto do ensino privado.

Decreto-Regulamentar nº 4/98, 27 de Abril, Regulamenta as Delegações do Ministério da Educação.

Decreto - Regulamentar nº 16/99, de 2 de Novembro - Define os princípios gerais de organização e realização dos concursos de ingresso e acesso às categorias do pessoal docente em regime de nomeação.

Decreto-Regulamentar nº 10/2000, de 4 de Setembro - Regula a avaliação de desempenho das categorias de pessoal docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos.

Decreto-Lei nº 15/2000, de 13 de Março, Regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior.

Decreto-Lei nº 5/2001, de Fevereiro - Estabelece o perfil, as atribuições e a forma de recrutamento do coordenador pré-escolar.

Decreto-Lei nº 19/2002, de 19 de Agosto - Regime de utilização e prestação de contas das receitas próprias arrecadadas pelos estabelecimentos de ensino secundário públicos.

Decreto-Lei nº 20/2002 de 19 de Agosto - Regime de organização e gestão dos estabelecimentos do ensino Secundários.

Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Abril, Estatuto do pessoal docente de educação pré-escolar, do ensino básico e secundário e de educação básica de adultos.

Decreto-Lei nº 82/2005, de 12 de Dezembro - Estatuto do pessoal docente do Instituto pedagógico.

Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei constitucional nº 01/IV/ 92 de 25 de Setembro.

Lei de Bases do Sistema Educativo <sup>82</sup>Lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro.

Lei nº 97/V/99, de 22 de Março Gestão privada de estabelecimento público de ensino superior.

Portaria nº 11/97, de 24 de Março Suplemento remuneratório dos coordenadores pedagógicos e gestores de pólos.

---

<sup>82</sup> REGIME GERAL DA FUNÇÃO PÚBLICA COLECTÂNEA DE LEGISLAÇÃO VOL II (2006) Ministério das Finanças e Administração Pública/Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, p 487, á nº 880.



Portaria nº 36/97, de 30 de Junho - Reconhecimento de diplomas e equivalência respeitantes ao ensino pré-escolar e ao ensino básico e secundário

Portaria nº 64/98, de 23 de Novembro Regime de propinas e emolumentos dos alunos do Instituto pedagógico.

Resolução nº 21/97, de 7 de Abril, Concedida autonomia administrativa e financeira aos estabelecimentos público de ensino secundário, circunscrita à cobrança e utilização de propinas e emolumentos.

Os Decretos-Leis<sup>83</sup> ou Diplomas que suportam o enquadramento jurídicos do Ensino Superior de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 26/95, de 22 de Maio cria o Curso Superior de Gestão e Marketing e o Curso Superior de Contabilidade;

Decreto-Lei nº 54/95, de 2 de Outubro – Aprova os Estatutos do ISE-Instituto Superior de Educação;

Decreto-Lei nº 40/96, de 21 de Outubro - Cria o ISECMAR- Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, e aprova os estatutos;

Decreto-Lei nº 80/97, de 30 de Dezembro: Aprova os estatutos do INIDA- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, em que CFA- Centro de Formação Agrário, se constitui com um sistema autónomo.

Decreto – Lei nº 41/97 de 12 de Agosto, que aprova o Acordo de Cooperação entre República Portuguesa, e a República de Cabo Verde no domínio do Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 28/ 98 de 27 de Junho - Cria o Curso Superior de Gestão Bancária;

Decreto -Lei nº 52/98, de 28 de Setembro Aprova os Estatutos do ISCEE- Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias;

-Lei nº 61/99, de 11 de Outubro – Cria o Curso de Planeamento e Gestão de Desenvolvimento Local;

Decreto-Lei nº 1/99, de 15 de Fevereiro estabelece o Estatuto de Pessoal Investigador;

Decreto-Lei nº 97/V/99, de 22 de Março, estabelece a gestão privada de estabelecimentos públicos de ensino superior; Resolução nº 53/2000, de 7 de Agosto – Cria a Universidade de Cabo Verde, resolução por implementar;

Decreto-Lei nº 113 /V/ 99, de 18 de Outubro Lei de Base do Sistema Educativo (revisão da Lei nº 103/III) 90, de 26 de Dezembro);

Decreto Leis nº 15/2000, de 13 de Março – Aprova o regime de acesso e ingresso no ensino superior;

Decreto-Lei nº 33/2000, estabelece o regime de instalação da Universidade de Cabo Verde;

Decreto-Lei nº 39/2000, de 4 de Setembro – Reconhece o grau de bacharel ao Curso de Planeamento e Gestão de Desenvolvimento Local criado pelo Decreto - Lei nº 61/99, de 11 de Outubro;

Decreto-Lei nº 11/2001, de 7 de Maio – Autoriza a criação de Universidade Jean Piaget de Cabo Verde;

Decreto-Lei nº 12/ 2001, de 7 de Maio – Autoriza a Instituto Jean Piaget de Cabo Verde;

---

<sup>83</sup> Enquadramento jurídico, ou Decreto-lei que suportam ao ensino superior de Cabo Verde. Imprensa Nacional de Cabo Verde/ quiosque digital kiosk.incv.cv

Decreto -Lei nº25/2001, de 5 de Novembro – Aprova a orgânica do Ministério da Educação;

Decreto-Lei nº 31/VI/ 2004, de 26 de Julho regulamenta o regime de instalação da Universidade de Cabo Verde; Entre esses decretos-lei deve-se juntar, mais documentação, qual o Governo reconhece-se: M-EIA - Escolas Internacional de Arte a funcionar desde 2005, e o IESIG- Instituto de Estudos Superior Isidoro da Graça, também iniciou a sua actividades académicas no ano 2002, as duas escolas estão localizadas na Cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente.

Despacho nº 2/2002, de 17 – Fixa as condições para o reconhecimento oficial e a entrada em funcionamento de ensino superior e particular.

Portaria nº 7/2002, de 27 de Maio Aprova o regulamento do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior para o ano lectivo 2002/03;

Resolução nº24/98, de Junho – Cria o INAG-Instituto Nacional de Administração e Gestão;

Resolução nº46/98, de 28 de Setembro Cria o ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias;

Resolução nº8/ 99 de 16 de Março – Cria uma Comissão Técnica responsável pela área da educação, para estudar avaliar e propor os cenário técnicos e jurídicos alternativos para o sistema de ensino;